

S. P. N.

NVMMVS

VOL. V

NVMMVS



VOL. V

NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.º 17

VOL. V-1

SETEMBRO 1958

P O R T O

N V M M V S

NUMISMÁTICA—MEDALHÍSTICA—ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME V-1 — N.º 17

PUBLICAÇÃO POR TOMOS DE CERCA DE 64 PÁGINAS

Condições de assinatura para 1958:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Comissão de Publicações:

Alexandre Ferreira Barros
Alexandre Lopes Martins Coelho
Dr. António Francisco Teixeira
Dr. Armando Júlio Ribeiro Rodrigues
Carlos Moraes Peixoto Braga
Dr. Damião António Peres
Eduard Marius van der Niepoort

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede

Rua de Santa Catarina, 339-3.º—PORTO

Composição e impressão:

TIPOGRAFIA MARCA

Rua do Bonjardim, 689 — PORTO

SUMÁRIO

	Págs.
José Leite de Vasconcellos e a Numismática, pelo Dr. Aurélio Pereira Martins	3 a 9
Las copias suevas de los solidos de Honorio, pelo Dr. António M. de Guadan y Láscaris Comneno	11 a 23
Subsídios para o estudo e arrumação das moedas dos primitivos reinados, pelo Ten.-Coronel João Lopes F. Guedes	25 a 29
Uma moeda indo-portuguesa de cobre inédita, por M. F. Malabarwala—Trad. de L. P. G.	31 e 32
O mistério da cabeça de Penamacor, pelo Prof. José Manuel Landeiro	33 a 37
Subsídios para uma exposição de medalhas, pelo Dr. António F. Teixeira	39 a 42
Informações bibliográficas	43 a 45
Vária	47 a 53
Vida Social	54
Biblioteca da S. P. N.	55 e 56

As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.

A colaboração neste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão inscritos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

NVMMVS



BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA - PORTO	
BIBLIOTECA	
N.º	111
DATA	28 / 8 / 79

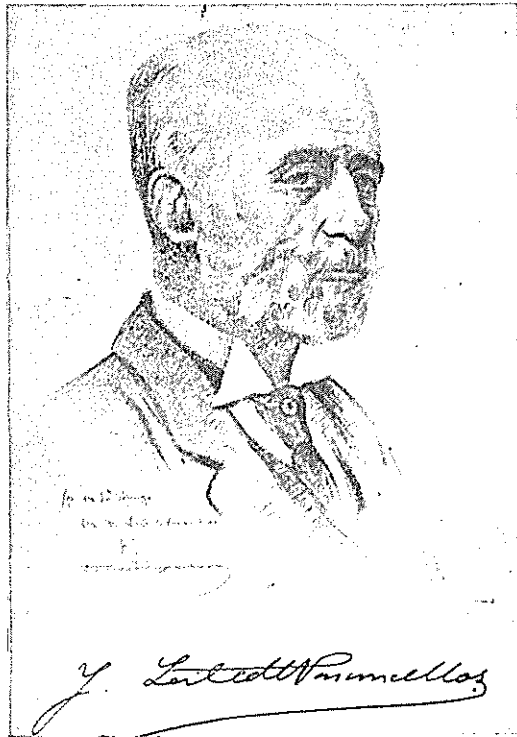
Est.
Tab.
N.º

N.º 17

VOL. V-1

SETEMBRO 1958

P O R T O



JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS E A NUMISMÁTICA

«NO ESTUDAR CONSISTE O PRAZER»

(legenda do «ex-libris» de J. L. V.)

POR AURÉLIO PEREIRA MARTINS

Em Julho do corrente ano, precisamente no dia 7, comemorou-se o centenário do nascimento do sábio português Doutor José Leite de Vasconcellos.

Erudito, entre os maiores que a terra portuguesa já viu nascer, deixou entre os numismatólogos portugueses lugar assegurado de Mestre, pela obra variada, pelo trabalho de investigação, de persistência que constituem sólidos exemplos para as novas gerações.

A todos os que se interessam pelas moedas, particularmente as que circularam nos primórdios da História de Portugal, não pode passar desapercibida a obra de José Leite de Vasconcellos — numismatólogo. Pena é que a maioria dos seus trabalhos esteja esgotada parecendo-nos merecerem muitas uma reedição.

Ainda está para vir a lume a bio-bibliografia final do Doutor Leite de Vasconcellos. A nós falta o «engenho e a arte» para tal empresa, que de resto será necessariamente um conjunto de trabalhos igual ao número de ciências abrangidas pela sua actividade intelectual.

Daí, e apenas com o intuito de registar apontamentos colhidos, deixaremos aqui mencionadas algumas de suas obras, artigos ou simples notas.

Mas antes, e para aqueles que agora ouvem falar pela primeira vez do Mestre ilustre acrescentaremos um pequeno intróito, ditado por ele próprio:

*Eu nasci nas agrestes serranias
Da nevoenta, legendária Beira,
Lá onde o lobo a uivar consome os dias,
E nasce e brilha a rubra flor da urgueira.*

Essa legendária Beira é a vila da Ucanha, do antigo concelho de Mondim da Beira, hoje de Tarouca, onde nasceu em 7 de Julho de 1858.

Descendente de família fidalga, vêem-se no brasão heráldico, elemento componente do seu «ex-libris» quatro nomes de tradicionais famílias portuguesas: «Cardosos», no primeiro cartel; «Mellos», no segundo; «Vasconcellos», no terceiro e «Pereiras» no quarto.

Seu nome completo: José Leite de Vasconcellos Pereira de Mello. Filho de José Leite Pereira de Mello, bacharel em Medicina e Filosofia e de D. Maria Henriqueta Leite de Vasconcellos Pereira de Mello.

Ao terminar o curso secundário ingressou na Academia Politécnica, passando à Escola Médica do Porto. O diploma final trazia como apêndices o prêmio «Macedo Pinto» e a menção de ter sido o Doutor José Leite de Vasconcellos «o mais distinto aluno», naquele ano de 1886. Tinha então 28 anos.

Nomeado médico municipal do concelho de Cadaval, muito cedo deixou porém, o cargo e o próprio exercício da medicina.

A sua preocupação máxima era o estudo, o «prazer de estudar», a investigação e a divulgação do que sabia. E para isso sacrificaria conforto pessoal e quaisquer vantagens materiais.

Essa preocupação levou-o a ingressar aos 40 anos de idade na Universidade de Paris. Aliás defendia mesmo a opinião de que os estudos feitos com atraso de idade eram mais proveitosos.

Em Paris, seguiu o curso de Filologia Românica, assunto que de há muito investigava em sua terra e que viria a constituir obra ímpar no cenário cultural português.

Sua capacidade de trabalho não encontrará grandes paralelos na vida intelectual do seu país.

Como Professor é notável a sua acção na Faculdade de Letras de Lisboa, para onde entrou em 1911, por convite unânime do Conselho Escolar. Aí regeu quase simultaneamente: língua e literatura latina, língua e literatura francesa, filologia portuguesa, gramática comparativa das línguas românicas, Arqueologia, Epigrafia e Numismática.

Em 1893, iniciou a formação do Museu Etnológico Português, sob a protecção de Bernardino Machado, então Ministro das Obras Públicas. Instalado ainda hoje em uma das alas do Mosteiro dos Jerónimos e ostentando o seu nome, constitui valioso repositório dos mais interessantes espécimes encontrados no solo de Portugal, referentes aos costumes, hábitos, utensílios e tradições do nosso povo. A fundação do Museu e sua organização, são por si obra bastante para glorificar o nome de Leite de Vasconcellos.

A colecção de moedas expostas no Museu abrange particularmente os períodos pré-histórico, romano, bárbaro e árabe.

Para divulgar os resultados das suas investigações e os de outros

estudiosos, surgem de sua iniciativa, as revistas: «O Archeologo Português», «Revista Lusitana», «Anuário das Tradições Populares Portuguesas» e o «Boletim de Etnografia». Revistas, cuja continuação muita falta fazem hoje aos estudiosos, pela pluralidade dos assuntos abrigados em suas páginas e que por muito tempo serão ainda fonte necessária de consulta.

Mas deixemos de parte a obra do Doutor Leite de Vasconcellos etnólogo, filólogo, arqueólogo... Falta-nos a competência para ir além. Quando muito, pela leitura de algumas de suas páginas, pela prodigiosa bibliografia deixada, compreendemos melhor as palavras de um dos seus mais ilustres discípulos — o Doutor João da Silva Correia — ao fazer o elogio do Mestre, por ocasião da inauguração do busto existente no Museu Etnológico:

« . . . do muitíssimo que leu, viu e ouviu lhe veio o ser a mais vasta erudição que inda houve na investigação científica de Portugal. Ninguém logrou ser em tão largo número de domínios científicos indiscutível Mestre — maior ainda que se possa afirmar que só foi tão alto em cada um por conhecer profundamente os demais ».

Mas vejamos, então, o labor mental do Doutor José Leite de Vasconcellos, no campo da numismática.

No ano seguinte ao da sua formatura, já tendo deixado o partido médico do Concelho do Cadaval, foi o insigne sábio nomeado Conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa, onde logo voltou vistas para o medalheiro ali existente.

Nesse mesmo ano, o decreto da criação do Curso Superior de Bibliotecas e Arquivos tinha introduzido no «curriculum» escolar a cadeira de Numismática, com a duração de dois anos e a ser ministrada na Torre do Tombo. Em 13 de Outubro, era o Doutor Leite de Vasconcellos nomeado professor da cadeira, proferindo a lição inaugural em Novembro de 1888, com o título «Numismática Nacional». As aulas prolongaram-se até 1911, quando foi extinto o Curso.

Entre 1897 e 1912 o Doutor Leite de Vasconcellos assiste a cinco Congressos de Arqueologia, onde debate cumulativamente pontos de Numismática: o de Melines (1897), o de Paris (1900) — ao qual apresenta a memória sobre «Les monnaies de la Lusitanie Portugaise», respondendo ainda a um quesito proposto no programa sobre o «Etat actuel de la numismatique celtibérienne» — o de Atenas (1905) — quando fala das «Monnaies anciennes» — o do Cairo (1909) e, o de Roma (1912).

Com a extinção do Curso Superior de Letras e consequente criação da Faculdade de Letras de Lisboa, passou o Doutor José Leite de Vasconcellos

a reger a cadeira de Numismática neste estabelecimento universitário que só abandonaria pela reforma aos 70 anos de idade.

Certo da admiração que lhe era devotada faleceu em 1944, depois de consagrar toda uma existência diária ao estudo, à pesquisa e à divulgação da ciência e a espalhar um sopro de confiança no coração da gente moça.

No campo da Etnologia, compreendendo a etnografia e a arqueologia, no da Filologia, englobando a Grotologia, a onomatologia e a diatecologia, no sector da Numismática e da Epigrafia, qualquer trabalho que se empreenda com referência ao campo português, há que forçosamente estudar, consultar ou citar o Doutor José Leite de Vasconcellos.

A lista que se segue, dos trabalhos do Doutor Leite de Vasconcellos sobre Numismática, se bem que não seja definitiva, parece-nos, no entanto, englobar a sua quase totalidade. No entanto, ela aqui fica para aqueles que melhor do que nós saibam prestar a homenagem que merece o sábio beirão, estudando-o em todo os seus detalhes.

- 1) *Numismática Nacional* — lição inaugural, Lisboa, tipografia d'O DIA, 1888, 30 págs.
- 2) *Elenco das Lições Numismáticas*, dadas na Biblioteca Nacional de Lisboa (1889-1912).
 I — Lisboa, tip. d'O DIA, 1889, 40 págs.;
 II/VI — ib., ib., 1894, 89 págs.;
 VII/VIII — ib., Imprensa Nacional, 1896, 8 págs.;
 IX — ib., ib., 1897, 5 págs.;
 X/XI — ib., ib., 1902, 14 págs.;
 XII/XIV — Lisboa, 1912, 16 págs. com 1 estampa.
 A colecção foi depois agrupada com um prefácio e constitui um todo em sete fascículos.
- 3) *Esboço da História da Numismática Portuguesa* — Lisboa, 1890, 11 págs. Separata da Revista de Educação. Trabalho incompleto que foi posteriormente refundido e ampliado, originando a sua maior obra «Da Numismática em Portugal».
- 4) *Objecto da Numismática* — 1.^a Lição do Curso de Numismática, in «O Archeologo Português», Vol. I, 1895, págs. 305/310.
- 5) *Medalhas do Conde da Ribeira Grande* — in «O Archeologo Português», Vol. II, 1896, págs. 28/29.

- 6) *Novas Moedas de Salacia* — in «O Archeologo Português», Vol. II, 1896, págs. 280; Vol. III, 1897, págs. 127; Vol. XIII, 1908, págs. 37/38. Ainda na mesma revista, Vol. I, 1895, págs. 31/34, sob o título. «Excursão archeologica a Alcácer do Sal» e subtítulo «Museu Municipal», o autor descreve «umas curiosas moedas de cobre da Salacia».
- 7) *Aula de Numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa* — in «O Archeologo Português», Vol. I, 1895, págs. 17 (comentário sobre o ano lectivo 1894/5); Vol. II, 1896, págs. 230 (idem 1895/6); Vol. III, 1897, págs. 301 (idem 1896/7); Vol. VII, 1902, págs. 257 (idem 1897/8 e 1898/9); Vol. XV, 1910, págs. 333/6 (idem 1899 a 1910); Vol. XVII, 1912, págs. 62 (idem 1910/11).
- 8) *Coup d'oeil sur la numismatique en Portugal* — Lisboa, 1898, 14 págs. Separata de «O Archeologo Português», Vol. IV, 1898, págs. 65/76.
- 9) *Moeda de chumbo da República Romana* — in «O Archeologo Português», Vol. V, 1899-1900, págs. 12/3.
- 10) *Medalha Comemorativa do IV Centenário do Descobrimento do Brasil* (medalha cunhada por Julius Meili) in «O Archeologo Português», Vol. V, 1899-1900, págs. 53/64.
- 11) *Congresso de Numismática* (Paris 1900) — in «O Archeologo Português», Vol. V, 1899-1900, págs. 93/96.
- 12) *Protecção dada pelos Governos, corporações oficiais e Institutos científicos à Archeologia* — in «O Archeologo Português», Vol. V, 1899-1900, págs. 74/5. (Real Gabinete Numismático de Bruxelas) — idem págs. 166 (Museu Numismático de Atenas) e Vol. VI, 1901, págs. 137/8 (Portaria do Ministério das Obras Públicas).
- 13) *Les monnaies et la Lusitanie Portugaise* — (Comunicação apresentada ao Congresso Internacional de Numismática), Paris, 1900, 16 págs. com 3 estampas. Separata de «O Archeologo Português», Vol. VI, 1901, págs. 81/89.
- 14) *Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional de Lisboa* — Fascículo I — Moedas de ouro da época germânica, Coimbra, 1902, 11 págs. Separata do Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, 1902.
- 15) *Contos para contar* (Introdução a um opúsculo de Julius Meili), in «O Archeologo Português», Vol. V, 1899-1900, págs. 52/64.
- 16) *Teixeira de Aragão* (necrologia), in «O Archeologo Português», Vol. IX,



- 1904, págs. 134/142; Vol. XI, 1906, págs. 252/3; Vol. XII, 1907, págs. 104 e Vol. XIII, 1908, págs. 357.
- 17) *Monnaies Anciennes percées d'un trou de suspension* — leur caractère religieux en Lusitanie (memória apresentada ao Congresso Arqueológico de Atenas), Lisboa, 1905, 16 págs., com gravuras. Separata de «O Archeologo Português», Vol. X, 1905, págs. 169/175. Reproduzida no «Bulletin de Numismatique», Vol. XIII, 1906, págs. 114/121.
 - 18) *Poesia e Numismática* (a propósito de um opúsculo de Sec. XVII do poeta Juan António de la Pena) — Lisboa, 1906, 24 págs., com 1 gravura, 1 estampa e 8 págs. de facsimile. Separata de «O Archeologo Português», Vol. IX, 1906, págs. 65/82.
 - 19) *Achados de moedas romanas da República* — in «O Archeologo Português», Vol. XIV, 1908, págs. 58/9.
 - 20) *Manoel Joaquim de Campos* (necrologia) — Lisboa, 1909, 5 págs., separata de «O Archeologo Português», Vol. XIV, 1909, págs. 250/5.
 - 21) *Dr. Henrique Botelho* (necrologia) — in «O Archeologo Português». Vol. XIV, 1909, págs. 255/6.
 - 22) *Sete medalhas da Guerra Peninsular* — Lisboa, 1911, 46 págs., com 2 estampas. Separata de «O Archeologo Português». Vol. XVI, 1911, págs. 139/174, com 2 estampas.
 - 23) *Inventário das Moedas Portuguesas da Biblioteca Nacional de Lisboa* — Fascículo I, separata do Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, 1911, 38 págs. Fascículo II, separata de «O Archeologo Português», Vol. XIX, 1914, págs. 270/284.
 - 24) *Lista das medalhas portuguesas ou relacionadas com Portugal existentes no Gabinete Numismático da Biblioteca de Lisboa e que serviram de objecto às lições de 1906-1910* — in «O Archeologo Português», Vol. XVII, 1912, págs. 62/71.
 - 25) *Medalha da Sociedade Económica de Ponte do Lima* (sec. XVIII) — Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, 7 págs. Separata de «O Archeologo Português», Vol. XVIII, 1913, págs. 102/6.
 - 26) *Moeda de Milmanda* — in «O Archeologo Português», Vol. XXII, 1917, págs. 105/107.
 - 27) *Congratulação do Prof. Stuckleberg* (a propósito de uma medalha) — Lisboa, 1917, 6 págs., com 1 estampa.

- 28) *Moedas de Pentala* — in «O Archeologo Português», Vol. XXIII, 1918, págs. 203/269. (Vide «Signum Salomonis»).
- 29) *Da Numismática em Portugal* — Lisboa, Arquivo da Universidade de Lisboa, Vol. IX, 1923, VIII - 360 págs., com 49 estampas e 11 gravuras. Deste trabalho consta terem sido editados 50 exemplares.

Em «O Archeologo Português» encontram-se ainda diversas notícias breves sobre o aparecimento de moedas romanas e outras, em território português, assim como outras verificadas pelo Doutor Leite de Vasconcellos, durante as suas visitas a Museus e viagens de norte a sul de Portugal.

Em 1948, por iniciativa da Administração da Casa da Moeda de Lisboa, foi cunhada uma plaquete comemorativa da autoria do escultor Raúl Xavier. O anverso mostra o busto do sábio beirão, voltado à esquerda, tendo por baixo a assinatura do escultor e a legenda: DOR JOSE LEITE DE / VASCONCELLOS. No reverso, somente a legenda: 90.º ANIVERSARIO / NATALICIO 7-VII-1858 / 60 ANIVERSARIO / DA SUA NOMEAÇÃO / PARA PROFESSOR / DE NUMISMATICA / 1948.

As plaquetes cunhadas em prata e bronze têm as dimensões de 80 x 60 mm. e o peso aproximado de 200 e 170 gr. respectivamente. Das primeiras foram cunhadas 100 exemplares e das segundas 50.

É curioso notar que estas plaquetes apresentaram originalmente a data de aniversário do reverso como 50.º. Foram depois emendados, alguns exemplares em número que ignoramos, de 50 para 60.



LAS COPIAS SUEVAS DE LOS SÓLIDOS DE HONORIO

POR ANTONIO M. DE GUADAN
Y LÁSCARIS COMNENO

Es un hecho notorio, dentro de los escasos conocimientos que poseemos de las primeras fases de la acuñación sueva ⁽¹⁾, que los sólidos atribuidos a estos pueblos, después de su fijación territorial en el NO. y O. peninsular, son todos ellos copia de los del emperador Honorio ⁽²⁾, y precisamente de la ceca de Mediolanum ⁽³⁾, fácilmente reconocibles por las letras M y D a ambos lados de la figura del reverso.

Pero hay muchos puntos oscuros en este tipo de acuñaciones, y no sabemos que hasta la fecha haya sido dada una explicación lógica al hecho de que habiendo fallecido en Ravenna el emperador Honorio el día 17 de Enero del año 423, continuó copiándose el solido de este mismo emperador y con el mismo reverso, hasta por lo menos los tiempos de Frumario (460-464), ya que de sus inmediatos sucesores, las fuentes faltan casi por completo ⁽⁴⁾. Tampoco se explica otro problema conectado con el anterior: el de

⁽¹⁾—Sobre la acuñación sueva pocas obras hay de carácter general, y menos monografías de altura científica. Citemos las anticuadas de HEISS y de CAMPANER Y FUERTES y las más modernas de ALLEN Y TEIXEIRA, y de LEITE DE VASCONCELLOS. En un terreno diferente han de colocarse las dos obras de W. REINHART, el verdadero sistematizador de estos estudios, *El reino hispánico de los suevos y sus monedas*, en Archivo Español de Arqueología, 1942, y su obra fundamental *Historia general del reino hispánico de los suevos*, Madrid 1952, págs. 127 y s. s.

⁽²⁾—COHEN, *Description historique des monnaies frappées sous l'empire Romain*, Tomo VIII—2 ed. 1892, tipo 44 y 45. El tipo es del reverso con Honorio en pie a la derecha llevando un estandarte y un globo coronado por una victoria, poniendo el pie sobre un cautivo tumbado en tierra. La leyenda del reverso es siempre VICTORIA AVGGG, sin marca de taller en numerales griegos y con las siglas M y D de Mediolanum. En el exergo siempre COMOB, aunque la epigrafía de estas letras es muy variable según el tipo de la copia sueva de que se trate. El tipo 45 con el monograma de Cristo en el estandarte, no se conoce en copias suevas.

⁽³⁾—Sobre la ceca de Mediolanum en el período anterior y posterior a las copias suevas de sus sólidos, vease especialmente O. ULRICH BANSA, *Moneta Mediolanensis*, Venecia, 1949, págs. 165 y s. s.

⁽⁴⁾—Desde el año 458 al 560 todos los nombres de los reyes suevos y de los acontecimientos políticos conectados, son conjeturales. Vease REINHART op. cit. pag. 62. El cronicón de Hidacio no alcanza este período.

que las únicas monedas de plata suevas, las acuñadas a nombre del rey Reciarío (448-456) ⁽¹⁾, llevan el anverso de Honorio, cuando este emperador había fallecido por lo menos 25 años antes.

Para nosotros ambos puntos, tienen facetas diversas que vamos a procurar analizar muy brevemente, aunque reconociendo por adelantado, que la gran rareza de estas monedas (no llegan a treinta las conocidas y aun de este número muchas pueden ser copias no suevas) hace imposible el sentar afirmaciones definitivas.

*

La extensión de las copias suevas de los sólidos de Honorio durante el siglo V, está marcada por varios tesoros de monedas de esta clase de ceca oficial, hallados en fecha reciente. En los de Tremoedo y Sarandora ⁽²⁾ se hallaron 717 monedas romanas de esta época, que prueban la intensa acuñación local y por lo tanto la certeza del funcionamiento de los talleres monetarios de Lugo y de Braga.

La derrota de Eugenio en el año 394 debió determinar el cierre de las cecas imperiales galas y por ello la acuñación de moneda dedicada a las regiones transalpinas se concentra en Mediolanum, donde con Honorio, queda fijada la sede del gobierno de la *Pars Occidentalis* del Imperio ⁽³⁾. El hallazgo de Dortmund ⁽⁴⁾, uno de los más importantes para el estudio de la circulación monetaria a principios del siglo V, nos muestra que de un conjunto de 443 sólidos, 109 eran de Mediolanum y de ellos 90 con el mismo reverso que copian los pueblos suevos. Pero el resurgimiento de la agitación en las Galias que culmina con las usurpaciones de Constantino III y de Jovino (411-413), al desarrollar sus programas de restauración sobre los modelos de Magnencio, Magno Máximo y Eugenio, o sea sobre el principio de la autonomía regional, fue un modelo también a seguir por los suevos, ya que la acuñación de sólidos áureos no debe nunca de conceptuarse como un signo de ostentación por parte de los emperadores, sino que forma parte de un vasto complejo de tipo económico.

⁽¹⁾— Sobre estas monedas de plata y su tan discutida autenticidad, vease REINHART, op. cit. pag. 135 y 136. Es indiscutible que tales monedas de plata tienen carácter conmemorativo. Vease ULRICH BANSA, op. cit. pag. 198 y s. s.

⁽²⁾— Vease F. BOUZA BREY, *Los tesorillos de monedas romanas de Tremoedo y de Sarandora*. III Congreso Nacional de Arqueología, Galicia, 1953, págs. 375 a 391.

⁽³⁾— ULRICH BANSA, op. cit. pag. 166. La sede del gobierno llevaba inherente la totalidad de las oficinas de la administración militar y civil.

⁽⁴⁾— K. REGLING, *Der Dortmunder Fund rom. Goldmünzen*, Dortmund, 1908. El hallazgo tenía tres grandes grupos de monedas, uno pre-Valentiniano con 42 monedas, un segundo de la época de Valentiniano I y Eugenio con un total de 296 piezas y un tercero más moderno con monedas entre Eugenio y Constantino III con 104 monedas.

La ceca de Mediolanum antes de cerrarse, fué la mejor conocida por todos los pueblos bárbaros y de aquí el que sea considerada como la moneda de oro tipo, de la que se copian las provinciales. Prueba de ello es el que de Milan saldrían la mayor parte, junto con Ravena, del tributo de 4.000 libras de oro, que Stilicon concedió a Alarico en la primavera del año 408 para tratar de desviarlo hacia las Galias, así como del compuesto de 5.000 libras de oro y 30.000 de plata que Honorio entregó al mismo rey de los Godos en el otoño del mismo año citado, cuando por primera vez el bárbaro asedió a Roma (¹). En cuanto a la fecha de su cierre también es dudosa. Últimamente parece fundada la teoría de retrasar las fechas por el hallazgo de medallones de oro del tesoro de Velp (²), que arroja una fecha más reciente en 425. Las monedas de oro de Honorio encontradas fueron tres y de ellas una de la ceca de Mediolanum (³), que años más tarde fue robada del Museo de París.

No esta la ocasión de adentrarnos en la difícil y deficientemente estudiada historia de los pueblos suevos a su entrada y primera expansión en la península (⁴) y nos detendremos únicamente en los puntos fundamentales para fijar la época de estos sólidos bracarenses y de los motivos de su acuñación.

Parece fijado con carácter definitivo que el año 411 es el del asentamiento de las tribus suevas, que ya no pueden considerarse, de aquí en adelante, como pueblos en movimiento. En estos años, Hermerico aparece ya como Dux o Rey de los suevos, aunque sea muy dudoso si hubo o no un efectivo sorteo de tierras, para la fijación territorial de los invasores. El pasaje de Hidacio (⁵) dice textualmente: «...*conversi sorte ad inhabitandum sibi*

(¹) — Durante este asedio además de las piezas de oro y plata el Senado le prometió 4000 tunicas de seda, 3000 pieles teñidas de púrpura y 3000 libras de perfumes. Véase un estudio completo en F. LOT, *Histoire du Moyen Age*, París 1928, página 33.

(²) — Sobre el tesoro de Velp, véase especialmente A. VAN KERKWIJK, *Les médailles romaines en or de la trouvaille de Velp en 1715*. Actas del Congreso Numismático de Bruselas, Bruselas 1910.

(³) — La de Mediolanum corresponde al tipo COHEN, op. cit. número 11 y al 3 de Honorio de la obra de F. GNECCHI, *I Medaglioni Romani*, Vol. I. pag. 39, Milan, 1912. Se conocen varios medallones con el mismo tipo pero con siglas de ceca diferentes y todos del mismo hallazgo. El de Milan no aparece con peso exacto en ninguna publicación.

(⁴) — La historia del pueblo suevo está considerada en la mayor parte de las historias de carácter general sobre la época, pero en muy pocas obras especializadas. Véase *Historia de España*, dirigida por Menéndez Pidal, tomo III, Capítulo III, págs. 27 a 42, con corta bibliografía. Obras fundamentales germanas son las de E. BENINGER, *Die Quaden*, Leipzig-Berlin 1940. L. SCHMIDT, *Geschichte der deutschen Stamme*, Munich, 1933, y STEIN, *Geschichte des spätromischen Reiches*, Viena 1926. Como fuentes clásicas aparecen las de Hidacio y Orosio en primer lugar y muy secundarias, solo aprovechables en pequeños detalles las crónicas de Sozomenos, Zosimo y Olimpiodoro.

(⁵) — Capítulo 49 de la edición de Hidacio contenida en la *España Sagrada* de FLOREZ, Tomo IV.

provinciarum dividunt regiones» y para la interpretación de Reinhart ⁽¹⁾ no debió de existir un sorteo propiamente dicho, sino que a las tribus con menos guerreros se concedieron territorios menores. Pero el pasaje de Hidacio no ofrece posibilidad de tal interpretación, y por ello debemos aceptar tal sorteo mientras no aparezca otra fuente clásica que lo contradiga.

De aquí en adelante nos encontramos con el problema más fundamental para el estudio de las primeras monedas suevas: el del supuesto pacto entre Hermerico y Honorio, que es apoyado por la autoridad de Stein ⁽²⁾ y negado por Reinhart ⁽³⁾ basándose en que no existía ninguna ventaja por par del Imperio en tal pacto, aparte de que no aparecen los suevos ayudando a los romanos en ninguna campaña posterior.

Creemos que este punto fundamental requiere una mayor atención de la que se le ha prestado hasta ahora: el *foedus* es en esencia un tratado que se establece entre dos naciones, con autonomía de ambas, derecho de acuñar moneda, exención de servicio en las legiones y derecho de recibir exilados, como lo atestiguan con todo detalle Tito Livio y Polibio ⁽⁴⁾ y no debe de confundirse con la simple *amicitia* que no obliga al pueblo amigo a suministrar ayuda en caso de guerra. En este sentido no creemos haya existido una verdadera *foedera* con los pueblos suevos; estos se debieron instalar en las mismas provincias que devastaron, y que además eran difíciles de defender para los romanos, invocando los barbaros su supuesto título de *foederatus*, solo cuando les convenia, con más frecuencia para obtener botin de guerra que para fijarse en los territorios conquistados.

El caso de los Suevos no es el mismo que el de otros pueblos barbaros; Honorio hizo donación formal de tierras a los visigodos, con tal que reconquis-

⁽¹⁾ — REINHART, op. cit. pag. 35. No es razón suficiente para negarlo el alegar que hubiera resultado improcedente.

⁽²⁾ — STEIN, op. cit. pag. 381 y s. s. Las frases de este autor, pag. 399, son demasiado generales... Alle diese Volkerschaften bemühten sich, den Kaiser zum Abschluss eines *foedus* und damit zur rechtlichen Anerkennung ihrer Landnahme zu bewegen». Y la única fuente que cita como base para ello es la de Orosio, VII, 43, 14. que tampoco es decisiva pues se refiere vagamente a los pueblos bárbaros.

⁽³⁾ — REINHART, op. cit. pag. 35 y 36. Para TORRES LOPEZ en la *Historia de España* antes citada, los terminos *sortiuntur* y *sorte* se refieren solo al reparto de las tierras entre los suevos y los romanos, pero tal opinión es muy dudosa, pues para ello no hacía falta sorteo ya que estaba perfectamente regulada por la costumbre y la ley escrita, en cuanto a los deberes de los *possessores*.

⁽⁴⁾ — Los primeros ejemplos de *foedus* nos los proporciona Polibio, VI — 14, 8 al hablar del asilo que pueden tener los ciudadanos en Nápoles, Tibur y Prenesta, así como en las otras ciudades con el mismo régimen de alianza con Roma. Véase también Tito Livio, XLIII-2-10. Más tarde el concepto del *foedus*, varía según las circunstancias: y así el mismo Pomponius distingue dos sentidos en la palabra *liberi populi*, que puede comprender o no los *foederati*, según la mayor o menor amplitud que se conceda a la expresión.

tasen los territorios invadidos por otras tribus, principalmente alanos y vándalos, pero reconociendo en todo momento la soberanía del Imperio. Y es bien conocido el hecho de que la moneda de oro era un privilegio Imperial y no se cedía a ningún pueblo aliado, por lo que mucho menos pudo conferirse a los suevos. Por el testimonio de Orosio y de Hidacio ⁽¹⁾ sabemos que la Hispania Oriental quedó bajo el dominio de Ravena, mientras que el Occidente y el Sur quedó en manos de los diversos pueblos bárbaros; en el año 417 aparece en los documentos imperiales el *Comes Hispaniarum*, como un nuevo mando en la Hispania, pero sin ninguna separación de zonas o territorios. Jurídicamente toda la península pertenecía al Imperio y no había motivo para tales distinciones, aunque *de facto*, en muchas regiones el control fuese solamente nominal ⁽²⁾.

Esta aparente anomalía, la fluidez de las fronteras de dominio, y el hecho cierto, ya que es afirmado por el mismo Hidacio, de que continuaban percibiéndose los impuestos por los recaudadores romanos, nos lleva a considerar si hay antecedente de algún sistema en que todo este conjunto pueda acoplarse, y lo hallamos en la *amicitia*, que no lleva consigo el derecho a acuñar moneda, y que parece ser el que, a nuestro juicio, Honorio, por una simple *appellatio* ⁽³⁾ concedió a los suevos en las zonas del Occidente ibérico.

Si bien el pueblo amigo no aparecía en subordinación, el hecho real es que esta subordinación existía *de facto*, aunque no hubiese ninguna expresión real de esta desigualdad entre ambas partes. Recordemos las explicaciones de Cicerón ⁽⁴⁾ al hablar del tratado con los gaditanos y su interpretación del imperativo *conservanto*, que representa siempre una orden y no un ruego.

⁽¹⁾ — STEIN, op. cit. pag. 399 citando a Orosio VII-4-10 y a Hidacio, capítulos 46 y 48 y s. s.

⁽²⁾ — Sobre la presencia del *Comes Hispaniarum* y sus vicisitudes vease especialmente *Notitia Dignit. Occid.* I-35-45; V-131; VII-118; etc. Vease también un estudio de sus atribuciones y divisiones territoriales junto con el *Comes Britanniarum*, en BURY, *Journal of Roman Studies*, X-1920.

⁽³⁾ — Esta forma de reconocimiento, que es una variante de la clientela de la época romana clásica, tiene su primer ejemplo en dos pasajes de *Polibio*, XXXII-4-3 refiriéndose a Demetrio I. Y en cuanto a la *appellatio*, quizás el ejemplo más claro es el de Massinisa, quien al ser llamado rey por Scipión, quiso confirmar esta apelación por el Senado Romano. Así se desprende de *Polibio*, XXI-11 y *Tito Livio*, XXIX-3-10 y 24-3. Vease sobre el tema en general, P. C. SANDS, *The client princes of the Roman Empire*. Cambridge, 1908, págs. 59 y s. s.

⁽⁴⁾ — Vease Cicerón, *Pro Balbo*, cap. 35, 37. La frase es muy interesante en cuanto a su exacto significado «...*Maiestatem populi Romani comiter conservanto*», y la afirmación de Cicerón de no tratarse precisamente de un *foedus*, ni que *comiter* sea una frase arcaica por *communiter*. Su frase final es categórica «...cuando se obliga a conservar la majestad de un pueblo, y no se menciona para nada el otro, el pueblo cuya majestad debe ser guardada bajo pena de sanción, está colocado a un nivel diferente y más alto que el otro».

La amistad en terminos generales llevaba implícitas las siguientes condiciones:

1) — No podía haber por parte del pueblo amigo ningun acto de hostilidad hacia el Imperio Romano.

2) — No se podían suministrar socorros ni ayuda a los enemigos declarados del Imperio. (1).

Observese como estas dos condiciones se cumplen en todo momento por los suevos y por lo tanto desaparece el obstáculo que para algunos autores era de importancia, en cuanto al hecho de que los suevos, *no ayudaron* a los romanos en sus guerras; no era condición precisa para la *amicitia* tal y como se entendía al estilo romano tradicional en Ravena. No creemos sin embargo que se llegase a una verdadera clientela, aunque algunos aspectos de la misma como la *evocatio*, parece haber sido aceptada por los suevos en algunos momentos. El reconocimiento implícito de la soberanía territorial de este pueblo, puede haber sido concedido, como ya antes hemos expuesto, por una simple *appellatio*.

La amonedación sueva no desmiente esta teoría de la simple existencia de una *amicitia* y falta de un *foedus* concreto; los sólidos bracarenses se copian fielmente el tipo imperial incluso en las siglas de las cecas y solo mucho mas tarde con el debilitamiento del poder central, la falta de comunicaciones con Roma y el ejemplo de los visigodos, se adopta el sistema de los trientes, en los que se estilizan los tipos imperiales con leyendas de cecas y nunca de reyes. Y las unicas monedas de plata con leyenda real, las de Reciarío, deben de considerarse como conmemorativas al estilo de las silicuas de Honorio (2).

(1) — Un ejemplo de la vigencia de estas dos clausulas lo tenemos en el tratado con Viriato, tal y como es descrito por *Appiano*, *Hisp.* 69-70 y por *Polibio*, III-22-25. Sobre la clientela vease tambien *Polibio*, I-16-10 en relación con Hieron de Siracusa.

(2) — Estas monedas de plata de Reciarío, ya descrita por MIONNET la del Museo de París, se conocen en la actualidad por tres ejemplares. El de París, otro en la colección STEFAN de Graz y una tercera descubierta al pie del castro de Lanhoso por CARLOS TEIXEIRA,, aunque incompleta. La leyenda del reverso es en todo momento IVSSU RECHIARI REGES con las letras B y R como marca de la ceca de Braga, lugar de su acuñación. Hay dudas sobre la autenticidad del ejemplar de París, pero la presencia de los otros dos hace indudable se trata de una moneda original, aunque posiblemente retocada. Sobre la amonedación de miliarenses y silicuas por Honorio que debían de circular por todo el territorio suevo, vease ULRICH - BANSÁ op. cit. pag. 181 y s.s. Las fracciones de silicua, que algunos conocen como Victoriatos, para distinguirlas de las silicuas de peso reducido, tuvieron un momento de auge, hasta que la natural baja de peso hizo confundirse con las mismas silicuas rebajadas, que son las que mas extensa circulación tuvieron por el territorio Suevo. Y a diferencia de las series votivas, que se pueden marcar cronologicamente por las leyendas augurales, las fracciones y silicuas rebajadas solo tienen una clasificación aproximada

En conjunto la amonedación sueva es mas bien provincial que nacional ⁽¹⁾ y el patron de peso progresivamente disminuido sigue un ritmo analogo al de las copias visigodas. ⁽²⁾.

Otra importante distinción cabe hacer en cuanto a la amonedación de los suevos; tiene un caracter mas propiamente latino que romano, distinción jurídica cuyo alcance parece haber escapado a los que han estudiado hasta ahora estas piezas y cuyo fundamento puede ser el mismo que ha motivado la persistencia de las instituciones municipales del Imperio Romano en la region de Galicia y Norte de Portugal, acaso por el fuerte aislamiento geográfico de la zona, con valles de difícil acceso.

Resumiendo lo anteriormente expuesto, no somos de la opinión de Reinhart, en cuanto a creer que los suevos formaram una provincia romana independiente, aunque en algunos hechos lo parezca. La persistencia del sistema administrativo, provincial, municipal y jurídico romano, adaptado al medio ambiente, esta probada por la mencion repetida de Hidacio de los conventos Bracarenensis, Lucensis y Asturicensis, asi como por la existencia de un *rhetor* romano en Lugo. Y como consecuencia de ello no se puede afirmar que fuese *lo mas lógico* el imitar la moneda romana, sino lo legal y necesario para el fiel cumplimiento de la *amicitia*, que el pueblo suevo debió obtener de Honorio,

por la forma de la palabra AUV en sus reversos. Como de interes para fechar estas monedas que a veces aparecen junto con solidos de tipo suevo, indicamos el cuadro que segun ULRICH-BANSA puede servir de tipo:

- 1) — AVGGG — (394 - 395) — Teodosio I, Arcadio y Honorio
- 2) — AVGG — (395 - 403) — Arcadio y Honorio.
- 3) — AVGGG — (403 - 408) — Arcadio, Honorio y Teodosio II.
- 4) — AVGG — (408 - 423) — Honorio y Teodosio II.

Por lo tanto solo hay posibilidad de confusión en estas piezas cuando la leyenda es con AVGG, ya que puede pertenecer al periodo suevo o nó segun los casos, pero es indudable que las que llevan la palabra escrita AVGGG no pueden ser de ninguna forma del periodo suevo de acuñación.

⁽¹⁾ — Vease sobre el tema P. LE GENTILHOME, *Le monnayage dans les royaumes Barbares en Occident*, Paris, 1946, pags. 26 y s. s. y 70 y s.s. Este autor cree tambien reco ocer como moneda sueva la copia de monedas de Valentiniano III, que Mayoriano en el año 458, rechaza como moneda de menor peso y valor: *Novellae*, I-IV-t. 1: «Praeter nullus solidum integri ponderis, calumniosae improbationis obtentu, recuset exactor, excepto eo gallico cuius aurum minore aestimatione taxatur». A nuestro juicio estas piezas muy aleadas no son suevas: por lo menos de las tribus suevas asentadas en el N. E. Iberico, ya que en los hallazgos nunca aparecen. Son piezas acuñadas en las Galias, por tribus afines.

⁽²⁾ — Sobre metrología visigoda el unico trabajo de importancia científica es el publicado por P. GRIERSON, *Visigothic Metrology*, Numismatic Chronicle, 1953, pag. 74 y s. s. La perdida de peso en estas amonedaciones, que puede ser asimilada a las suevas, se produce por una de estas três causas o por mezcla de ambas: a) — por un cambio en el patron metrologico, mas o menos declarado. b) — por ordenanzas privadas a las cecas ordenando una baja en el peso, sin publica exposición de la orden y: c) — por ineficiencia administrativa del

y que recuerda con sus acuñaciones muchos años después de la muerte del emperador. ⁽¹⁾. Cuando copia los sólidos de Valentiniano, los lazos de unión con Roma estaban muy debilitados y solo por ello copia algún detalle del tipo general, pero subsiste la leyenda a nombre de Honorio en toda la acuñación de sólidos conocida.

LOS SÓLIDOS SUEVOS

Los primeros sólidos suevos conocidos no permiten una separación precisa de sus modelos acuñados en Mediolanum ⁽²⁾. Presentamos con el presente trabajo dos suevos ejemplares ⁽³⁾, muy semejantes, pero con una característica peculiar (FIGURAS 1 y 2): una extensa gráfila radial en anverso y reverso, que no conocemos exista en ningún ejemplar de las acuñaciones oficiales de Mediolanum. Ambos moldes figuran en la colección de improntas de W. Reinhart, aunque desconocemos la actual situación de las monedas originales. Estilísticamente deben situarse entre los primeros casos de copias del sólido de Honorio, con posible ceca provincial de Braga, y anteriores a las copias de arte más basto, que luego detallaremos. ⁽¹⁾.

control de las cecas, que rebajan el peso por su propio beneficio. Su tabla III con las densidades de las monedas visigodas es de gran importancia: el oro más puro aparece con Leovigildo llegando a 74,5 y bajando hasta 17 en acuñaciones de Egica Witiza en Emerita, el punto más bajo de la escala. Pero al mismo tiempo otras monedas de Egica Witiza de Toledo, llegan y superan la riqueza de tiempos de Leovigildo, alcanzando los 83,5. Por lo tanto la hasta ahora aceptada teoría de un progresivo decrecimiento, tiene numerosas excepciones y ha de entrar en juego en todo caso, factor diferente al a) antes citado.

⁽¹⁾ — REINHART, op. cit. pag. 128 y s. s. Si eliminamos la existencia de copias de sólidos de Valentiniano III de tipo suevo, que no se conocen hasta la fecha, la copia de sólidos de Honorio, presenta una progresiva pérdida de peso, aunque en teoría el sistema utilizado era el del sólido como 1/72 de la libra romana o sean los 4,546 gramos término medio.

⁽²⁾ — Reproducciones de sólidos de estos tipos primeros de copia sueva, pueden verse en la obra de REINHART ya citada, lámina IV números 1 al 7. La mayor parte pertenecían a la propia colección de este autor, y que desgraciadamente no conocemos ahora donde se halla. Fuera de estas reproducciones no conocemos ninguna obra numismática donde aparezcan claramente diferenciados de las restantes copias bárbaras.

⁽³⁾ — El de la figura 1 está algo aumentado del original, que tiene solamente 24 m/m de diámetro máximo. La posición de sus cuños es † † o sea la normal en las copias suevas. El sólido de la figura 2, derivación del anterior, tiene un diámetro máximo de 21 m/m, y la posición de cuños es la misma antes citada. Su reverso, no reproducido, lleva también las siglas M y D con toda claridad. Obsérvese como la M. de la ceca de Mediolanum se escribe ya casi como H de donde se deriva el signo de los tipos IV y V. El peso de ambos ejemplares es de 4,260 gramos.

⁽¹⁾ — Con peso de 4, 24 gramos solo conocemos un ejemplar en la colección Reinhart, reproducida en la citada obra de este autor, Lámina IV número 1 y el aspecto del anverso es muy similar al de nuestra figura 2, así como también el diámetro de la pieza.

Con esta nueva aportación podemos intentar una clasificación de solidos suevos, en la siguiente forma:

TIPO I — Solidos con gráfila radial en anverso y reverso, peso muy cercano al normal y arte bueno.

TIPO II — Solidos sin la indicada gráfila radial, peso como los del tipo anterior, y arte mas degenerado.

TIPO III — Solidos semejantes a los del tipo II pero con peso mas bajo y arte progresivamente mas barbarizado.

TIPO IV — Copias de arte barbaro pronunciado, con marcas en el reverso H y NP en lugar de las siglas normales de los tipos anteriores. Peso mas bajo. (²).

TIPO V — Copias de arte muy degenerado, con signos en el reverso Ξ y $| \cdot |$ y peso mas bajo que los anteriores. La epigrafia ya no es propiamente romana. (³).

TIPO VI — Copias de arte muy semejante a los anteriores, con peso bajo, y sin marca ninguna de ceca en el reverso. (⁴).

La cronologia de estas copias suevas, es muy dificil de precisar en cuanto a sus fechas finales. La inicial debe de ser alrededor del 411 pero las copias sucesivas, teniendo en cuenta la variedad de tipos y el progresivo decrecimiento en peso, deben de fecharse muy posteriores al cierre de la ceca de Mediolanum, y como es lógico mucho despues tambien de la muerte de Honorio. Segun las fuentes literarias que poseemos, la mayor intensidad de acuñación debe coincidir con el reinado de Reciaro (448-456), cuando el pueblo suevo obtuvo su mayor

(²) — Conocemos de este tipo dos ejemplares: uno de la misma antigua colección Reinhart, con peso de 3,74 gramos (lámina IV número 4 de la misma obra) y otro con peso de 3,76 en la colección Paiva Pessoa de Castelo Branco (lámina IV número 5 op. cit.). Sin embargo las características de ambos son diferentes, no solo en el retrato del anverso, sino en la signa del reverso que mientras en uno es claramente NP en el otro se asemeja mas bien a NR.

(³) — De este ultimo tipo se conocen varios ejemplares, pero la separación entre estas de Reinhart con peso de 3,65 gramos y existente en la Casa da Moeda de Lisboa. Aunque la leyenda, con una epigrafia muy barbarizada, es del emperador Honorio el retrato parece mas bien de Valentiniano III.

(⁴) — Solo conocemos un ejemplar de este tipo (lámina IV número 6 de la obra copias suevas y las otras tribus bárbaras es muy dificil de precisar. Reproducido uno de ellos (lámina IV número 7, Reinhart) con peso de 3,70 gramos y de la antigua colección Reinhart. Los retratos tienen poco parecido con el emperador Honorio y la epigrafia es muy diferente a la de las otras copias suevas.

expansión territorial y se registran las acuñaciones de plata con su nombre, ya citadas. (1) Desde el año 456 al 464 se suceden cinco reyes al menos, y la intranquilidad del periodo así como la derrota del ejército suevo por los visigodos, pudo ser la causa, primero de la degeneración de tipos y más tarde del sistema de acuñación de trientes con nombres de cecas. Ya hemos indicado que no se conoce ningún sólido con leyenda a nombre de Valentiniano III en copia sueva, pero en cambio son frecuentes los trientes que la llevan, de lo que parece deducirse que en un momento dado, hacia 464, la acuñación de copias del sólido de Honorio debió de cesar, para adaptarse al patrón metroológico del triente visigodo.

Los pesos de los ejemplares conocidos de los tipos establecidos, van en continua regresión, según el siguiente cuadro:

Tipo 1) — 4,260 gramos término medio.

Tipo 2) — 4,240 gramos término medio.

Tipo 3) — 3,970 gramos término medio.

Tipo 4) — 3,750 gramos término medio.

Tipo 5) — 3,650 gramos término medio.

Tipo 6) — 3,700 gramos término medio.

Los tipos 4, 5 y 6 pueden ser coetáneos, ya que las diferencias en peso son muy pequeñas y el número de ejemplares conocido no basta para establecer una distinción más exacta. Pero los tipos 1, 2 y 3 son sin duda bastante anteriores. Los últimos tipos de sólidos tienen ya el patrón del triente que era de unos 1,10 a 1,25 gramos o sea un sólido de 3,30 a 3,75 gramos, pesos en los que entran todos los ejemplares conocidos de esta clase de monedas.

Reinhart (2), facilitó una regla práctica de interés sobre la posición de los cuños en los sólidos suevos. Según este autor van siempre en la dirección

(1) — El nombre de Reciaro va siempre unido a ser, según el testimonio de Hidacio, el primer rey católico de los suevos. Hijo de Recila, invadió la Cartaginense, casando con una hija del rey Teuderedo de Tolosa. La frase de *Hidacio*, cap. 137 es terminante «... cui mox filius suus Catholicus Rechiarius succedit in regnum». Su alianza con el general romano Basilio que mandaba también tropas godas fué el inicio de sus ambiciones políticas, amparadas aun más por el caos reinante en el Imperio después de la muerte de Valentiniano III, y que terminan con su derrota y muerte el año 456 o 457. A su muerte los visigodos dominaron temporalmente la región y sin duda introdujeron los primeros trientes como su sistema propio de amonedación.

(2) — REINHART, op. cit. pag. 130 nota 110.

↑ ↑ mientras que las monedas oficiales de la ceca de Mediolanum son en cambio en la posición relativa ↑ ↓. Esta regla tiene sin embargo algunas excepciones y no puede admitirse por completo. Al utilizar troqueles fijos las únicas posiciones posibles son las dos indicadas y más bien deben considerarse los sólidos suevos como acuñados sin regla fija, faltos del meticoloso cuidado en la posición de los troqueles que caracteriza a las cecas Imperiales de la misma época.

Veamos por último algunos detalles de los distintos tipos de la nueva clasificación que proponemos:

TIPO I — Ya hemos indicado que se caracterizan por la gráfila radial, que falta en las restantes acuñaciones suevas de sólidos. Más tarde este gusto por la decoración radial aparece en los trientes, y no es infrecuente en algunos medallones romanos de ceca oficial. A nuestro juicio estas raras monedas han sido acuñadas con troqueles grabados por grabadores oficiales.

TIPO II — El rostro del emperador Honorio sufre en este tipo un alargamiento en sus facciones, característico de las restantes copias suevas.

TIPO III — El tamaño del flan en las monedas conocidas de este tipo es muy pequeño. Casi nunca pasa de los 21 a 22 m/m y en algunas ocasiones el rostro del anverso parece copiar prototipos de sólidos de Honorio de su primera época, posiblemente a falta de modelos más recientes. Las letras de la ceca Imperial son aun claramente visibles.

TIPO IV — Estas copias de arte bárbaro no creemos puedan ser anteriores al reinado de Reciaro entre 448-456. Las siglas de la ceca de Mediolanum sufren una radical transformación: la primera M se convierte en una H, cambio epigráfico normal por la forma dudosa de la M en los sólidos de los tipos anteriores. Pero la D se cambia en un monograma que ya hemos visto puede presentar dos formas diferentes: una que parece indicar las letras N y P y otra en que las letras que lo forman deben de ser N y R. Este enigmático cambio ha dado lugar a muchas interpretaciones, entre ellas la de Reinhart ⁽¹⁾ que cree puede ser el monograma de Honorio. El problema es muy complicado, pero desde luego debe de rechazarse se trate del monograma de Honorio, ya

⁽¹⁾ — REINHART, op. cit. pag. 130. La solución de Reinhart cae por su base si tenemos en cuenta los dos tipos diferentes de monograma que existen, aparte las razones históricas ya apuntadas.

que su nombre completo aparece en el anverso y la posición de este monograma es exactamente el mismo que en los tridentes de imitación de Justino y Justiniano, por los visigodos, donde siempre son monogramas de nombres de Reyes. De tratarse de nombre de ceca, no conocemos ninguna en el territorio suevo que pueda aplicarsele ⁽¹⁾, y creemos que debe ser el nombre de un Rey suevo el que figura en estos solidos. Aunque tambien en este caso la dificultad es la misma, pues tampoco coincide con ningun rey suevo conocido, si bien es cierto que se desconoce el nombre de varios.

TIPO V — En estas copias ya mas avanzadas, los monogramas del reverso son simples figuras geométricas, un rectangulo dividido en dos partes por una linea horizontal o diagonal. Por este motivo no es lógico buscar en estas piezas mas que unas copias muy degeneradas del solido de Honorio, con figura de Valentiniano III a veces en los anversos, y con una epigrafia muy particular.

TIPO VI — Ya hemos indicado anteriormente que estas copias pueden no ser suevas en ocasiones. No hay motivo seguro para su asignación, y la epigrafia marca mas bien hacia cecas no lusitanas. Los hallazgos de monedas de esta clase son tan escasos que tampoco resolvem la cuestion de una manera definitiva.

A D I C I Ó N

Terminado de redactar este articulo, ha visto la luz en la Revista *Caesaraugusta*, 7-8, 1957, pags. 115 a 129 un articulo de *Pio Beltran* sobre el tema «Las primeras monedas Suevas», que tiene muchos puntos de interes. Primeramente dedica un elogio póstumo a la figura de *W. Reinhart*, pasando despues a exponer una cronologia del periodo. En la parte relativa a los solidos

(¹) — La unica posibilidad sería la ceca de NORBA en un caso, pero para el otro no hay ceca conocida. Sobre un problema similar vease MATEU Y LLOPIS, *Catálogo de las monedas previsigodas y visigodas del Museo Arqueológico Nacional*, Madrid, 1936 pags. 141 y s. s. en que estudia el monograma de Amalarico y las teorías de AMARDEL sobre la posibilidad de que se trate unicamente de la marca de la ceca de NARBONA. Vease tambien en cuanto a la existencia del mismo monograma o ligatura en tiempos de los visigodos la obra de GEORGE C. MILES, *The coinage of the Visigoths of Spain Leovigild to Achila II*, New York, 1952, pag. 520 donde aparecen los dos casos, de N y P y de Ñ y R.

copia de los Honorio, mantiene una posición de escepticismo acerca de la atribución a pueblos suevos de estas copias, basándose en las dificultades «casi insuperables» de clasificación de monedas imitadas, como es el caso presente. Mas adelante pasa revista, sin aportar nada nuevo, a estas emisiones, pero sin duda por falta de corrección de pruebas, el artículo resulta desorientador. Así en la página 121 se hace pesar al solido aureo «*alrededor de un gramo*» (sic), mientras que otro del grupo cree tiene nada menos que *374 gramos*, o bien (la misma página) el solido tiene *2,4 milímetros* de diametro. Salvadas estas incorrecciones materiales. coincide con nuestra opinión de que la sigla H-NR no puede aludir al nombre de Honorio, aunque por otra parte no cita que los solidos sean copia de los de la ceca de Mediolanum precisamente, con lo que queda algo aclarado el problema.



LAS COPIAS SUEVAS DE LOS SOLIDOS DE HONORIO

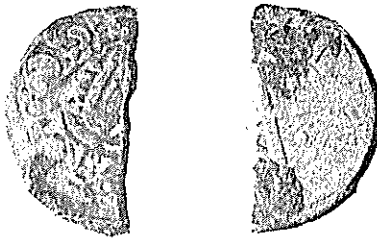


Fig. 1



Fig. 2

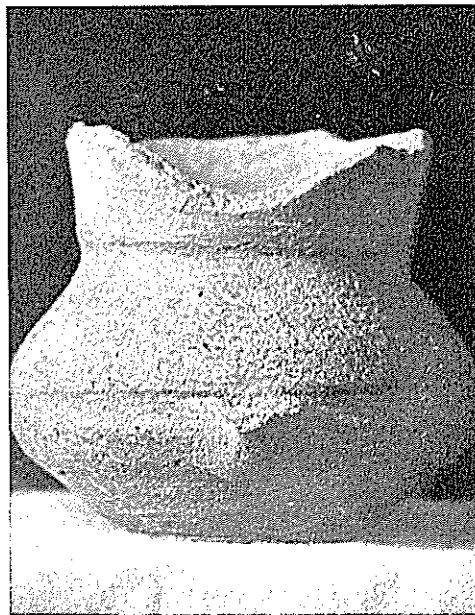
SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO E ARRUMAÇÃO DAS MOEDAS DOS PRIMITIVOS REINADOS



Anverso

Fig. 1

Reverso



O pequeno vaso que continha as moedas de D. Sancho I e II e de D. Afonso II (pág. 27)

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO E ARRUMAÇÃO DAS MOEDAS DOS PRIMITIVOS REINADOS

POR JOÃO LOPES F. GUEDES

É notória a discordância na atribuição de certas moedas dos Dois Primeiros AFONSOS e dos Dois Primeiros SANCHOS da nossa 1.^a Dinastia e, se é certo que nos últimos tempos bastante se tem feito para aclarar este capítulo um tanto nebuloso da nossa Numária medieva, ainda se não conseguiu completo acordo entre os modernos Autores, talvez porque não tenham merecido a necessária divulgação certos acontecimentos que, na falta de documentos coevos, são da maior importância para o estudo e classificação das moedas, particularmente das mais antigas.

Queremos referir-nos aos «Achados de moedas» que julgamos dever de todos os que se interessam pela Numismática, e mesmo daqueles de certo grau de cultura não integrados no assunto, estudar e dar-lhes publicidade, procurando conservá-los íntegros, isto é, não os dispersando antes de serem estudados.

Não deixaremos de insistir sobre este tema, meio importantíssimo para o esclarecimento da nossa primitiva numária.

Nesta ordem de ideias procuramos com verdadeira paixão todas as oportunidades para os descobrir, indagando dos próprios operários e nos lugares que nos parecem propícios, do aparecimento de moedas antigas ou objectos arqueológicos e recomendando-lhes a sua não dispersão ou destruição.

O que é certo é que não temos perdido de todo o nosso tempo, conseguindo objectivamente estudar alguns conjuntos interessantes de numismas, mercê deste modo de proceder.

Está neste caso um recente «Achado de dinheiros» de SANCHO II e AFONSO III ocorrido em Santarém, que embora pouco volumoso nos parece de interesse para a classificação e arrumação das moedas dos SANCHOS no lugar devido (1).

(1) Vid. «Classificação e Achados», pelo Eng.º J. Ferraro Vaz — in «NVMMVS», vol. I, págs. 225 a 234.

O pequeno pecúlio enterrado formava bloco com forte aderência das moedas, como geralmente sucede, certamente por ter sido escondido embrulhado ou metido em recipiente frágil, invólucro que com a longa permanência no solo (cerca de 7 séculos) se consumiu por completo, não restando dele os menores vestígios.

Constituíam-no resumidamente, com referência aos números de Teixeira de Aragão, os seguintes «dinheiros»:

SANCHO I — n.º 3	19	exemplares	
SANCHO II — n.ºs 2-3-4-5-6 e outras variantes	108	»	
AFONSO III — n.ºs 1-2-3-4 e outras variantes	55	»	182
<hr/>			
SANCHO I — Metades de dinheiro (mealhas)			
. — n.º 3	5	exemplares	
SANCHO II — Metades de dinheiro (mealhas)			
não sendo nenhuma do n.º 1			
de Aragão	48	»	53
<hr/>			

Verifica-se assim:

- 1.º — Completa ausência nas moedas de SANCHO II de exemplares do n.º 1 de Aragão;
- 2.º — O lugar destes é preenchido pelos exemplares de SANCHO I a que Aragão dá o n.º 3;
- 3.º — As «mealhas» cunhadas substituídas pelos «dinheiros» partidos ao meio, a atestar sua raridade ou mesmo inexistência.

Parece-nos ter nesta altura toda a oportunidade a transcrição integral da opinião de TEIXEIRA DE ARAGÃO sobre as dificuldades que teve para a classificação dos «dinheiros» dos Dois SANCHOS (1).

«Distinguir os «dinheiros» lavrados, no reinado de D. Sancho I dos de seu neto D. Sancho II é, actualmente, para nós uma tarefa invencível. As epochas são proximas, e por conseguinte os typos pouco variados. Por analogia com a «mealha» de D. Affonso I (Est. I, n.º 3) e pelas cinco quinas, geralmente adoptadas pelos monarchas que se seguiram, grupámos

(1) Descrição Geral e Histórica das Moedas....., vol. I, pág. 152.

os dos «escudos» em D. Sancho I, e deixamos os de quatro ou cinco «escudetes» ao D. Sancho II. O fundamento é fraquissimo, e em presença da moeda há pouco descoberta (n.º 4 de Affonso I, págs. 143 e 146) e das ponderações que fizemos ao descrevê-la, parece-nos que os «dinheiros» com os cinco triangulos, são tambem de D. Sancho I. Só a descoberta futura de alguns documentos ou moedas os poderá bem classificar.»

Se a «mealha» que ARAGÃO classificou como sendo de AFONSO I está actualmente classificada, e julgamos que bem, como moeda de AFONSO II, e foi o «escudo» que o levou a classificar como pertença de SANCHO I os «dinheiros» com este símbolo, afigura-se que não haveria falta de lógica remetendo-os para a numária de SANCHO II, uma vez que, posteriormente, se colocou a «mealha» em AFONSO II. E se esta razão por si só não bastasse, os ulteriores «achados» constituem a nosso ver indicativo de peso para tal arrumação.

Quanto aos «dinheiros» com os cinco triângulos (n.º 1 de Aragão de SANCHO II) ao próprio ARAGÃO parecia já pertencerem a SANCHO II.

A menos de um mês do anterior «achado» tivemos a felicidade de tomar conhecimento de outro devido à solícita e preciosa comunicação que nos foi feita pelo Sr. Humberto Baptista Martins, conceituado construtor civil nesta cidade.

Num prédio que este senhor está construindo na Avenida das Portas do Sol (nas proximidades da antiga Alcáçova) quando se procedia à abertura de um cabouco foi encontrado, a uma profundidade de cerca de 3 metros, um pequeno vaso contendo as seguintes moedas:

SANCHO I — Mealha — Aragão 2	1	exemplar	
SANCHO I — Dinheiro — Ar. 3	51	»	
SANCHO II — Dinheiro — Ar. 1	1	»	
SANCHO II — Dinheiro — Ar. 2 - 3 - 4 - 5 - 6 e outras variantes	235	»	288
SANCHO I — Metades de dinheiro — Ar. 3	18	exemplares	
AFONSO II — Metades de dinheiro	1	»	
SANCHO II — Metades de dinheiro (apenas 1 era do n.º 1 de Ar.)	58	»	77

No conjunto, nota-se um único exemplar dos «dinheiros» de SANCHO II com o n.º 1 em Aragão e forte percentagem dos de SANCHO I com o n.º 3.

Digna de especial referência é a metade de «dinheiro» de AFONSO II, reproduzida ao dobro na Fig. 1, por nos revelar uma variante de numisma deste monarca desconhecida ou pelo menos inédita. Até ao seu aparecimento só conhecíamos deste Rei, «mealhas» (ou «dinheiros»?) com o escudo lanceolado acostado de 2 triângulos e de 2 pontos no anverso e com a cruz equilateral no reverso, não sendo nossos conhecidos exemplares deste tipo com cruz cortando a legenda.

Na metade do «dinheiro» nota-se ainda, que o escudo lanceolado seria ladeado por 2 estrelas de seis raios na parte superior e por 2 pequenos triângulos inferiormente, isto é, em posição inversa da que conhecíamos e que a disposição da legenda do anverso também se afasta da comum, pois começa por: AFOS... e não REX AFOS..., como usualmente.

A sua descrição é:

—Av. — A F O S (V?). Escudo lanceolado com 2 pontos, ladeado por estrela de seis raios e pequeno triângulo.

—Rv. — P O - R T. Cruz floreada cortando a legenda com estrela e ponto a cantoná-la.

Metal: bolhão; Módulo: 16 mm; Peso: 0,3 gr. (escassos); Conservação: M. B.; Proveniência: Santarém.

Como se verifica pelo seu conjunto, este pecúlio foi provávelmente enterrado no declinar do reinado de SANCHO II, portanto por fins da primeira metade do Século XIII e oferece-nos a particularidade de nos dar a conhecer uma peça de olaria portuguesa (?) coeva das moedas e por isso digna de todo o interesse.

Diz o ilustre «ceramógrafo» Armando Vieira Santos: ⁽¹⁾

... ..
«Mesmo assim, apesar da presumível riqueza da produção, nenhuma peça de olaria quer de carácter artístico quer de carácter utilitário, fabricada nos primeiros séculos da monarquia portuguesa, chegou

⁽¹⁾ ARTE PORTUGUESA — As Artes Decorativas — Cap. IV — (A Cerâmica em Portugal), Vol. I, pág. 126 — 2.ª col.

até aos nossos dias. Tudo desapareceu irremediavelmente destruído pelo tempo e esquecimento dos homens!.....».

Em face de tão abalizada opinião, avalia-se da contribuição que poderá trazer para o conhecimento da olaria nos primórdios da nossa nacionalidade o vaso reproduzido na Fig. 2 em tamanho natural.

Trata-se de uma «pucarinha» de barro vermelho com falta da asa, que já não devia possuir quando foi enterrada, com a capacidade de 1,2 decilitros, em cuja forma parece avultar a influência arabiga.

Por amável deferência do Sr. Baptista Martins, a quem neste lugar rendemos os devidos louvores e agradecimentos por ter salvo inteiramente moedas e vaso, foi-nos ofertado o conjunto, facto que nos permite oferecer à apreciação dos Senhores «ceramógrafos» a interessante «pucarinha».

SANTARÉM, Fevereiro de 1958.



UMA MOEDA INDO-PORTUGUESA DE COBRE INÉDITA

POR M. F. MALABARWALA

TRAD. DE L. P. G.

Eu creio que, entre os nossos numerosos assinantes, muitos há para quem a história das emissões da possessão portuguesa da Índia deve ser do mais alto interesse.

Antes de iniciar a descrição duma moeda de cobre inédita, talvez única, que está em meu poder, achada na velha cidade de Baçaim, próximo de Bombaim, gostaria de fazer algumas considerações, que, certamente, não virão fora de propósito. A numismática Indo-Portuguesa é tão complicada e difícil e está envolvida em tão grande obscuridade, tudo devido aos processos extravagantes e sem sistema postos em acção tanto pelos Vice-Reis como pelos funcionários das Casas da Moeda na emissão das moedas, que só um especialista poderá entranhar-se em tal matéria.

Foi em 1510 que se bateu a primeira moeda em Goa e, atendendo a tal data, pouco remota se a compararmos às épocas Grega, Romana e outras, ser-se-ia levado a crer que não haveria grande dificuldade em dar à estampa um estudo completo da Numária Indo-Portuguesa. O caso, porém, é bem diferente, porque as moedas são muito raras e difíceis de encontrar. A melhor obra sobre os numismas luso-indianos, até agora saída em letra de forma, é da autoria do famoso numismata desta cidade ⁽¹⁾ Dr. J. Gersou da Cunha. As suas admiráveis *Contribuições*, lidas durante as sessões da Real Sociedade Asiática de Bombaim, de 19 de Julho de 1877, 8 de Junho de 1880, 8 de Abril de 1881 e 12 de Dezembro de 1882 e publicadas no órgão da referida agremiação científica, nos volumes XIV, XV e XVI, respectivamente, tratam o assunto duma maneira hábil, clara e instrutiva.

Todavia, muito tempo passou já desde que tal obra foi impressa e eu ignoro a existência de quaisquer outros em língua inglesa.

Durante tão longo interregno muitas moedas sem dúvida, terão aparecido, que lançarão certa luz sobre o assunto e, certamente, em breve teremos o grande prazer de ler novos contributos para o estudo de moedas Indo-Portu-

(¹) — Bombaim.

guesas inéditas, devidos à pena do mesmo erudito médico, que tem sido um incansável e entusiasta investigador destas séries.

Descrevo a seguir a moeda da minha colecção, que é de D. João V e que foi batida no vice-reinado de D. Pedro Mascarenhas. É um exemplar de cobre, com o peso de 305 grãos ⁽¹⁾ ingleses, tendo no anverso duas palmas cruzadas sobre a coroa real e, entre estas figura, I. V., significando João V. No exergo ainda se pode ler sem dificuldade a data — 1735. No reverso está um feixe de três setas ligadas, ladeado pela letra ⁽²⁾ D, à esquerda, e o que resta duma outra letra, bastante cerceada, provávelmente um B, à direita, e sob as setas o número 20.

Os D e B indicam os nomes das Casas da Moeda de Damão e Baçaim e o 20 indica o seu valor que eu creio ser 20 *bazarucos*.

A moeda é quase do tamanho dum *xelim*, com duas vezes a sua espessura, e a sua orla está algo recortada junto ao valor. É bastante legível e está em muito bom estado de conservação. Queira verificar-se o desenho que acompanha esta carta. ⁽³⁾

Seria, é claro, interessante para os nossos leitores conhecer a origem do feixe de setas e, para o efeito, transcrevo as palavras do próprio Dr. Cunha: ⁽⁴⁾

«Ora as três setas ligadas estão gravadas ou representadas não sòmente em pedra, mas também nos monumentos numismáticos dos Portugueses na Índia. Os ingleses de Bombaim copiaram este emblema para as peças de cobre, que traziam num lado a coroa e no outro três setas ligadas, flanqueadas pelas letras G R em itálico significando Georgius e Rex, com a legenda *Auspricio Regis et Senatus Angliae* em baixo. Para os portugueses, que parece terem imitado esta divisa duma moeda espanhola corrente em Portugal entre 1557 e 1641, chamada *real de prata*, era um emblema de paz, para os ingleses de Bombaim era provávelmente um mero ornamento, se não um tipo sem sentido». ⁽⁵⁾

Bombaim, 30 de Novembro de 1894.

⁽¹⁾ — Não é fornecido o módulo e partimos do princípio que o desenho do original o respeita.

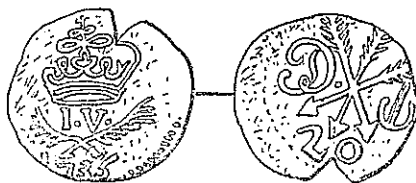
⁽²⁾ — No original inglês diz-se: *pelas letras inglesas antigas*.

⁽³⁾ — Damos também aqui uma fotogravura do desenho que acompanhava a carta. Nela respeitamos as medidas do desenho.

⁽⁴⁾ — *Contributions*, pág. 27. Na tradução (de L. P. G.), nas págs. 44-45, que se faz acompanhar da nota seguinte do tradutor: «Trata-se dos *Reais de Prata* de Fernando e Isabel que circularam em Portugal entre 27 de Junho de 1558 — reinado de D. Sebastião — e 1 de Julho de 1641 — reinado de D. João IV. Tinham como motivo a cança e as setas».

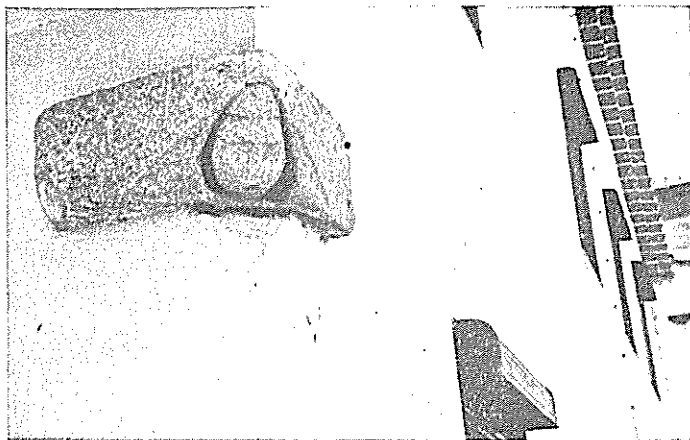
⁽⁵⁾ — Este artigo do coleccionador indiano de nome Malabarwala, dos fins do século passado, appareceu sob a forma de carta, dirigida ao editor da *Moultily Numismatic Circular*, de Spink & Son, de Londres, hoje ainda existente com o título de *The Numismatic Circular*, no número de Março de 1895, págs. 1092-93. *N. N. do T.*

UMA MOEDA INDO-PORTUGUESA DE COBRE INÉDITA

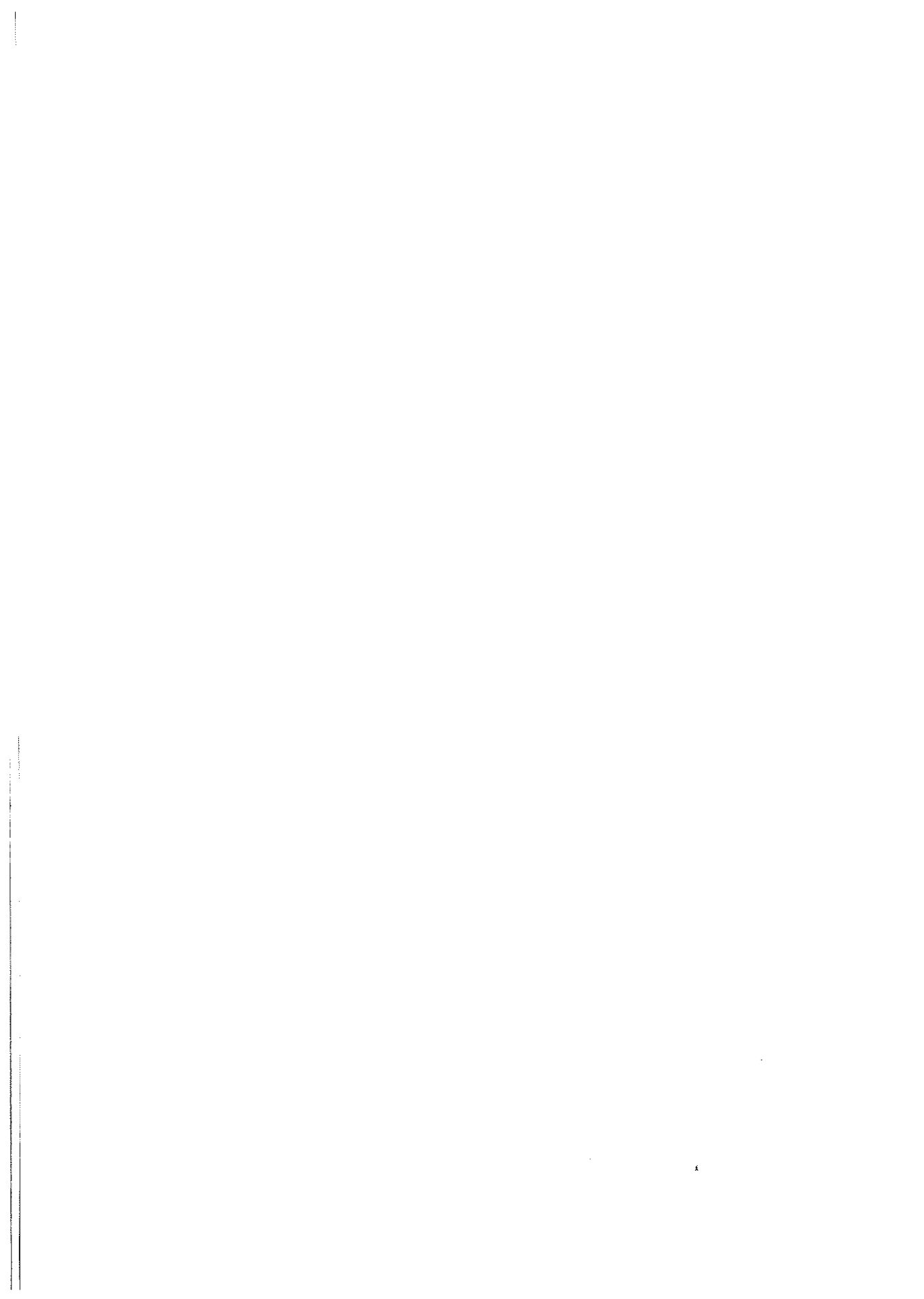


Moeda indo-portuguesa

O MISTÉRIO DA CABEÇA DE PENAMACOR



Cabeça da casa de Penamacor



O MISTÉRIO DA CABEÇA DE PENAMACOR

PELO PROF. JOSÉ MANUEL LANDEIRO

A revista «NVMMVS», n.º 13-14, respeitante a Dezembro de 1956 a Abril de 1957, inseria um interessante artigo sobre o mistério das quatro cabeças de Setúbal, da autoria do ilustre arqueólogo, Sr. Dr. Rocha Souto, onde se faz referência a um estudo feito por mim em «O Distrito de Setúbal» sobre as mesmas cabeças.

Por que no mesmo artigo se alia o meu nome a uma cabeça que se encontra na Vila de Penamacor e por me ser pedida a minha modesta opinião sobre esta última cabeça, aqui estou a «*deferir o requerimento*», em que nos foi solicitado este depoimento.

*

O processo de representar a figura humana ou a de outros animais por meio da escultura, é antiqüíssimo, mas foram os Gregos e os Romanos os dois povos que tiveram, principalmente os Romanos, a maior paixão pela estatuária. Os Romanos ornavam com estátuas não só as suas casas como os templos, ruas e jardins. Colocavam-nas sobre colunas, sobre arcos triunfais, no Forum, no Capitólio, na Via Sacra, etc. Era Coríntio o local do grande comércio da estatuária grega e daqui se espalharam as estátuas por toda a Grécia e por todo o Mundo. No dia da sua ruína, o entulho ficou cheio de metal fundido. As duas mais belas estátuas da antiguidade eram a de Minerva de Atenas e a de Júpiter Olímpico, obras primas de Fídias, feitas de ouro e marfim. Os olhos compunham-se de pedras preciosas. Mas voltemos aos Romanos. Empregavam o mármore para a estatuária, mas vendo ser matéria pobrezinha ou, para melhor, modesta para simbolizar um deus ou um herói, lançaram mão do bronze. Lembraram-se também que o bronze ou outro metal tornariam a estátua mais duradoura, no que se enganaram. Os Bárbaros na sua invasão foram autênticos iconoclastas. Desdenharam das estátuas de mármore que por isso chegaram até nós, ao passo que converteram em moeda as de bronze e as de outro metal.

Nos princípios da nossa nacionalidade, quando a parte sul do nosso Portugal se encontrava ainda ocupada pela moirama, não havia imagens dentro das igrejas de Portugal, pois os nossos reis temiam a sua profanação da parte dos mouros, se estes invadissem um dia os templos, como acontecera em muitas ocasiões em refregas ou em assaltos, em suas reconquistas.

Por isso os escultores dessa já longínqua época, viram-se obrigados a fazer as suas obras na própria architectura das igrejas, isto é, nas próprias pedras que serviam para a construção dos edifícios.

O que aconteceu com as paredes dos templos, sucedeu igualmente com os edificios particulares, simples casas ou palácios, as quais receberam dos cinzeis os vultos e formas de pessoas de grande evidência ou de posição de destaque, dignas dessa honra. Quanto aos monumentos religiosos, ainda hoje se podem admirar o pórtico da igreja de Bravães, com a realza de Cristo; o Tímpano da igreja de Serpins, Cristo majestoso sentado num trono como um rei; o frontespício da Conceição (Igreja da) Velha, com a sua Bandeira da Misericórdia; no portal da igreja de Tavareca, um cordeiro com uma cruz, símbolo da Redenção, etc. Nestes tempos antigos, em que o saber ler era raríssimo, a escultura e até a pintura serviam para vincar na memória e no sentimento do povo, como, e muito bem, diz o nosso amigo, Dr. Flórido de Vasconcelos, as verdades principais da Fé.

Em todos estes portais podemos ver e sentir como os escultores dos primeiros tempos trabalhavam nas pedras as imagens rudes, mas cheias de sentido religioso. Como motivos decorativos esculturais, usavam-se as imagens de Santos como por exemplo a da Virgem, figuras humanas, aves e outros animais, plantas e animais fantásticos, peixes e outros animais como figuras simbólicas, e ainda episódios de batalhas e outros factos históricos. O que se dava com as paredes dos edificios, acontecia o mesmo com os capiteis, cachorros, algerozes, túmulos, estatuária dos altares, retábulos, etc. Portugal é rico deste género de escultura.

Na Renascença começou a utilizar-se com frequência um medalhão com uma cabeça em alto relevo ou, até, saindo em vulto inteiro. E isto não só nos ornamentos de portais e janelas, como ainda, em abundancia, pelas paredes (Casa Sub-Ripas, em Coimbra, e a casa de Miguel de Vasconcelos, em Viana do Castelo). Por sinal, nestas, os medalhões e cabeças são de estuque.

Os prédios foreiros às mitras, como succede com um em Aldeia do Bispo — Penamacor, eram marcados com uma pequena mitra esculpida em granito, e em outras localidades, a escultura era substituída por um azulejo com a mitra

desenhada. Em tudo isto deve haver uma relação íntima com as cabeças. Medalhão com cabeça ou simplesmente cabeça, esculpido em granito, tiveram a mesma época (séculos XV e XVI). Disto não temos a menor dúvida.

*

Feito já nesta revista um estudo sério do mistério das Quatro Cabeças de Setúbal, vamos hoje ocupar-nos do da «Cabeça» de Penamacor, que se encontra numa casa junto à Igreja de Santiago, onde encontramos nos seus portados, algerozes e capiteis das colunas das naves, motivos decorativos a que atrás nos referimos. Até a cabeça cornuda do Diabo se encontra no capitel de uma das colunas das naves.

Em tempos já antigos, o mercado ou praça de gêneros, em Penamacor, fazia-se junto do Pelourinho. Ali se faziam também as arrematações municipais.

Com o decorrer dos anos a população de Penamacor foi aumentando e tanto que, em 1834, era dos municípios mais populosos da Beira e o primeiro do Distrito de Castelo Branco, pois contava 7.000 habitantes, dez vezes mais que no reinado de D. Sancho I. Com o aumento de população, aumentou, como é evidente, o número de mortos.

Para enterramento dos cadáveres, não eram suficientes a Igreja de Santiago e seu adro e o antigo quintal da Misericórdia. Por isso houve necessidade de se transferir o mercado do Largo do Pelourinho para o «largo junto à Igreja de Santiago» e adaptar-se aquele primeiro largo a cemitério, onde esteve até 1857, ano que passou para o actual quintal do Convento de Santo António. Retomemos o fio à meada, quanto ao Largo da Igreja de Santiago, que em 1834 passou a servir de mercado ou praça, que hoje é conhecido por «Largo do Vale da Carapuça», nome originado de uma lenda, à volta da célebre «Cabeça». Transportando-nos a tempos antigos, encontramos junto da referida igreja o Passal e o respectivo Presbitério, e não muito longe daqui, a desaparecida Rua das Fontainhas. Tudo desapareceu, construindo-se no seu lugar edifícios particulares. Foi num destes lugares que há pouco mais de um dezena de anos se encontrava a casa da residência do Sr. José Moreira Prazeres mandada demolir pela Câmara Municipal por ameaçar ruína, o que deu maior amplidão ao Largo do Vale da Carapuça. Era na esquina ou cunhal (só tinha uma ou um) que se encontrava a célebre cabeça, que depois da sua demolição foi colocada no cunhal da casa a seguir, isto é, de paredes meias com a do Sr. Prazeres, a qual teve de ser restaurada e até modificada. Assim a «cabeça» não se perdeu. Não nos leva a crer que a casa do Sr. Prazeres

tivesse sido o edifício onde esteve primeiramente colocada a cabeça, pois a época da sua construção não devia ir para trás do século XVIII. O seu primitivo lugar foi outro. Seria no Presbitério. Não duvidamos. Recordemos que junto do local do Presbitério ficavam as casas mais aristocratas da vila como o solar dos Pinas Machados e uma outra com uma janela manuelina, cujas obras de restauro se encontram embargadas há mais de meia dúzia de anos. Estes edifícios são dos séculos XVII e XVIII. Quem simbolizará a «cabeça» de Penamacor? Seria a única escultura deste género que se encontrava aqui?

É do que vamos tratar. Não tem legenda alguma, o que é pena, pois se a tivesse, pela letra conhecer-se-ia a sua verdadeira época.

Creemos firmemente não existir relação alguma entre esta cabeça e as do Bairro do Troino de Setúbal. A cara da «cabeça» de Penamacor aparenta, pela sua fisionomia, um mancebo que aparenta pouco mais de 20 anos de idade. Na cabeça tem uma espécie de carapuça, o que deu o nome oficial ao largo. É muito semelhante à mitra, que era posta na cabeça aos condenados pelo Tribunal do Santo Ofício. Sobre o pouco que se vê dos ombros, parece envergar uma espécie de capa ou qualquer outra peça de vestuário cerimonioso.

Tratar-se-á de um Sambenito ou capa de semelhante simbologia? Por uma «cabeça», entende-se, num dos seus significados, por *chefe*, *cabeça de motim*. Ora o facto mais importante da Vila de Penamacor relacionado com a História Pátria, ocorrido no século XVI, época em que, em Portugal, se assinalava qualquer motim político por meio de escultura de cabeça, é o do aparecimento em Penamacor de um dos falsos D. Sebastião. O aparecido em Penamacor era um rapaz de 20 anos, esperto e simpático, o que bastante o ajudou na sua vida ou antes no seu papel de «D. Sebastião».

Apareceu em Julho de 1584. Foi o primeiro na ordem dos falsos D. Sebastião. Era filho de um oleiro de Alcobaça. Ia acompanhado de «D. Cristovão de Távora» e do «Bispo da Guarda», o intrépido confidente de D. António.

Em Penamacor o «*triumvirato*» começou a agregar partidários que constituíam a «corte» do novo «Soberano», que na História ficou conhecido pelo «*Rei de Penamacor*». Preso, passado muito tempo, pelo juiz de Penamacor, Dr. Leitão, por ordens recebidas do Arquiduque Alberto, Vice-Rei de Portugal. Foi-lhe instaurado o processo pelo corregedor Diogo da Fonseca, sabujo sanguinário às ordens de Castela e um digno antecessor de Miguel de Vasconcelos, o «*Rei de Penamacor*» foi levado para Lisboa montado num burro, com as costas voltadas para a cabeça do animal, sendo exposto no Campo de Santa Clara para que todos, vendo-o, se convencessem de que não era o Rei

Desaparecido. ⁽¹⁾ Aplicaram-lhe a tortura, o que suportou com resignação. Do que o acusavam, soube defender-se e tão bem que, enquanto os seus cúmplices eram condenados à morte, ele foi simplesmente condenado a remar nas galés. ⁽²⁾

Ora este facto tão importante da vida nacional passado em Penamacor, numa época, em que se punha à prova o patriotismo português, era digno de ser registado no granito das terras de Penamacor, de belíssima qualidade para a escultura. Nessa altura os historiadores tinham de submeter os seus escritos à implacável censura paga a ouro por Castela, e só na pedra poderiam sofismar este facto histórico da vida nacional sob o jugo castelhano, mas que a tradição oral se encarregaria de, através dos séculos, ir explicando, a qual, afinal, se perdeu. Não nos custa também a acreditar que, ao lado da misteriosa cabeça de Penamacor, que para nós devia representar o filho do oleiro de Alcobaça, figurassem também as do «Bispo da Guarda» e a de «D. Cristovão de Távora» e que, com o decorrer dos anos que levaram à ruína a casa, onde primitivamente se encontrava a «cabeça» ou «cabeças», estas tivessem desaparecido, conservando-se sômente a do «Rei de Penamacor». Se pelo lado patriótico, encararmos este movimento sebastianista, temos de confessar de que foi patriótico, se bem interpretarmos aquelas palavras, que, eivadas de patriotismo, Febo Moniz dirigiu, em Almeirim, ao Cardeal-Rei: «*Dê-nos V. M. um Rei português e nós lhe obedeceremos*». O heróico procurador de Lisboa não pediu que o Rei fosse este ou aquele português, de fidalga estirpe, mas apenas um «*Rei Português*», isto é, um Rei que fosse um português! Por isso o «Rei de Penamacor» e seus cúmplices eram dignos que a sua lembrança fosse recordada no granito e na terra onde cometeram o acto que provocou em todo o País, um movimento em que a ingenuidade popular via partir-se os grilhões com que Castela acorrentava, o que aconteceu só passados 56 anos, naquela manhã do grande dia 1 de Dezembro de 1640!...

⁽¹⁾ A gravura que representa o «Rei de Penamacor» em S.ta Clara pode ver-se no vol. 4.º da Hist.ª de Portugal, de M. Pinheiro Chagas.

⁽²⁾ Sobre o «Rei de Penamacor» veja-se o nosso livro «O Conselho de Penamacor na História, na Tradição e na Lenda» (1938) págs. 212 a 215.



SUBSÍDIOS PARA UMA EXPOSIÇÃO DE MEDALHAS

POR ANTÓNIO F. TEIXEIRA

A realização de exposições figura, como é óbvio, entre as actividades a que se propõe esta Sociedade e até, convém salientá-lo, das mais importantes, pelos largos benefícios que daí podem advir para a causa da Numismática.

O certo, porém, é que, apesar de toda a boa vontade e dos esforços já realizados nesse sentido, não tem sido possível até agora concretizar tal ideia, pelas inúmeras dificuldades a vencer.

Na verdade, são muitos e de diversa natureza os obstáculos que se levantam à realização prática de tal propósito, desde a reunião dos exemplares dispersos por vários coleccionadores espalhados por todos os pontos do País e naturalmente receosos em os facultar, até à sua melhor disposição e local mais apropriado para os expor e isto para falar apenas nas dificuldades que mais avultam entre todas a considerar.

E, embora algumas delas sejam mais ou menos resolúveis, o certo é que, apesar de tudo, não será possível conseguir uma realização deste género sem um longo e prévio trabalho de preparação, condenado, aliás, ao insucesso, uma vez que não se logrará nunca reunir todos os exemplares necessários não só a uma exposição genérica, como restrita que seja a uma determinada época.

E no entanto, começa a sentir-se a necessidade duma exposição, para que os amplos objectivos desta Sociedade possam mais facilmente ser atingidos. Acrescentaremos, até, que só serão alcançados, realmente, através de qualquer realização desta natureza.

Como se compreende, a finalidade a atingir com uma exposição é menos dar a conhecer alguns exemplares desconhecidos ou ignorados, pelo menos daqueles que mais afastados se encontram destes assuntos, mas principalmente atrair a atenção para os indiferentes que, uma vez interessados, virão engrossar o número dos estudiosos, pois não julgamos necessário ou imprescindível a posse duma colecção para que qualquer dedique o seu labor aos múltiplos problemas que a cada passo surgem na apreciação e estudo dos assuntos numismáticos e aguardam ainda esclarecimento.

Conscientes desta realidade, e conhecedores, por outro lado, da impossi-

bilidade prática, ao menos por agora, da realização duma exposição de moedas, em moldes satisfatórios no que respeita ao número de exemplares a expor, uma vez ponderados todos os factores que condicionam uma tal iniciativa somos levados a concluir ser mais praticável uma exposição de medalhas.

Quere isto dizer que não hajam igualmente dificuldades a vencer?

Claro que não. Para promover uma exposição de medalhas há que contar também com inúmeros obstáculos.

Simplesmente, eles parecem-nos de mais fácil resolução e, além disso, podem ser bastante atenuados na medida em que a representação a fazer, tendo em conta o condicionalismo de problemas a considerar, haja que adaptar-se ao possível e realizável.

Tudo depende, portanto, da orientação geral a seguir e que se pode confinar no que passamos a pormenorizar.

*

Começaremos por estabelecer uma primeira classificação de medalhas como segue :

- Comemorativas
- Religiosas
- De consagração

{	Ordens
	Militares
	Desportivas
	Outras actividades
- Não diferenciadas ou sem classificação especial

Da análise destes agrupamentos deduz-se com facilidade que, enquanto umas, por não serem coleccionáveis, como as de consagração, não são de considerar para efeitos de exposição, nem todas oferecem igual motivo de interesse.

Daqui resulta, como consequência lógica, restringirmos os exemplares a expor justamente ao agrupamento em que se incluam aquelas que melhor exprimam e realcem o valor artístico da medalha, ainda que só do ponto de vista meramente contemplativo.

Ora é evidente que, em tais condições, a selecção a fazer terá que optar por aquelas medalhas classificadas como comemorativas.

Produzidas para comemorar um facto histórico, perpetuar um acontecimento, exaltar uma figura, é através delas que a arte da medalha melhor se exprime, pela série de motivos que cada uma daquelas determinantes oferece e possibilitam uma riqueza de composição que noutro género de medalhas se não consegue obter.

Teríamos, assim, a nossa exposição limitada ao sector das medalhas comemorativas e haveria agora que estabelecer o respectivo plano.

Não julgamos, apesar de tudo, fácil uma exposição genérica ainda que só deste sector, nem a julgamos, de resto, necessária. Haveria que contar sempre com a impossibilidade de as reunir a todas e, além disso, a verdadeira finalidade a atingir com a sua realização seria possivelmente diminuída se um são critério de selecção não presidisse, prèviamente, à escolha dos exemplares a expor.

Alguns exemplares teriam que ser sacrificados nessa escolha, havendo ainda que contar com a falta de outros de extrema raridade, aqueles que afinal mais interessaria expor e de tudo isto viriam a resultar tais falhas que a exposição nem seria genérica, nem limitada a um determinado sector, mas uma série de exemplares desconexos.

Tendo em conta, por outro lado, as possibilidades efectivas duma tal realização, seríamos então conduzidos a nova limitação e a resumir as peças a expor a uma certa época.

Pode à primeira vista parecer que uma exposição, resumida às medalhas comemorativas e apenas duma época, não conseguirá atingir o êxito necessário, nem despertar o interesse que naturalmente se visa.

Ora, tal ideia é apenas aparente. Uma exposição, mesmo dentro dos limites apontados, alcançará o melhor efeito e apreciáveis resultados para a causa da Numismática.

Exemplo frisante disso foi a exposição realizada em Saragoça em 1956, a qual, limitada às medalhas do Século XX, despertou o maior interesse não só entre os numismatas do país vizinho, como de todas as pessoas apreciadoras.

Nessa exposição figuraram apenas 1.445 medalhas expostas, número suficiente, no entanto, para que esse certame constituísse um êxito em Espanha.

Quase o mesmo acontecera já nas exposições de Paris em 1949 e de Amsterdão em 1950, pois que em qualquer destes certames também o número de exemplares expostos não foi muito superior.

Nós, mais modestamente, contentar-nos-íamos com uma exposição de medalhas contemporâneas e, fixado isto como plano geral da exposição a realizar, é fora de dúvida que ela oferece possibilidades efectivas, reais, de concretização.

Na realidade, podendo calcular entre 1.000 a 1.500 o número de medalhas contemporâneas, permitindo perfeitamente uma ampla apreciação para a actual classe da medalha em Portugal, tal número afigura-se bem fácil de reunir através dos coleccionadores que de boa vontade, por certo, as facultarão, dado que se não tratam, na maioria dos casos, de exemplares raros.

No que respeita à exposição de Saragoça deve salientar-se que, entre

as 1.445 medalhas expostas, figuraram várias medalhas de outros países, incluindo 4 exemplares portugueses, o que certamente obedeceu à ideia de estabelecer um confronto, sempre útil e elucidativo, quanto às possibilidades de cada país neste domínio.

Muito embora nada tivéssemos a recear do confronto das nossas medalhas com aquelas produzidas nos países mesmo que logravam um maior grau de aperfeiçoamento, como sejam especialmente a Itália e a França, dado o alto nível alcançado já pela medalhística portuguesa, não nos parece, por agora, conveniente a representação estrangeira pelo que viria dificultar, escusadamente, a realização do certame.

Muito mais útil seria que a exposição incluísse, paralelamente, uma secção bibliográfica através da qual se exhibissem as obras entre nós publicadas sobre medalhas, pondo assim em realce os motivos de estudo que elas oferecem.

Desejaríamos mesmo, e isso poderíamos esperar, que esse certame fosse o ponto de partida para o estudo a fazer quanto ao momento actual da medalhística portuguesa. E a medalhística, como ramo diferenciado da Numismática, justifica esse interesse.

À Sociedade Portuguesa de Numismática impõe-se esta manifestação de presença. Aos coleccionadores compete colaborar para que a sua realização se verifique.

Dado este primeiro passo no campo das nossas realizações, com os ensinamentos então colhidos podemos depois abalancar-nos a iniciativa mais arrojada, a um certame de mais amplas perspectivas e visando já uma outra finalidade.



INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

LAS LEYENDAS IBÉRICAS EN LAS DRACMAS
DE IMITACIÓN EMPORITANA — estudio de
epigrafía numismática ibérica, por António Manuel
de Guadan y Láscaris Comneno — Madrid — 1956

Com 45 anos apenas, idade em que não é vulgar atingir-se a maturidade em qualquer ramo científico, o Dr. D. António Manuel de Guadan y Láscaris Comneno, sócio correspondente da S. P. N. e festejado colaborador deste boletim, ofertou, no ano que passou, ao mundo numismático, *Las leyendas ibéricas en las dracmas de imitación emporitana*, até agora a sua obra máxima, e constituindo mais uma corajosa tentativa de interpretação do nebuloso alfabeto ibérico.

O Príncipe de Láscaris Comneno é um devotado estudioso das Numárias Helénica e Bizantina e é à Bizantinologia que mais apaixonadamente se tem dedicado. Raízes fortes e profundas o ligam a Bizâncio e ao que foi o grande Império Romano do Oriente que, no reinado de Justiniano, atingiu o seu apogeu e deu réplica ao outro magno império que teve por capital a Urbe fundada por Rómulo e Remo.

Fez em 1953 cinco séculos que Bizâncio caiu aos golpes do Crescente, e é precisamente quinhentos anos depois que um representante do ramo Pórfirogeneta dos Láscaris Comneno, imperadores de Bizâncio, continua a obra de cultura que os sábios da cidade e império vencidos levaram a toda a Europa, preparando o caminho do Renascimento.

D. António Manuel, numismólogo por excelência, havia-nos já dado, além do *Ensayo sobre la evolución comercial y monetária en Byzancio* (em publicação da *Nvmmvs*), os opúsculos *Ensayo sobre diferenciación en las acuñaciones del Império Byzantino en el siglo XIII: Una nueva moneda de cobre de Miguel VIII Paleólogo, acuñada en Nicea; Algunos problemas fundamentales de las amonedaciones de plata de Emporion y Rhode; La clasificación de monedas griegas por el estilo artístico y su eficacia; Sobre una moneda de plata ibérica de atribución incierta; La cronología de las acuñaciones de plata de Emporion y Rhode, según los Hallazgos y la secuencia de cuños; Algunas monedas griegas raras o inéditas, etc., etc.*

Agora, já na posse duma exuberante teoria de conhecimentos desta Ciência, mergulha profundamente na Numismática Ibérica, que foi a paixão dos estudiosos do século passado, numismática que tem sido estudada com base num oceano de hipóteses, dado o deficientíssimo conhecimento do alfabeto. E, de facto, ela é aliciante, pois põe-nos em presença das moedas dos nossos legítimos maiores. Era pela numismática ibérica que Portugueses e Espanhois deviam começar os seus estudos se se lembrassem que a ibero-numária é o princípio natural da numismática luso-espanhola. E quantas vezes nós próprios iniciámos o estudo da numária ibérica, tentámos comparar características tão variadas e interessantes das suas moedas, antegozando uma investigação apaixonante, e esbarramos com a atroz dificuldade do alfabeto!

Láscaris Comneno, cujo fim primordial é, exactamente como o título da sua importante obra indica, estudar as legendas ibéricas nos dracmas de imitação ampuritana, enceta, no capítulo primeiro, o estudo da fonética e da evolução do alfabeto, partindo do princípio, enunciado na Introdução, que as legendas dos dracmas de imitação ampuritana fazem parte dos restos epigráficos mais antigos conhecidos de legendas ibéricas.

Lançando bastante luz no estudo dum alfabeto, que para muitos estudiosos se conserva ainda tremendamente obscuro e que o ilustre Autor confessa algures estar coalhado de pontos duvidosos e sujeitos a controvérsia, desenvolve seguidamente a sua tese analisando a epigrafia monetária dos dracmas de imitação bem como a forma e significação dos símbolos.

Como precioso auxiliar dum estudo comparativo apresentam-se nesta obra, que já se pode classificar de magistral, mas que António Manuel de Guadan, modestamente, anuncia apenas como parte de um estudo geral das amoedações ampuritanas, cinco grupos monetários: dracmas com epigrafia de tipo ibérico, primeiro e segundo períodos (grupos quarto e quinto, respectivamente), dracmas com epigrafia de tipo ibero-tartésio, dracmas com epigrafia de tipo ibero-helénico e dracmas com epigrafia de tipo ibero-púnico (grupos primeiro, segundo e terceiro, respectivamente).

Baseando-se em textos clássicos e numa lógica irrefutável, o jovem investigador chega à conclusão que as amoedações destes dracmas de imitação ampuritana de legenda ibérica (grupos quarto e quinto) se devem aos Ilergetes, Ausetanos e outros povos limítrofes, isto é, a um grupo de tribos ibéricas, aliadas ocasionalmente contra os Romanos durante a retirada dos Cartagineses da Península, confessando serem de difícil atribuição geográfica os dracmas dos restantes grupos, e que se pode estabelecer, como cronologia destas emissões, o período entre 133 e 82 A. C. como seu final.

L. P. G.

MONOGRAFIA ARTÍSTICA DA CIDADE DA GUARDA

Foi a biblioteca da S. P. N. enriquecida com a oferta da *Monografia Artística da Cidade da Guarda* valioso trabalho da autoria do nosso presado consócio Snr. Dr. Adriano Vasco Rodrigues, Ilustre Professor do Liceu da Guarda, incansável investigador que à arqueologia e numismática tem dedicado todo o tempo que lhe sobra dos seus muitos afazeres oficiais.

Trata-se de um magnífico volume em que o autor apresenta de uma maneira clara e concisa o que de mais notável há na Guarda apresentando, em pequenos artigos, a descrição dos seus principais monumentos.

Merecem especial destaque os artigos referentes às origens da Guarda, Capela de Mileu, Catedral, Judiaria, Evolução Urbana, etc.

O livro é escrito em linguagem simples mas apurada e o autor revela-se profundo conhecedor da matéria versada apoiando-se em vasta e segura documentação.

Todo o trabalho é ilustrado com muitas e magníficas fotografias e a apresentação gráfica, da «Gráfica de Gouveia» é primorosa.

A. C.



MEDALHAS PORTUENSES

por ALEXANDRE FERREIRA BARROS

Em separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, cuidadosamente apresentada e de belo aspecto gráfico, são catalogadas um conjunto de medalhas que fizeram parte da exposição de 1950 «Fontes para a História do Porto».

Este interessante trabalho refere-se a todas as medalhas que pertencem à Câmara Municipal do Porto e que figuraram naquela exposição.

Por gentileza do Autor, Exmo. Senhor Alexandre Ferreira Barros, foi oferecido a cada sócio fundador da S. P. N., um exemplar desta separata.

C. B.

V Á R I A

UMA EXPOSIÇÃO NUMISMÁTICA EM ANGOLA

No dia oito de Dezembro de 1956 realizou-se na cidade de Nova Lisboa, província de Angola, uma exposição Numismática promovida pelo nosso consócio Exmo. Snr. José Alves das Neves. Esta exposição realizou-se no salão da Biblioteca da Associação Comercial do Planalto de Benguela e constituiu um extraordinário êxito cultural, ultrapassando todas as previsões, no dizer de «A Voz do Planalto», jornal de Nova Lisboa.

A inauguração da exposição, que teve o patrocínio dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Nova Lisboa, foi precedida de uma interessante palestra pelo Sr. José Alves das Neves. Esta palestra, que se efectuou na sala das sessões da Associação Comercial, foi presidida pelo Snr. Governador do Distrito, ladeado pelo Snr. Bispo da Diocese, Delegado de Saúde e pelos Snrs. representantes do Comandante Militar e Presidente da Câmara. Fez a apresentação do conferente o Snr. Director dos Serviços Culturais da Câmara que pôs em relevo as suas qualidades de trabalho e a sua dedicação aos estudos numismáticos e de história e geografia. Seguidamente o Snr. José Alves das Neves pronunciou a sua palestra, sempre ouvida com a maior atenção, em que, em rápidas palavras, fez um esboço da história da moeda e da sua evolução em Angola, sendo, no final, muito aplaudido e cumprimentado pela numerosa e selecta assistência que enchia por completo a sala. Esta palestra foi gravada e, no dia seguinte, rádio-difundida pela emissora local e mereceu a honra de ser publicada no «Boletim Cultural do Huambo» Ano X, n.º 10, Setembro de 1957 publicação dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Nova Lisboa.

A exposição constava de cerca de 2.000 moedas apresentadas por reinados e por espécies a partir de D. Sancho I, acompanhadas de pequenos cartões elucidativos substituindo a falta de catálogo que, por carência de verba, não foi possível editar. Estavam também expostas grande número de moedas estrangeiras nomeadamente do Brasil, México e Perú. Foram ainda apresentadas miniaturas de bandeiras de quase todos os países e todas as estampas publicadas na «Cartilha de Numismática» do Dr. Batalha Reis.

A exposição teve avultado número de visitantes e a ela se referiram, nos termos mais elogiosos, quase todos os jornais de Angola, nomeadamente «A Voz do Planalto» de Nova Lisboa, «O Intransigente» de Benguela, «O Jornal de Benguela» e ainda o «Diário de Luanda» e «Província de Angola», ambos de Luanda.

A S. P. N. felicita calorosamente este seu consócio pelo êxito alcançado por este notável acontecimento numismático que, certamente, muito contribuirá para o estudo e desenvolvimento da numismática e medalhística na província de Angola.

A. C

*

1.ª EXPOSIÇÃO IBERO-AMERICANA DE NUMISMÁTICA E MEDALHÍSTICA

Vai realizar-se em Barcelona de 24 de Novembro a 7 de Dezembro próximos esta Exposição, que pelo cuidado e pormenores de que a Comissão Executiva está dando provas, tudo leva a crer, lhe estar reservado um lugar de destaque entre todas as que se tem realizado em Espanha.

Estão sendo editados uns boletins informativos, a todos os títulos, muito curiosos, onde numa sequência perfeita a Comissão Executiva vai dando ao leitor a noção exacta do valor e capacidade do que pretende realizar.

Assim, através deles ficamos sabendo que além do valioso patrocínio do Chefe do Estado Espanhol fazem parte da Comissão de Honra os ministros dos Assuntos Exteriores, Educação Nacional e da Fazenda.

Na Comissão Executiva figuram como presidente o Senhor D. Luís Auguet Duran e como vice-presidente o Senhor D. José Miguel Ruiz Morales, fazendo parte dos vogais distintos Numismatas e Medalhistas, entre os quais o nosso dedicado amigo D. F. Xavier Calicó Rebull.

A Sociedade Portuguesa de Numismática, convidada para no nosso país ser a Delegada da Comissão Executiva desta Exposição, informou já todos os sócios por circular, dando conta desta manifestação numismática e fazendo convite para se fazerem representar, através dos seus conjuntos de moedas e medalhas.

Certos que estamos em presença de grandes dias para a numismática Ibero-Americana, aguardamos com interesse toda a participação e ajuda que os nossos consócios possam dispensar.

C. B.

DADOS ESTATÍSTICOS DA CASA DA MOEDA

Por amável deferência do Ex.^{mo} Senhor Director do Instituto Nacional de Estatística e a pedido da Sociedade Portuguesa de Numismática, recebemos os seguintes dados estatísticos relativos à moeda cunhada e meios de pagamento em poder do público nos anos de 1955 e 1956. (1)

MOEDA CUNHADA EM 1955

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADES	VALOR
<i>Moeda continental:</i>		
Bronze de \$10	10.000.000	1.000.000\$00
Bronze de \$20	5.573.800	1.114.760\$00
Alpaca de \$50	3.056.700	1.528.350\$00
Prata de 10\$00	3.735.650	37.356.500\$00
	<u>22.366.150</u>	<u>40.999.610\$00</u>
<i>Província de Angola:</i>		
Bronze de \$50	1.126.430	563.215\$00
Prata de 10\$00	1.976.550	19.765.500\$00
Prata de 20\$00	996.850	19.937.000\$00
	<u>4.099.830</u>	<u>40.265.715\$00</u>
<i>Província de Moçambique:</i>		
Cupro-níquel de 2\$50	3.380.650	8.451.625\$00
Prata de 10\$00	1.161.700	11.617.000\$00
Prata de 20\$00	995.600	19.912.000\$00
	<u>5.537.950</u>	<u>39.980.625\$00</u>
<i>Estado da Índia:</i>		
Bronze 1 tanga	400.000	175.000\$00
Cupro-níquel 1/4 rupia	200.000	350.000\$00
» » 1.2 »	250.000	875.000\$00
» » 1 »	300.000	2.100.000\$00
	<u>1.150.000</u>	<u>3.500.000\$00</u>

(1) Os elementos referentes ao ano de 1954 foram publicados a págs. 63 do Vol. III da NVMMVS.

MEIOS DE PAGAMENTO EM PODER DO PÚBLICO, NA METRÓPOLE — 1955

MESES	Meios de pagamento	MOEDA					DEPÓSITOS				
		Em circulação	Notas e moeda divisionária	Notas	Moeda divisionária	Em poder dos bancos, caixas econômicas e Casa da Moeda	Disponibilidades à vista do público	À ordem	Dinheiro depositado noutros bancos	Depósitos obrigatórios do Tesouro e Junta do Crédito Público	
											3
1	2	(3) + (8)	(4) — (7)	(5) + (6)	5	6	7	(9) - (10) - (11)	9	10	11
1.000.000 esc.											
I	29.750	9.673	10.582	10.116	466	909	20.077	32.646	10.002	2.567	
II	29.783	9.555	10.465	9.999	466	910	20.228	32.941	10.204	2.509	
III	30.134	9.593	10.534	10.068	466	941	20.541	33.096	10.169	2.386	
IV	30.117	9.525	10.442	9.976	466	917	20.592	32.927	9.891	2.444	
V	30.332	9.491	10.432	9.966	466	941	20.841	32.971	9.740	2.390	
VI	30.383	9.612	10.622	10.156	466	1.010	20.771	32.717	9.698	2.248	
VII	30.421	9.764	10.665	10.194	471	901	20.657	32.143	9.242	2.244	
VIII	30.745	9.987	10.968	10.485	483	981	20.758	32.583	9.373	2.452	
IX	30.946	10.044	11.030	10.546	484	986	20.902	32.689	9.505	2.282	
X	31.214	9.976	11.022	10.538	484	1.046	21.238	32.753	9.138	2.377	
XI	31.579	10.178	11.231	10.740	491	1.053	21.401	33.277	9.350	2.546	
XII	32.204	10.355	11.573	11.075	498	1.218	21.849	33.911	9.907	2.155	

MOEDA METÁLICA SUBSIDIÁRIA — Situação em 31 de Dezembro de 1955

DESIGNAÇÃO	LIMITES LEGAIS DE EMISSÃO		MOEDA EMITIDA	
	Número	Valor	Número	Valor
<i>Prata:</i>				
20\$00	1 000 000	20 000.000\$00	1.000.000	20.000.000\$00
10\$00	9 700.000	97.000.000\$ ^(a)	8.838.350	88.383.500\$00
5\$00	20.000.000	100.000.000\$00	20.000.000	100.000.000\$00
2\$50	48 000.000	120.000.000\$00	48.000.000	120 000.000\$00
Total . . .	78.700.000	337.000.000\$00	77.838.350	328.383.500\$00
<i>Alpaca:</i>				
1\$00	25.000.000	25.000.000\$00	25.000.000	25.000.000\$00
\$50	70.000.000	35 000.000\$00	62.745.000	31.372.500\$00
Total . . .	95.000.000	60.000.000\$00	87.745.000	56.372.500\$00
<i>Bronze:</i>				
\$20	60.000.000	12.000.000\$00	60.000.000	12.000.000\$00
\$10	110.000.000	11.000.000\$00	109.400.000	10.940.000\$00
Total . . .	170.000.000	23.000.000\$00	169.400.000	22.940.000\$00
Total Geral .	343.700.000	420.000.000\$00	334.983.350	407.696.000\$00

(a) Inclui 2.000.000\$00 da emissão de moeda comemorativa da «Batalha de Ourique».

MOEDA CUNHADA EM 1956

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADES	VALOR
<i>Moeda continental:</i>		
Bronze de \$10	3.336.000	333.600\$00
» de \$20	3.550.000	710.000\$00
Alpaca de \$50	3.003.000	1.501.500\$00
	<u>9.889.000</u>	<u>2.545.100\$00</u>
<i>Província de Angola:</i>		
Bronze de 1\$00	3.988.850	3.988.850\$00
Cupro-níquel de 2\$50	9.999.850	24.999.625\$00
	<u>13.988.700</u>	<u>28.988.475\$00</u>
<i>Estado da Índia:</i>		
Bronze de 1 tanga	9.200.000	4.025.000\$00
Cupro-níquel de 1/4 rupia	3.800.000	6.650.000\$00
» » de 1/2 »	1.750.000	6.125.000\$00
» » de 1 »	700.000	4.900.000\$00
	<u>15.450.000</u>	<u>21.700.000\$00</u>

MEIOS DE PAGAMENTO EM PODER DO PÚBLICO (EXCLUINDO AQUELES NA POSSE DO ESTADO E ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO)—1956

MESES	Moeda em circulação 1.000.000 esc.	MESES	Moeda em circulação 1.000.000 esc.
Janeiro	9.864	Julho	9.759
Fevereiro	9.937	Agosto	10.088
Março	9.898	Setembro	10.154
Abril	9.696	Outubro	10.221
Maior	9.885	Novembro	10.308
Junho	9.780	Dezembro	10.503

MOEDA METÁLICA SUBSIDIÁRIA — Situação em 31 de Dezembro de 1956

DESIGNAÇÃO	LIMITES LEGAIS DE EMISSÃO		MOEDA EMITIDA	
	N.º (1.000)	Valor (1.000 esc.)	N.º (1.000)	Valor (1.000 esc.)
1	2	3	4	5
Total Geral	363.700	427.000	344.741	410.554
<i>Prata:</i>				
Total	78.700	337.000	77.870	328.704
20\$00	1.000	20.000	1.000	20.000
10\$00	9.700	97.000	8.870	88.704
5\$00	20.000	100.000	20.000	100.000
2\$50	48.000	120.000	48.000	120.000
<i>Alpaca:</i>				
Total	100.000	65.000	91.021	58.010
1\$00	30.000	30.000	25.000	25.000
\$50	70.000	35.000	66.021	33.010
<i>Bronze:</i>				
Total	185.666	25.000	175.850	23.840
\$20	65.000	13.000	62.550	12.510
\$10	120.000	12.000	113.300	11.330

V I D A S O C I A L

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SÓCIOS EFECTIVOS

N.º 233 — Dr. Raúl Ferreira Gonçalves — Médico (Porto)

N.º 234 — Vassanta Dessai

N.º 235 — Afonso Costa — Guarda Livros (Ambrizete — Angola)

SÓCIO DEDITADO

N.º 10 — Dr. Fernando Russell Cortez

SÓCIOS QUE PEDIRAM A DEMISSÃO

N.º 23 — Ten. Coronel José João Pinto da Cruz Azevedo

N.º 211 — Abilio Rodrigues de Sousa Sampaio

*

BIBLIOTECA DA S. P. N.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Ofertas particulares.

- De EDGARD DE MOURA SOARES — RIO DE JANEIRO
«Numismática, Ensaio, Determinação do Anverso e Classificação de gravuras na Moeda». Mapa Numismático
- Do DR. ADRIANO VASCO RODRIGUES — GUARDA
Monografia Artística da Cidade da Guarda
A propósito de uma Lápida do Mileu — GUARDA
- Do DR. FILIPE MATEU Y LLOPIS — BARCELONA
Acerca de la política monetária de Fernando el Católico y en especial en el Reino de Valencia (1474-1515)
Tipología Religiosa Diplomática, Sigilográfica y Monetaria en la Corona de Aragon
Notas sobre el Latin de las Inscripciones Monetárias Godas
- De J. AMORÓS — BARCELONA
Argentum Oscense
- Do INSTITUTO DE ALTA CULTURA — LISBOA
Publicações Periódicas Estrangeiras
- De F. XAVIER CALICÓ — BARCELONA
Ediciones Medallísticas de X. & F. Calicó

Obtidas por intercâmbio:

- De OSCAR RINALDI — CASTELDARIO, MANTOVA, ITALIA
Itália Numismática (Revista mensal) — N.º de Novembro de 1957 a Julho de 1958
- Da CAMARA MUNICIPAL DO PORTO
Boletim Cultural — Volume X, Fasc. 3 e 4 — Setembro-Dezembro 1957
- Da JUNTA DE PROVINCIA DO DOURO LITORAL
Douro Litoral — Oitava série N.º V a IX
- De B. A. SEABY — LONDRES
Seaby's Coin and Medal — N.º de Fevereiro a Agosto de 1958
- Da STADT-UND UNIVERSITÄTSLIBRARY — BERNA
Schweizer Münzblätter — N.º de Dezembro de 1957, Março e Junho de 1958
- Da UNIONE NAZIONALE COLLEZIONISTI D'ITALIA — ROMA
La Voce del Collezionista — N.º 9 e 10 de 1957 e 1 e 2 de 1958
- Da SOCIEDADE MARTINS SARMENTO — GUIMARÃES
Revista de Guimarães — Volume LXVII 3/4

- Do MUSEUM FÜR HAMBURGISCHE GESCHICHTE — ALEMANHA
Numismatisches Nachrichtenblatt — N.º 1 a 8
Hamburger Beiträge zur Numismatik — N.º III, Heft II, 1957
- Da NORDISK NUMISMATISK UNION — SUÉCIA
Nordisk Numismatisk Arsskrift, 1955
- Da POLSKIE TOWARZYSTWO ARCHEOLOGICZNE — POLÓNIA
Wiadomości Numizmatyczne — N.º 1 e 2 de 1957 e 1 e 2 de 1958
- Da SOCIEDADE NUMISMÁTICA DO RIO DE JANEIRO
Boletim de Março de 1958
- Da BAYERISCHE NUMISMATISCHE GESELLSCHAFT — ALEMANHA
N.º 8 de 1957
- De SPINK & SON LTD. — LONDRES
The Numismatic Circular (Revista mensal) — N.º de Janeiro a Julho de 1958
- Da INSTITUCIÓN «PRÍNCIPE DE VIANA» — PAMPLONA, ESPANHA
Príncipe de Viana — Ano XVIII, N.º LXVII, LXVIII e LXIX
- Da SOCIEDADE IBEROAMERICANA DE ESTUDOS NUMISMÁTICOS —
MADRID
Numisma (Revista trimestral) — N.º de Maio/Junho, Julho/Agosto, 26 e 27,
e Separata N.º 27

CATÁLOGOS DE VENDAS DE MOEDAS

RECEBIDOS:

- Catálogo di monete antiche* — R. Barzan & Rag. M. Raviola — Turin — ITALIA — N.º 1
a 3, de 1958
- Monnaies-Antiques-Modernes* — J. Vinchon & Cie. — Paris — FRANÇA — N.º XIV de 1958
- Numismática* — Giuseppe de Falco — Nápoles — ITALIA — N.º 40 e 41
- A Moeda* — Casa Molder — LISBOA — N.º 95
- Unrestricted Public Coin Sale* — Hans M. F. Schulman — New York — U. S. A. — 2 exem-
plares
- Public Auction* — N.º de Maio de 1958
- Mercado Filatélico* — De Mercado Filatélico — PORTO — N.º de Dezembro de 1957, Janeiro,
Fevereiro, Abril, e Julho de 1958
- Public Auction Sale* — Associated Coin Corporation — New York — U. S. A. — N.º de Junho
de 1958
- Coin Auction Sale* — Silver Dollars of Independent México — Henry Christensen — New
York — U. S. A.
- Mark M. Salton* — Schlessinger — New York — U. S. A. — N.º de 1958
- Catálogo di monete antiche (Nova série)* — Dott. Cesare Gamberini — BOLONHA — N.º 8
de Maio de 1958

NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.º 18

VOL. V-2

JULHO 1959

P O R T O

N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME V-2 — N.º 18

PUBLICAÇÃO POR TOMOS DE CERCA DE 64 PÁGINAS

Condições de assinatura para 1959:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Comissão de Publicações:

Alexandre Ferreira Barros
Dr. António Francisco Teixeira
Dr. Armando Júlio Ribeiro Rodrigues
Carlos Morais Peixoto Braga
Dr. Damião António Peres
Eduard Marius van der Niepoort

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede
Rua de Santa Catarina, 461-1.º — PORTO

Composição e impressão:
TIPOGRAFIA MARCA
Rua do Bonjardim, 689 — PORTO

SUMÁRIO

	Págs.
Apresentação	59 e 60
I Exposición Iberoamericana de Numismática y Medallística, por <i>Alexandre Ferreira Barros</i>	61 e 62
A I Exposición Ibero-americana de Numismática e Medalhística de Barcelona, por <i>Carlos de Noronha</i>	63 a 67
Lista dos Expositores Portugueses na I Exposição Ibero-americana de Numismática e Medalhística de Barcelona	68
Vista parcial da I Exposição Ibero-americana	69
Lista dos prémios atribuídos a expositores portugueses	70
O Museu Nacional de Soares dos Reis nas jornadas numismáticas da I Exposición Iberoamericana de Numismática y Medallística, por <i>Alexandre Ferreira Barros</i>	71 a 80
Bibliografia numismática portuguesa nos últimos trinta anos	81 a 95
Vista parcial da Exposição Ibero-americana	96
Numária medieval portuguesa, por <i>J. Ferraro Vaz</i>	97 a 106
Duas tangas inéditas, por <i>Joaquim Fronteira</i> ,	107 a 110
O I Salão de filatelia e numismática em Setúbal, por <i>António F. Teixeira</i> ,	111 a 114
Obituário	115
Vida Social	117
Biblioteca da S. P. N.	118 a 120

As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.

A colaboração neste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão inscritos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

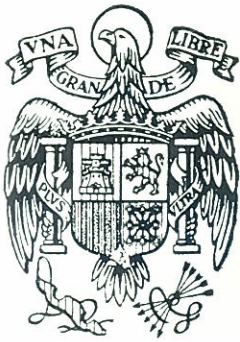
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

N.º 18

VOL. V-2

JULHO 1959

P O R T O



A

“I EXPOSICIÓN
IBEROAMERICANA
DE NUMISMÁTICA
Y MEDALLÍSTICA”



BARCELONA

—
NOVIEMBRE
DE
1958

É o presente número da nossa Revista especialmente dedicada ao notável acontecimento numismático que foi a I Exposição Ibero-americana de Numismática e Medalhística, realizada em Barcelona, entre 24 de Novembro e 7 de Dezembro de 1958.

A importância excepcional do certame, que sem dúvida temos que considerar como dos maiores factos numismáticos de todos os tempos, não só devido à larga representação que interessava a um número considerável de países, como ainda pelo valor dos exemplares expostos, de valor histórico e artístico incalculável, justifica naturalmente que esta Revista, atenta a todo o movimento numismático, lhe dedique um relevo especial, procurando assim levar ao conhecimento dos seus leitores o que foi, em extensão e profundidade, essa extraordinária realização.

Antes de mais, cabe-nos dirigir uma calorosa e sincera saudação a esse País vizinho e amigo que é a Espanha, em particular à cidade de Barcelona, pelo arrojo duma tal iniciativa.

Na verdade, se tivermos em conta as inúmeras dificuldades a vencer para uma realização deste género, não só para reunir espécies de moedas e medalhas representativas dos mais diversos países, como ainda em encontrar lugar próprio para as expor, tanto mais que o objectivo da Exposição não se limitava em dar a conhecer friamente os exemplares, mas sobretudo que através deles fosse possível o estudo das emissões monetárias dos povos da Península Ibérica e, depois da descoberta, fundação e desenvolvimento, dos países americanos, compreendemos bem a vastidão da tarefa e podemos avaliar o esforço necessário para lhe dar realização.

Coube à cidade de Barcelona albergar em seus venerandos muros tão notável e opulenta exposição e julgamos que em nenhum outro ambiente o certame se enquadraria melhor.

Foi o histórico Salão de Tinell, antigo Palácio dos Reis de Aragão, a Capela de Santa Águeda, o Museu de História da Cidade e salões adjacentes, os locais onde todos os exemplares ficaram expostos, num enquadramento e numa ordenação cuidadosamente estudados, encerrados em vitrines duma riqueza pouco vulgar em certames do género e para que melhor se avalie da sua magnificência, do seu esplendor, basta dizer que formava tudo um conjunto de alguns quilómetros de extensão.

Magnífico e único por certo!

Não podem pois os numismatas portugueses, interessados a todos os títulos na realização dum tal certame, deixar de dirigir os mais entusiásticos louvores à cidade de Barcelona por uma tal iniciativa e muito especialmente aos membros da respectiva Comissão Executiva, os quais certamente, em face do êxito alcançado, se devem ter sentido compensados do alto esforço dispendido.

Não deixou a Sociedade Portuguesa de Numismática, como é natural, de se interessar vivamente por uma tal realização, colaborando em tudo para que a representação portuguesa fosse inteiramente digna e não desmerecesse no confronto com a representação de outros países.

Fiel a esse propósito e conhecedora da deslocação a esse certame do nosso digno consócio Ex.^{mo} Sr. Alexandre Ferreira Barros, foi a representação da Sociedade confiada a este senhor, o qual tão bem se houve dessa missão que, entre poucos, foi distinguido com um honroso convite para proferir uma conferência integrada na Exposição e o seu trabalho, ilustrado com a projecção de alguns exemplares raros da numária peninsular, despertou não só o maior interesse por parte de todos os estudiosos e interessados, como se destacou mesmo como uma das maiores manifestações culturais ocorridas no decurso da Exposição.

Não pode por outro lado a Sociedade esquecer o carinho e as atenções com que foram acolhidos todos os expositores portugueses e até alguns simples visitantes, todos envolvidos num ambiente de estima e delicadeza que não podemos deixar de agradecer.

Do que foi propriamente a representação portuguesa em número de exemplares expostos não é fácil dar notícia.

Mas apraz-nos registar, que se não limitou a participação portuguesa apenas a isso.

Vários boletins foram publicados em Barcelona relacionados com a actividade numismática de cada país participante.

Um deles foi especialmente dedicado a Portugal e nele se incluíam artigos do maior interesse quanto a dados e elementos numismáticos portugueses.

Porque todos eles decerto são do maior interesse para os nossos colecionadores e estudiosos, os reproduzimos neste número da Revista, que perdurará como homenagem devida a esse acontecimento memorável que foi a I Exposição Ibero-americana de Numismática e Medalhística.

I EXPOSICIÓN IBEROAMERICANA DE NUMISMÁTICA Y MEDALLÍSTICA

BARCELONA 1958

IMPRESSÕES DA EXPOSIÇÃO

POR ALEXANDRE FERREIRA BARROS

Conservador Ajudante do Museu Nacional de Soares dos Reis

Não será possível, a quem visitou a I Exposição Ibero-americana de Numismática e Medalhística, esquecer a admirável lição que tal empreendimento representou.

Se é verdade que a história monetária é a própria história da civilização, e que as moedas e medalhas são os mais indestrutíveis documentos que o homem até hoje fabricou, o significado de tal acontecimento integra-se perfeitamente na moderna tendência da vida humana, para um mais vasto campo da inteligência, para uma mais larga visão panorâmica da sua espiritualidade.

Com as profundas renovações do Mundo Contemporâneo, neste fenomenal século atómico, em que assistimos a tão grandiosas manifestações da ciência que é já possível pensar-se, para breve prazo, nas viagens interplanetárias, esta Exposição foi mais uma presença, documental, da influência Ibero-americana nos destinos do Homem.

Parece-nos difícil, fazer-se uma crítica construtiva deste empreendimento, que teve Barcelona como centro de irradiação numismática, sem começarmos por elogiar calorosamente, com justíssimos aplausos, todos os seus promotores, auxiliares e colaboradores. Tudo se processou numa intensa actividade, plena de entusiasmo e prenhe de conhecimentos. Cerca de trezentas mil moedas e medalhas, divididas por inumeráveis temas, estiveram presentes naqueles históricos salões do Palácio Real Mayor de Aragão.

O local escolhido, no bairro Gótico de Barcelona, nos antiquíssimos arrabaldes da sua maravilhosa Catedral, transportou os visitantes aos mira-

culosos tempos das descobertas e conquistas. Cristóvão Colombo e o Novo Mundo, perpassavam-se na mente, por entre a beleza medieval das construções monumentais. Os metais preciosos, arrancados outrora às entranhas das terras de além-mar, luziam amoedados, através dos vidros das vitrines, como testemunhas perenes das navegações gloriosas dos povos da Península Ibérica.

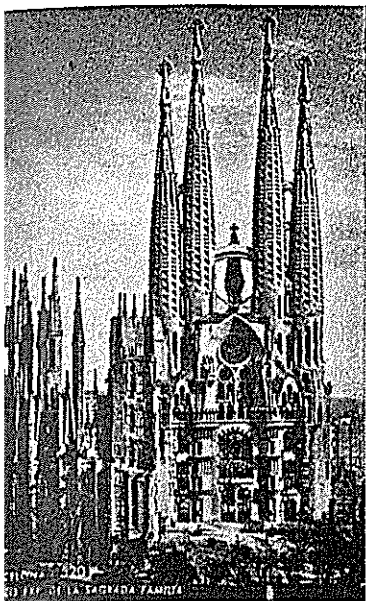
Inumeráveis moedas, variadíssimos assuntos, talvez demasiado arbitrários, pois parece-nos que, uma Exposição de tal categoria, necessitava duma mais rigorosa planificação de temas.

Além disso as vitrines, feitas a propósito, pecavam por um sistema bastante antiquado. Com os modernos processos de construção e de material, talvez fosse possível, com um jogo de espelhos, ver-se simultaneamente os anversos e reversos das principais moedas e medalhas. A grandiosidade da I Exposição Ibero-americana de Numismática e Medalhística e o numerosíssimo público que ali ocorreu, já sem falarmos nos valiosíssimos espécimes expostos, mereciam alguns modelos originais de vitrines, com algumas inovações que, possivelmente por excesso de trabalho com a organização, não foi possível introduzir. A estes insignificantes senões, poderemos juntar a falta dum catálogo geral, com gravuras, que seria um perdurável documento de grande utilidade cultural para o público numeroso e selecto que ali foi. Pelo menos, um postal, com gravuras dos exemplares raríssimos ali expostos, os famosos «centenos», as dobras e os dobrões, teria uma aceitação colossal pelos numismatas de todo o mundo.

De resto tudo foi bem cuidado, a iluminação, a disposição das vitrines, o cuidadoso percurso que se fazia agradavelmente, contemplando aqui e além os conjuntos mais interessantes, os espécimes mais belos, tudo aquilo definiu rigorosamente o alcance cultural desta magnífica Exposição que dificilmente se tornará a ver em qualquer outra parte.

Certame numismático, único no seu género, bem merece de todos os maiores encómios, pois representou um extraordinário acontecimento cultural que é justo destacar.

Porto, Janeiro de 1959.



A I EXPOSIÇÃO IBERO-AMERICANA DE NUMISMÁTICA E MEDALHÍSTICA DE BARCELONA

VISTA PELO EXPOSITOR CARLOS DE NORONHA

Solicitado, por várias vezes para dar colaboração escrita à Revista de Numismática «NVMMVS», órgão da Sociedade Portuguesa de Numismática com sede no Porto, a que me tenho sabido esquivar por falta de profundos conhecimentos da matéria e saber-me inteiramente deserdado dos dotes literários que tanto honraram meu Pai, decido, afinal, abrir brecha na minha ignorância, no intuito exclusivo de dar aos numismatas portugueses, uma descolorida ideia do que foi o notável certame que intitula esta prosa, tal como eu o vi.

De grande evocação histórica, já o Palácio em que a Exposição se realiza, — foi nele que os Reis Católicos deram audiência a Cristóvão Colombo, depois das suas descobertas — se impõe à nossa admiração e impele a nossa fantasia, povoada já dos personagens da época, à suposição mental de tudo quanto nele, então, se haverá passado.

Uma vez no seu interior, na contemplação dos maravilhosos e raríssimos exemplares ali expostos, alarga-se, dilata-se sem peias a nossa imaginação ao tentarmos viver, pelas moedas e pelas medalhas, os tempos e as épocas em que as mesmas circularam e os feitos que as segundas comemoram e de que elas são, afinal, na sua aparente mudez, documentos animados da maior e da mais verdadeira eloquência histórica.

Logo à entrada, dispostas em vitrines horizontais e verticais, deparam-se-nos as valiosíssimas contribuições da Inglaterra, da França, da Bélgica, do Brasil, dos Estados Unidos da América e de vários outros países que a nossa memória não fixou.

Depois, em lugar de honra, na Capela de Santa Âgueda — até o nome é português — encontram-se as duas vitrines destinadas a Portugal, contendo uma delas a representação da Casa da Moeda de Portugal e outra, a do Museu Numismático Português com as suas noventa e tal moedas raríssimas

da Índia, de pouca aparência, mas de grande raridade, remontando à época de D. João III, ou ainda mais antigas.

Não pouco trabalho e dispêndio de paciência deu a colocação destas moedas ao Sr. Professor Dr. Damião Peres, dada a inadaptabilidade das vitrines para o efeito desejado, deslocando-se e desalinhando-se as moedas ao mais pequeno toque na vitrine. E os toques foram muitos.

Egoisticamente, constitui-me zeloso perseguidor daquele Professor que, tendo sido meu, no tempo em que eu era o maior cábula que a luz do Sol cobre, desejava recuperar agora o tempo perdido e aprender o que outrora deveria ter feito.

Constatee a breve trecho que a franzina figura, no seu aspecto físico, daquele senhor, assume proporções de gigante quando se dispõe a falar, mesmo em conversa amena. Cada frase, cada oração, constitui um ensinamento. E assim, vim a saber que uma das figuras que compõe o conjunto pictorial de um retábulo, colocado sobre um altar, à esquerda das vitrines de honra, de Portugal, tinha sido pintado com pincel de mestre no intuito de representar as feições, — dentro da alegoria que o quadro representava — de um Príncipe português, D. Pedro, intimamente ligado por laços de família, aos Reis de então. Depois de ouvir a explicação dada, olhei de novo o retábulo e simpatizei mais com ele.

Dali passei à maior sala da Exposição: A Sala Tinell. Por ser a maior contém em si o maior aglomerado numismático de toda a Exposição, a qual, seja dito de passagem, custou nada menos do que 2 milhões e meio de pesetas.

Foi ali que, entre as raridades vindas de todo o Mundo e principalmente das Repúblicas Sul-Americanas, eu tive a sensação de grandeza, amplitude, pujança e beleza contidas em toda a Exposição. Profusamente iluminada, com centenas de vitrines, eu pude observar, quase com sensação de esmagamento, centenas de milhares de numismas, deslocados das partes mais recônditas do Globo, descerradas dos cofres dos coleccionadores mais avessos à publicidade, desenterradas das paredes ou vitrines dos Museus, para gozarem esses poucos dias de luz e liberdade, como escravas com temporária carta de alforria a quem foi dado o direito de exclamar: Aqui estamos para representar o mundo e a época em que vivemos. Eis-nos para que vejam o Bem e o Mal que fizemos, testemunhas mudas, mas vivas de tanta grandeza e tanta vicissitude, tanto patriotismo e traição, tanto amor e tanto ódio!

Abandono os pensamentos que me assaltam e prossigo na minha intencional peregrinação. Dentro de momentos encontro-me quase extasiado diante da colecção do Sr. Afonso Pinto de Magalhães, do Porto, que, destacadamente, nos seus quadros azuis em que repousa o ouro, as moedas parecem

olhar-nos orgulhosamente como que a ensinar-nos, sem dizer uma palavra, toda a gloriosa História de Portugal, desde D. Sancho I até aos reinados mais recentes, excepção feita ao reinado de D. Manuel I, onde eu sei existirem bem raros exemplares, e que, certamente por lapso, não veio. Foi ainda o Dr. Damião Peres quem, por se ter constatado não estar presente qualquer representante do proprietário da colecção, elaborou uma lista cronológica sobre a forma por que deveriam ser expostas nas vitrines.

Mais adiante, em sete vitrines, seis das quais verticais, encontra-se a formosíssima e raríssima colecção de medalhas, condecorações e insígnias de Pedro Rocha de Araújo, de Lisboa, composta de 1537 peças e que constitui melhor e maior conjunto que até agora me foi dado observar.

Coube-me, em má hora, o desgosto, depois tornado prazer e orgulho, de ser eu a proceder à colocação de tão reduzido número de peças, para o que tinha sido solicitado pelo seu proprietário sem me falar na quantidade. Sem a ajuda da Señorita Monserrat, Secretária da Associação Numismática Espanhola e o guarda-livros da mesma Associação, cujo nome infelizmente não recordo, ter-me-ia sido fisicamente impossível a colocação de tão numerosas e tão variadas peças. A cortezia espanhola, de que mais adiante falarei, patenteou-se neste transe, de forma exuberante, desinteressada e carinhosa.

Ao acabar a colocação daquelas peças, contente e orgulhoso pelo que tinha sido possível fazer, perguntei à única metade da minha carcassa que mantinha ainda alguma sensibilidade — a outra transformara-se em autómato — que mal teria eu feito ao Sr. Pedro Rocha de Araújo, para que me infligisse tão cruel castigo! Por mais voltas que desse não encontrei o motivo.

Prosseguindo na Exposição, vou encontrar mais adiante, causando sensação, o dispositivo original para colocação de moedas, da criação do Sr. Coronel Mário Ramires, do Porto, dispositivo esse que, certamente, muitos adoptarão e em cujos cartões repousavam rarísimos exemplares da numária alemã e Nacional.

Mais adiante ainda, numa só vitrine, a colecção da Guatemala, desde Filipe V, até aos nossos dias, quase totalmente coligida pelo ilustre numismatólogo brasileiro Sr. Kurt Prober, do Rio de Janeiro, que me honra com a sua amizade, e cuja colecção serviu para a confecção do seu livro «HISTÓRIA NUMISMÁTICA DA GUATEMALA», hoje citada em todos os Catálogos de moedas de todo o Mundo, onde desejem ver transaccionadas moedas daquele País. Essa colecção, hoje minha, é a única existente na Exposição, pelo menos, representando todas as épocas de cunhagem.

Dizer que Portugal se fez ali representar na sua máxima força, seria falar à verdade. Não vi ali, a colecção dos maravilhosos exemplares do

Sr. Ed. v. d. Niepoort, do Porto, que soube depois não terem chegado a tempo de ser expostos: da do Eng.º Michaelis de Vasconcelos que sabemos conter exemplares raríssimos e únicos, a do Eng.º Paulo de Lemos com a sua famosíssima de D. Fernando. Outras, enfim de que seria óbvio falar. Faltou, sobretudo, ao contrário do que aconteceu com os seus colegas espanhóis e alguns sul-americanos com a perfeita noção de que a União Faz a Força, o coleccionador pequeno, o menos abastado, e que, erradamente receoso de não fazer boa figura, se absteve de ali fazer comparecer o seu conjunto, realizado com mais carinho e maior sacrifício, do que os que, mais afortunados da sorte apresentaram as suas raridades. A estes digo apenas que procederam mal não comparecendo no certame, a exemplo do que fizeram os seus colegas em idênticas circunstâncias. Não deverão abster-se, no futuro. É esta a minha opinião.

Ser-me-ia verdadeiramente penoso, impor à «NVMMVS» as despesas resultantes do alongamento desta pseudocrónica, aliás já bastante extensa. Seja porém dito de passagem e em abono da verdade que o que fica dito, é muitíssimo menos do que o que fica por dizer.

Prometi, porém, atrás, falar da forma porque foram recebidos os expositores e não devo deixar de o fazer. A proverbial cortezia espanhola, com a Catalunha a interpretá-la, deu a todos os expositores, principalmente estrangeiros, motivos da mais requintada gentileza, sincera afabilidade e carinho.

Começou por sermos recebidos pelo Alcaide de Barcelona, que nos deu as boas-vindas no histórico — Salon de Ciento —, no Ayuntamiento, imediatamente seguido de outras festividades a que sempre presidiu uma enternecedora nota de hospitalidade.

Numa reunião dos representantes das Associações e Sociedades de Numismática Ibero-americanas, em que Portugal estava dignamente representado pelo Sr. Alexandre Ferreira de Barros e a que me foi dado assistir, ventilou-se a questão de ser criada uma Federação Ibero-americana das mesmas associações e sociedades. Nesta reunião, a que presidiu o eminente numismatólogo mexicano, Sr. Pradeau, teceu este, ao nosso País, os mais calorosos elogios por lhe ter sido dado consultar, rápida e eficazmente, no Arquivo Histórico do Ultramar, documentos para os quais se não julgava com credenciais bastantes para o poder fazer. Este elogio, ouvido por portugueses em terra espanhola, proferidos por uma individualidade de renome mundial, cuja nacionalidade nem sequer é ibérica, não sei que repercussão poderá ter tido no espírito dos restantes portugueses que assistiam à reunião. Sei apenas que a mim, muito e bem sinceramente me sensibilizou.

Da mesma forma me deixou enleado o discurso do Sr. Xavier F.

Calicó, grande e sincero amigo dos portugueses, promotor da reunião, ao propor que fosse Portugal, digno País irmão e amigo, a Sede da Federação a criar, o que a vários títulos não podia ser aceite sem que pudessem ser consultados legisladores e entidades com conhecimentos jurídicos inerentes à sua aceitação. Nesta conformidade, foram todos unânimes, incluindo os portugueses, em que, por um período de 5 anos deveria ser a Espanha a Sede da futura Federação, tanto mais que a mesma tinha sido inspirada numa Exposição Monumental, realizada naquele País e em que a maioria dos expositores e representantes das várias Associações e Sociedades de Numismática tinham na Espanha a sua Mãe-Pátria, e a sua própria língua falavam.

Talvez que, findo esse prazo, Portugal, ajudado pelos seus governantes e com subsídios que já todos os outros países recebem para a sua expansão cultural, de que a Numismática é uma das mais fortes manifestações, esteja à altura de desempenhar esse lugar de honra entre as Nações Ibero-americanas. Deus permita!

Lisboa, 2 de Dezembro de 1958.



LISTA DOS EXPOSITORES PORTUGUESES
NA
I EXPOSIÇÃO IBERO-AMERICANA DE NUMISMÁTICA
E MEDALHÍSTICA DE BARCELONA

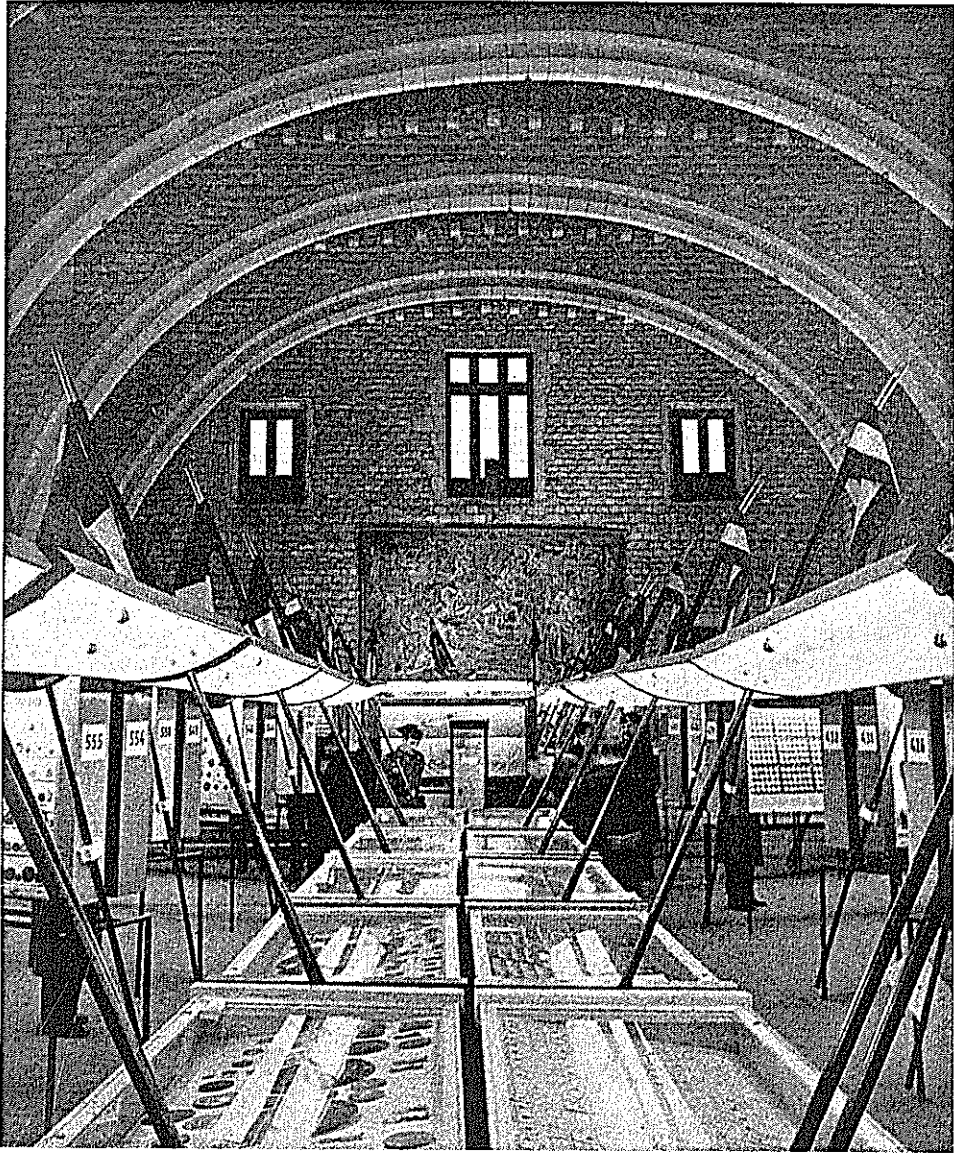


AFONSO PINTO DE MAGALHÃES	PORTO
ÁLVARO DE BREE	LISBOA
CARLOS DE NORONHA	LISBOA
JOÃO DA SILVA	LISBOA
MARCELINO NORTE DE ALMEIDA	LISBOA
MARIO RODOLFO REVISIONI RAMIRES	PORTO
NUMIDICO BESSONE	LISBOA
PEDRO ROCHA DE ARAÚJO	LISBOA
RAUL XAVIER	LISBOA



EXPOSITOR DE HONRA

CASA DA MOEDA — LISBOA



VISTA PARCIAL DA
I EXPOSIÇÃO IBERO-AMERICANA

LISTA DOS PRÉMIOS ATRIBUÍDOS A EXPOSITORES PORTUGUESES



IDADE ANTIGA

2.º PRÉMIO — ao Ex.^{mo} Sr. Afonso Pinto de Magalhães



IDADE MODERNA — MOEDAS DE PORTUGAL

1.º PRÉMIO — ao Ex.^{mo} Sr. Afonso Pinto de Magalhães



IDADE MODERNA — MOEDAS AMERICANAS — ÉPOCA INDEPENDENTE

1.º PRÉMIO — ao Ex.^{mo} Sr. Carlos de Noronha



IDADE MODERNA — TEMAS VÁRIOS

3.º PRÉMIO — ao Ex.^{mo} Sr. Pedro Rocha de Araújo



NOS PRÉMIOS ESPECIAIS, CONCEDIDOS POR DIVERSAS
PERSONALIDADES E ENTIDADES OFICIAIS E PARTICULARES

PRÉMIO - DIRECTOR GERAL DA «FÁBRICA NACIONAL DE MONEDA Y TIMBRE»

ao Ex.^{mo} Sr. Mário Rodolfo Revisoni Ramires

O MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS NAS JORNADAS NUMISMÁTICAS DA I EXPOSICIÓN IBERO- AMERICANA DE NUMISMÁTICA Y MEDALLÍSTICA

POR ALEXANDRE FERREIRA BARROS

Correram os dias em alvoroço depois que recebemos o convite para falarmos numa das jornadas que, como complemento da I Exposição Ibero-americana, se realizaram em Barcelona de 25 a 28 de Novembro de 1958. Além dos diapositivos de moedas a cores do 1.º Museu do Porto, levamos também a honrosa incumbência da representação da Sociedade Portuguesa de Numismática, na inauguração daquele grandioso certame.

Assistimos a quase todas as cerimónias; visitamos por vários dias a monumental exposição; estivemos presentes em todas as jornadas numismáticas, soubemos que estavam expostas cerca de 300.000 moedas e medalhas, num percurso de 2 quilómetros; estivemos na Ceca de Barcelona, montada a título documental na Exposição: apreciamos gráficos, esquemas do fabrico de moedas e medalhas, plantas e projectos. Foram de grande emoção aqueles dias que correram breves, quase exclusivamente vividos dentro da numismática.

Do nosso modesto contributo, damos a seguir uma cópia que é mais fiel às palavras que proferimos na III Jornada Numismática, do que a que veio publicada no Boletim número 15 da I Exposición Iberoamericana de Numismática y Medallística de Barcelona 1958, por possível extravio de pequena parte do original, cujas provas não pudemos rever.

A SECÇÃO NUMISMÁTICA DO MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS, PORTO, E ALGUMAS MOEDAS DESTACADAS DO SEU CONTEÚDO

Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores :

Como coleccionador e conservador de numismática do Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto, foi de sincero júbilo a hora em que tive conhecimento da realização da I Exposição Ibero-americana

de Numismática e Medalhística, nesta maravilhosa pérola do Mediterrâneo, cidade monumental da minha maior admiração, fonte torrencial de energias criadoras, cujos fachos resplandecentes iluminam o longo período da sua História. Barcelona, a que permanece juvenil sobrevoando os tempos, numa juventude rica de actividade intelectual, numa pujante inflorescência, com projecção universal de cintilante humanismo, através dos séculos e nas maiores civilizações.

Mas esse meu júbilo, esta minha comoção tenho, primeiro que tudo, de desvendá-los aqui com as minhas homenagens à Espanha e às excelsas virtudes do seu Povo. À Espanha gloriosa, terra bendita criadora de Povos, fomentadora de civilizações, forte, activa, portentosa, Espanha imortal.

Portugal, a outra nação da Península Ibérica, marca orgulhosamente a sua presença nesta monumental Exposição Numismática. O professor Sr. Dr. Damião Peres, Inspector Geral de Numismática, nome dos mais consagrados na investigação da nossa história, acompanhou até esta Exposição, as mais preciosas moedas portuguesas da Índia. E a Índia, como a América, é um marco evocativo do génio da navegação das duas pátrias da Península Ibérica. Ambas, com heróicos navegadores, deram novos Mundos ao Mundo, espalharam a civilização, descobriram, com heroicidade e perseverança, novas terras e novas gentes.

Agradeço à Comissão Executiva da I Exposição Ibero-americana de Numismática e Medalhística o honroso convite que me dirigiu, e julgo interpretar, Senhor Presidente, o pensamento de todos os numismatas portugueses, expressando aqui nesta feliz oportunidade, a nossa mais afectuosa admiração pela obra de grande expansão cultural que nesta data e nesta cidade realizais.

Para os numismatas, coleccionadores e simples amadores da História Metálica, eu quero ser o portador das saudações dos seus colegas portugueses e, especialmente, dos coleccionadores e amadores da cidade do Porto, entre quem me considero e onde nasci.

Ao elaborar esta palestra para um público tão selecto e numa nação de tão avantajadas proporções históricas como é a Espanha, neste ambiente, cuja eloquência define o enorme sucesso desta Exposição, verifiquei, imediatamente, que apenas me competia trazer a V. Ex.^{as} uma descrição sumária da colecção do Museu Nacional de Soares dos Reis, de que sou simples conservador ajudante, apresentando-lhes em projecção, as imagens de algumas moedas e medalhas que ali existem.

Quando V. Ex.^a Sr. Presidente, se dignou convidar-me para falar neste Palácio, onde tantos nomes distintos fizeram já, e farão depois o uso da palavra, o obscuro orador, destes momentos, fixou logo a ideia de escolher

este assunto. É que em Espanha, como no resto do Mundo, debruçam-se actualmente cientistas de tão grande envergadura a perscrutar e a desvendar, de tal modo, este ramo do saber, que, seria ousadia da minha parte, escolher para aqui tema mais complicado. V. Ex.^{as} me perdoarão se contavam que eu viesse aqui desenvolver uma conferência no terreno objectivo e puro de ciência numismática. Infelizmente nada trago que, para V. Ex.^{as}, possa ser novidades. Neste, como em muitos outros assuntos, apenas posso repetir o que bem melhor já foi dito.

E, todavia, apesar de ser assim, não tive a mais pequena hesitação em aceitar o honroso convite. Na impossibilidade burocrática de vos trazer, como era meu desejo, algumas peças daquele museu portuense para dentro das vitrines desta monumental Exposição, eu quis aproveitar o ensejo de conseguir que a dependência de numismática do 1.º museu do Porto, desse algum contributo, ainda que pequeno para esta maravilha. E desta forma: através de algumas palavras e de algumas projecções a cores, talvez pouco cuidadas, por falta de méritos fotográficos próprios e de tempo.

Num edifício construído pelos finais do século XVIII e conhecido pela denominação de «Palácio dos Carrancas», situado na rua de D. Manuel II, no Porto, instalou-se a 30 de Janeiro de 1942, depois das indispensáveis adaptações, o Museu Nacional de Soares dos Reis.

António Soares dos Reis, é o nome do maior estatuário português, do século XIX, que foi galardoado com a medalha de ouro na Exposición General de Bellas Artes Madrid MDCCCLXXXI. Nasceu no lugar de S. Cristóvão de Mafamude, em Vila Nova de Gaia, numa casita modesta à beira da estrada Porto-Lisboa. Foi e ainda continua, o expoente máximo da escultura clássica portuguesa.

O Palácio dos Carrancas, alcunha dos judeus que o mandaram edificar, foi legado à Santa Casa da Misericórdia do Porto por D. Manuel II, o último rei de Portugal, devendo-se a sua cedência e adaptação a museu à devotada perseverança do ilustre portuense, Dr. Vasco Valente, eminente museólogo, que foi também, ali, director, falecido em 1950, e bastante conhecido nos meios museológicos de Espanha.

É o mais antigo Museu de Arte de Portugal, criado em 9 de Abril de 1833 por D. Pedro IV com o nome de Museu Portuense e depois transformado em Museu Municipal do Porto, Museu Soares dos Reis e, finalmente, em Museu Nacional de Soares dos Reis. É actualmente seu director o escultor Salvador Barata Feyo, professor e subdirector da Escola de Belas-Artes do Porto e um dos maiores valores na moderna escultura portuguesa.

O gabinete numismático do Museu Nacional de Soares dos Reis tem

sido, principalmente no Norte de Portugal, um meio de expansão do coleccionismo numismático para uma grande parte de portugueses que, nas suas visitas, ali colhem o gosto pelas moedas e medalhas.

Nunca tinha havido em Portugal até 1951, sociedades que exclusivamente se dedicassem à numismática, apesar das Academias, Sociedades de Arqueologia e outros organismos terem dado bastante atenção a esta ciência.

Em princípios de 1951, um grupo de coleccionadores do Porto resolveu, depois de várias reuniões, estudar uns estatutos, para a constituição da Sociedade Portuguesa de Numismática, que foram aprovados por decreto ministerial de 12 de Março de 1952. Desde essa data se tem desenvolvido essa Sociedade, que conta hoje mais de 200 sócios, entre os quais verdadeiros cientistas, como por exemplo os Drs. Damião Peres, Batalha Reis, Pinto Garcia, Eng.º Raul Couvreur, Eng.º Ferraro Vaz e outros, nomes consagrados na numismática portuguesa, cujos trabalhos são conhecidos em todo o mundo numismático.

O coleccionismo tem fundas raízes na Península Ibérica. Nas moedas e em Portugal, podemos demarcar-lhe o século XV como época inicial de manifestação conhecida. O Condestável D. Pedro, D. Pedro de Portugal, filho de D. Pedro, Duque de Coimbra, nascido em terras portuguesas em 1429, grande, pelas letras em Castela, e Rei de Aragão, foi o primeiro português que os investigadores apontam como possuindo uma colecção de moedas. D. Manuel I, o Rei Venturoso, André de Resende, um dos antiquários mais ilustres do seu tempo, Gaspar Estaço, natural de Évora, Manuel Severim de Faria, cônego e chantre da Sé de Évora, foram, entre outros, os principais precursores do coleccionismo numismático em Portugal.

Com os escritos, onde aparecem simples menções de moedas, resenhas de numismas, nas crónicas dos primeiros historiógrafos portugueses: Fernão Lopes, Rui de Pina, Garcia de Resende, Gaspar Correia, etc., com os pequenos tratados de numismática antiga, a que se seguiram trabalhos de maior vulto, como o de Severim de Faria, n.º 4 dos «Discursos Vários Políticos», Lisboa, 1624, o de D. Rodrigo da Cunha, sob o título «Moedas que correrão e se lavrarão em Portugal do tempo de Dom Afonso Henriques até ao ano de 1640 seus preços e valia», o volume da Europa Portuguesa de Manuel Faria e Sousa, com tudo isto, e o muito que não menciono, mas se encontra no livro «Da Numismática em Portugal», Lisboa, 1923, da autoria do sábio português Professor Dr. José Leite de Vasconcelos, o coleccionismo de moedas e medalhas, em Portugal, foi-se desenvolvendo, vagarosa e paralelamente, numa actividade utilíssima para a ciência, pois permitiu a arrecadação e preservou a destruição de muitas moedas que de outra forma se perderiam.

Divide-se, o desenvolvimento da bibliografia numismática portuguesa,

em três períodos: O primeiro, dos primórdios da nacionalidade até 1625; o segundo até 1720 e o terceiro de 1720 aos nossos dias. Destacam-se, neste último período, os nomes de Lopes Fernandes, Teixeira de Aragão e do Dr. José Leite de Vasconcelos, todos já falecidos. Actualmente o Dr. Pedro Batalha Reis tem sido o investigador que mais tem trabalhado na numária portuguesa; publicou ultimamente uma Cartilha de Numismática e várias monografias de grande valor. Não menciono a numerosa bibliografia deste autor para não cansar V. Ex.^{as}; todavia, é curioso constatar um acréscimo de interesse, que ultimamente se nota, no coleccionismo numismático em Portugal. E embora a técnica das colecções particulares seja forçosamente diferente da dos museus públicos, foi naquelas que tiveram origem as principais colecções numismáticas de museu, que permitem que os estudiosos tenham material para as suas investigações.

A esse instinto de colecção, quase tão velho como a própria Humanidade, se deve também o núcleo primário do gabinete de medalhas e moedas do Museu, que agora aqui represento.

Foi um negociante inglês, João Allen, nascido em 1785 em Viana do Castelo, cidade portuguesa do Norte, quem primeiro doou ao Museu Portuense uma variada quantidade de moedas romanas e portuguesas, que havia adquirido nas suas andanças de coleccionador incansável, através do Mundo. João Allen foi também o iniciador e proprietário do Museu Allen estabelecido na rua da Restauração, no Porto, nos princípios do século XIX, e que, após a sua morte, foi comprado pelo município da mesma cidade.

O filho daquele grande coleccionador, Dr. Eduardo Allen, formado em direito pela Universidade de Coimbra e bacharel em letras pela Universidade de Paris, foi o director do Museu do Porto. Publicou dois interessantes trabalhos sobre moedas visigodas de PORTOCALE, a conhecida ceca visigoda, de que dentro de breves instantes vos mostrarei, também, um triente, único conhecido, de Suintila.

A colecção de moedas e medalhas do Museu Nacional de Soares dos Reis tem sido aumentada quase exclusivamente à custa de dádivas e doações de particulares. É justo destacar, pelo valor e qualidade dos seus exemplares, a importantíssima colecção doada em 1914 ao Museu Municipal do Porto pelo Dr. Morais Caldas, constituída por muitas moedas de ouro de Portugal, entre as quais um português de D. Manuel I, com carimbo de 10\$000 réis, que deu lugar a um interessantíssimo estudo do engenheiro Ferraro Vaz, «Moedas de ouro carimbadas na época de D. João IV», Guimarães, 1949. Em 1948, um estudioso de moedas, que às visigodas da Lusitânia dedicou importantes trabalhos, manifestou vontade de vender, exclusivamente para o

Museu Nacional de Soares dos Reis, o único triente conhecido de Suintila, tipo emeritense ou lusitano, da ceca de PORTVCALE. Alvorçadamente concordamos com a aquisição, demais que o generoso vendedor, o estudioso numismata Tenente-Coronel António Elias Garcia lhe havia dedicado lugar de relevo no artigo «As moedas visigodas de Portocale ou Portvcale», que publicou na Revista de Guimarães, vol. LVII, e desta forma, este documento da história da cidade do Porto ficava muito melhor arquivado no seu Museu, do que nas mãos de qualquer particular.

Se eu viesse preparado para falar a V. Ex.^{as} da história do gabinete de numismática do Museu Nacional de Soares dos Reis, eu prolongaria a minha palestra para muito além da vossa afectuosa paciência, e faria a figura de um mau cicerone que, em vez de vos descrever um monumento, se permitisse descrever-vos a constituição do solo em que o mesmo assenta. Tampouco devo cansar V. Ex.^{as} com um esboço da numária portuguesa, no qual teria de vos falar em morabítnos, dinheiros, mealhas, tornezes, dobras, barbudas, uma interminável nomenclatura já conhecida e divulgada. A legislação monetária portuguesa, as casas da moeda, a sua fabricação, os tipos, os valores, os pesos, os metais, os abridores de cunhos, as contramarcas e as medalhas, tudo isto tem sido objecto de variadíssimos estudos em Portugal, em parte mencionado no erudito trabalho do falecido Professor Dr. José Leite de Vasconcelos, a que já me referi, e que serviriam para melhorar estas minhas palavras, se eu não tivesse resolvido circunscrever-me à descrição de algumas moedas e medalhas da dependência numismática do 1.º Museu do Porto.

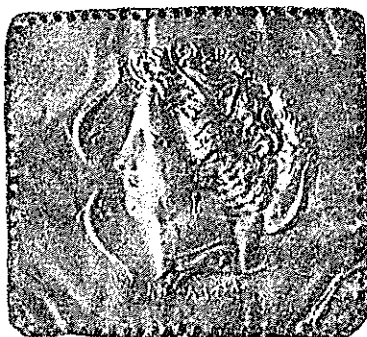
Nas vitrines do Museu Nacional de Soares dos Reis, qualquer estudioso poderá seriar quase todas as letras monetárias das Casas da Moeda do Reino de Portugal, que começam a aparecer nas moedas de D. Fernando «o Formoso» que reinou de 1367 a 1383: L para Lisboa, P para o Porto, E de Évora, etc. etc., terá uma visão iconográfica de muitos reis de Portugal, examinará a evolução das armas, e, se tiver espírito de investigador, encontrará qualquer pormenor ou moeda, que o acaso lhe ponha diante dos olhos, para descoberta de tomo.

O número de exemplares ali existentes, se o compararmos ao dos grandes gabinetes numismáticos do Mundo, é relativamente pequeno, cerca de 10.000. Todavia, esta pequena quantidade não impede que ali estejam representados quase todos os países do Mundo e alguns com moedas e medalhas de grande categoria. Destacaremos, para começar, uma bráctea de ouro, representando a cabeça da ninfa Aretusa, coroada com folhas de trigo e rodeada por quatro golfinhos. Contém a assinatura do conhecido gravador grego Evainetos e o cunho é igual ao das célebres decadracmas de Siracusa.

Como V. Ex.^{as} vão ver na projecção, trata-se de uma obra-prima da gravura, impossível de ultrapassar em perfeição e beleza.

Como se sabe, as brácteas são, em geral, lâminas de ouro batido e estampado, com orifícios que serviam para se adaptarem aos vestuários da época.

Este exemplar rectangular, com o tamanho de 4×5 cm foi encontrado perto de Bragança, em 1840. Pertence aos fins do século V antes de Cristo. Foi estudado por E. Hübner (*Die antiken Bildwerke in Madrid*) Berlim, 1862.

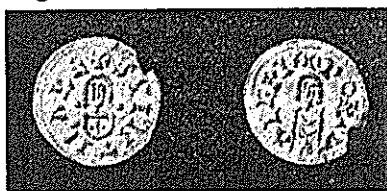


No jornal «O Tripeiro», Porto, 1930; e no periódico espanhol *Investigación y Progreso*, Madrid, 1935, existem trabalhos acerca desta siracusa.

A legenda é a mesma das referidas decadracmas, EYPAKOEION e a assinatura do famoso artista grego Evainetos que, com Phrygillos, Herakleidas, Eukleidas e Kimon, entre outros, assinaram as mais belas peças monetárias do Mundo Grego. Evainetos, como se sabe, foi um grande gravador que trabalhou principalmente em Siracusa, talvez entre 425 a 393 anos antes de Cristo. Foi o principal criador das célebres moedas de prata de dez dracmas, cunhadas, no ano 412 antes de Cristo, para comemorar a destruição da expedição de Atenas. O anverso dessas grandes moedas (decadracmas) é muito semelhante ao desta bráctea e o reverso contém uma quadriga com um herói sobrevoado pela Vitória.

Não me era possível projectar aqui um número muito grande de moedas e medalhas, além de que algumas, apesar de muito próprias para a exposição Ibero-americana, não estavam em condições de serem fotografadas, e por essa e outras razões, não posso projectar moedas, da série grega e derivadas, das romanas, das bizantinas e até árabes, que o Museu Nacional de Soares dos Reis possui. Trouxe porém, para vos mostrar, alguns diapositivos de moedas

visigodas de Leovigildo, Recaredo, Viterico, Gondemaro, e outros reinantes, que V. Ex.^{as} apreciarão. Não quero entretanto deixar de chamar a vossa esclarecida atenção para um triente de Suintila de PORTVCALE, tipo emeritense, também conhecido por tipo lusitano. É a primeira moeda, até hoje conhecida, em que aparece PORTVCALE grafado com V. É um importante documento para a história do Porto.



A seguir veremos um morabitino de D. Sancho; no anverso a legenda SANCIVS REX PORTVGALIS, uma figura do Rei a cavalo à direita, coroado, com a espada alçada e no reverso IN NE PTRIS I FILLII SPS SCIA (In nomine patris et filii spiritus sancti amen).

Vem depois um tornez, atribuído durante algum tempo a D. Diniz, um dos soberanos mais ilustres da sua época, que reinou de 1279 a 1325 e que apenas projectamos pela forma da cruz. No anverso lê-se DIONISII REGIS PORTUGALE ET ALGEIREI, e no reverso — AUDIUTORIUM NOSTRUM IN NOMINE DOMIN — QUI FECIT: CELUM: TERRAM.

Outro tornez com o busto de D. Fernando, será também projectado.

A seguir, vão V. Ex.^{as} ver um exemplar raríssimo do tornez de D. Beatriz, princesa de Portugal, filha de D. Fernando e rainha de Castela, pelo seu casamento com D. João I. É ligeiramente diferente do da Biblioteca Nacional de Madrid, foi estudado por Aloiss Heiss e por Teixeira de Aragão, mas em Dezembro de 1954 o Dr. Luís Pinto Garcia, que à numismática portuguesa tem dedicado numerosas monografias, publicou, na revista NVMMVS da Sociedade Portuguesa de Numismática, uma curiosa notícia sob o título «Da Colecção Monetária do Dr. Shore» onde descreve pormenorizadamente o valioso espécime, rectificando o erro da gravura de Heiss, pois verificou que, tanto no exemplar de Madrid como neste que aqui agora se projecta, o busto de D. Beatriz é ladeado pelas letras S A de (Sevilha).

No anverso há legenda — DOMINVS: MICHI: ADIVTOR: ED EGO: DISPICIAM: INIMICUS: DOMINVS MI:

No reverso: BEATRICIS: DEI G: REGINA: CASTELE: E POR:
As armas são de Castela e Leão e as quinas de Portugal.

Este exemplar pertence ao Sr. Eduardo Niepoort, grande coleccionador do Porto e actualmente Presidente da Sociedade Portuguesa de Numismática.

Um escudo de ouro de D. Afonso V, 1438 a 1481, cunhado no Porto, e que foi adquirido pela edilidade portuense, no leilão realizado em Haia, em Dezembro de 1938, na Casa Jacques Schulman, pela quantia de 2.200,10 florins holandeses.

É uma soberba peça que, segundo o Dr. Batalha Reis, «foi achada em Elvas, em 1907, quando ali se procedia a obras em determinado prédio».

Esta raridade numismática de estilo gótico, vai também ser projectada para V. Ex.^{as} a apreciarem.

De D. Manuel I o Rei «Venturoso», 1495-1521; Rei de Portugal e dos Algarves, Daquem e Além-mar em África, senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, V. Ex.^{as} vão examinar um «português» de ouro, a moeda especial que devia ser levada pelo capitão da primeira armada que chegasse à Índia. A Vasco da Gama coube essa glória.

Foi tão famosa esta moeda, que, talvez devido à sua fina execução, ou ao seu grande valor intrínseco, foi imitada nalgumas cidades e regiões da Alemanha, com o nome de «Portugalês». Este exemplar está carimbado com um carimbo de aumento de valor, do tempo de D. João IV.

Dos Filipes vamos ver um exemplar de 4 cruzados que suporta três carimbos: um visível da época de D. Afonso VI (1662), outro da época de D. Pedro, Príncipe Regente (1668) e um terceiro apenas visível dificilmente debaixo do primeiro, que o Eng.^o Ferraro Vaz diz ser de 3500, de acordo com o alvará de 19 de Maio de 1646.

E por último e para terminar, vou projectar também a moeda-medalha CONCEIÇÃO, mandada cunhar por D. João IV em 1650, para comemorar a adopção que fizera da Nossa Senhora da Conceição para padroeira do Reino de Portugal. Esta peça marca também uma tentativa para melhoramento dos processos de amodação. Foram estas moedas as primeiras que se bateram com o novo engenho que António Routier tinha trazido para Portugal, em 1649. O seu valor era de 12.000 réis para as de ouro e de 600 para as de prata.

No anverso — IOANNES. IIII. D. G. PORTVGALIAE. ET. ALGARBIAE. REX.

No reverso — TVTELARIS REGNI — Imagem da Nossa Senhora da

Conceição sobre o globo, que tem a serpente enroscada e a data de 1648; em cima a meia lua, à esquerda o sol, a casa do oiro e o horto; à direita o espelho, a arca do santuário e a fonte selada. Pesam as de oiro 864 grãos e as de prata 576.

Só para V. Ex.^{as} fazerem uma ideia do actual estado da medalhística em Portugal, onde avultam nomes de artistas de primeiro plano, tais como: Simões de Almeida Sobrinho, João da Silva, Álvaro de Brée, Raul Xavier e tantos outros, trouxe também alguns diapositivos de medalhas existentes no Museu Nacional de Soares dos Reis que também aqui serão projectados.

A medalhística em Portugal, só no século XX começou a tomar o necessário incremento. Mau grado a existência de um António Mengin, de um Wiener, de um Figueiredo, do Venâncio Pedro de Macedo Alves, Figueiredo, Molarinho, Borja Freire, etc., a medalhística portuguesa só começou a ser artisticamente rica, nos últimos cinquenta anos. Agora sim, João da Silva, Álvaro Brée, Barata Feio, Raul Xavier, Numídio Bessone, M. Norte, e vários mais, têm imposto uma nova expressão artística na arte da medalha portuguesa, sem desdouro, quando em confronto com a de qualquer outro país.

Seguiram-se as projecções que a assistência viu com muito interesse.



BIBLIOGRAFIA NUMISMÁTICA PORTUGUESA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

AZEVEDO (J. A. V. de)

- * A Efigie de D. João V (Sep. da «Revista de Numismática»), Rio de Janeiro, 1948.

BARRADAS (Agostinho)

- * Catálogo das Fichas da Madeira, in NVMMVS, N.º 8, Porto, 1955.

BARROS (Alex. Ferreira)

- * Moedas Portuguesas de D. Carlos I e de D. Manuel II (Sep. da revista «Mvsev», II), Porto, 1943.
- * Catálogo das Moedas Visigóticas existentes no Museu Nacional de Soares dos Reis (Sep. da revista «Mvsev», III), Porto, 1944.
- * Novas Medalhas, in NVMMVS, vários números, Porto.
- * Patacos da Patoleia: 1847, in NVMMVS, N.º 2, Porto, 1953.
- * Numismática Portuense, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, XIV (1951), XV (1952) e XVI (1953), com Separata.

BARROS (José de... da Rocha Carneiro)

- * Uma gralha na legenda, in A PERMUTA, Porto, 1954.
- * Um erro em Moeda Espanhola, recente, in «A Permuta», Porto, 1955.

BRAGA (Carlos Morais Peixoto)

- * Quatro legendas latinas em Moedas Brasileiras, in «A Permuta», Porto, 1956.
- * Algumas considerações sobre moeda falsa, in «A Permuta», Porto, 1957.

CASA DA MOEDA

- * Legislação relativa a Moedas e Cédulas, etc., desde 1923 a 1928, Lisboa, 1929.

- * Legislação relativa a Moedas, Cédulas e Medalhas, etc., desde 1929 a 1935, Lisboa, 1936.
- * Legislação relativa a Moedas, Notas e Cédulas, etc., desde 1936 a 1947. Com Apêndice de Legislação Referente aos anos de 1948 e 1949, Lisboa, 1950.

CHAVES (Luís)

- * Moedas Religiosas em Portugal, in NVMMVS, N.º 8, Porto, 1955.
- * Moedas na Etnografia, in NVMMVS, N.ºs 11/12, Porto, 1956.

CORTEZ (F. Russell)

- * O Tesouro Monetário do Lugar do Poio, in NVMMVS, N.º 1, Porto, 1952.
- * A Localização da Cunjagem de «Aliobrio», in NVMMVS, N.º 3, Porto, 1953.
- * A Propósito da Emissão e Circulação de Moedas Visigodas, in NVMMVS, N.º 2, Porto, 1953.
- * Questões de Museologia Numismática, in «A Permuta», Porto, 1953.

COSTA (Pedro de Carvalho)

- * Breve História da Moeda, in «A Moeda», N.ºs 10, 11 e 12, Lisboa, 1948.
- * Moedas Arcaicas e Curiosas, in «A Moeda», N.º 27, Lisboa, 1949.

COUVREUR (Raul da Costa)

- * As Moedas de D. Afonso V com as Armas de Portugal e as de Castela e os Escudos de Ouro do Mesmo Reinado (Sep. do T. 2.º da «Revista de Arqueologia»), Lisboa, 1935.
- * Moedas de D. João IV (Sep. dos «Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses», I), Lisboa, 1935.
- * Moedas do Príncipe da Paz Manuel Godoy como Soberano do Principado dos Algarves (Sep. do T. 2.º da «Revista de Arqueologia»), Lisboa, 1936.
- * Ainda as Moedas de D. Afonso V com as Armas de Portugal e as de Castela. Resposta ao Trabalho do Sr. Dr. Pedro Batalha Reis «Das Moedas de Toro» publicado na «Revista de Arqueologia» (Sep. do T. 2.º da «Revista de Arqueologia»), Lisboa, 1936.

- * Moedas de D. João I: Uma Hipótese na Classificação das Moedas de D. João Primeiro (Sep. do T. 3.º da «Revista de Arqueologia»), Lisboa, 1937.
- * Moedas de D. João I: Aditamento a Uma Hipótese... (Sep. do T. 3.º da «Revista de Arqueologia»), Lisboa, 1938.
- * Moedas de D. Manuel I: O Meio Português de Prata (Sep. da «Revista Brotéria» vol. XXXV), Lisboa, 1942.
- * A Moeda na Restauração (Sep. dos «Anais das Bibliotecas e Arquivos»), Lisboa, 1943.
- * A Cruz da Ordem de Cristo em Moeda Estrangeira (Sep. dos «Anais da U. A. M. O. C.»), Lisboa, 1943.
- * A Cruz na Moeda Portuguesa e em Particular a da Ordem de Cristo (Sep. dos «Anais U. A. M. O. C.»), Lisboa, 1943.
- * Objecto e Divisão da Numismática (Publicado na revista «Las Ciencias», de Madrid. Ano XI. Núm. 2).
- * Numismática Indo-Portuguesa, Bazarucos (Compilação) (Sep. do «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», N.ºs 3-4), Lisboa, 1943.
- * Moeda Portuguesa e Espanhola (Sep. da revista «Brotéria»), Lisboa, 1944.
- * Moeda Espanhola e Portuguesa (Sep. da revista «Brotéria»), Lisboa, 1945.
- * O Nome do Marco Abolido por D. João II por Provisão de 14 de Outubro de 1488, Lisboa, 1945.
- * Padrões e Pesos Monetários Portugueses (Sep. da revista «Brotéria»), Lisboa, 1946.
- * Moedas da Companhia do Niassa — Moedas de 20 e 10 réis (Sep. do «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», N.ºs 1 e 2), Lisboa, 1946.
- * Moedas de D. Sebastião (A Meia-Moeda de 500 reais ou Meio-Engenhoso), (Sep. da «Revista Portuguesa de História» T. III), Coimbra, 1947.
- * Moedas de D. João III — A Moeda de Dois Cruzados, in «A Moeda», N.º 2, Lisboa, 1948.
- * Moedas de D. João IV e de D. Afonso VI, in «A Moeda», N.º 3, Lisboa, 1948.
- * Henrique de Campos Ferreira Lima, in «A Moeda», N.ºs 33-34, Lisboa, 1949.
- * As Moedas Chamadas da «Poeira» — Estratégia Numismática —

- A Numismática no Brasil (Sep. dos N.ºs 7-8, 14-15, 23-24 de «A Moeda»), Lisboa, 1950.
- * Moedas de D. João I — Uma Moeda Estranha nos Tipos do Reinado (Sep. da revista «Brotéria», Vol LI), Lisboa, 1950.
 - * Numismática Luso-Brasileira (Sep. da «Revista da Sociedade Numismática Brasileira»), Lisboa, 1950.
 - * Moedas de D. João III — O Tostão N.º 19 de T. de Aragão (Sep. do vol. LXII da «Revista de Guimarães»), Guimarães, 1952.
 - * Moedas de D. Manuel I — O Índio (Sep. do vol. LXII da «Revista de Guimarães»), Guimarães, 1952.
 - * Moedas de D. Miguel I — Um Ensaio Inédito de Peça, de 1829 (Sep. de NVMMVS, N.º 1), Porto, 1952.
 - * Moedas de duvidosa autenticidade Existentes no «Statens Historiska Museum de Stockholm» (Sep. de NVMMVS), Porto, 1953.
 - * Moedas Híbridas (Sep. de NVMMVS, Vol. II), Porto, 1954.
 - * Numismática de D. João V (Sep. do vol. LXV da «Revista de Guimarães»), Guimarães, 1955.
 - * Um Grosso de D. Afonso V com os Escudos de Armas de Portugal e de Castela e Leão, com a Letra P sobre cada Um, in NVMMVS, N.º 10, Porto, 1955.
 - * Uma Reprodução em Cobre de Moeda de Retrato datada de 1650, com a Efigie de D. João IV e a «Conceição». Fundação da Casa de Bragança, 1956.
 - * Moedas de Cobre para S. Tomé e Príncipe, in NVMMVS, N.ºs 11/12, Porto, 1956.
 - * Numismática Indo-Portuguesa, in NVMMVS, N.ºs 13/14, Porto, 1957.

FERREIRA (O. da Veiga)

- * Duas Moedas Visigóticas Inéditas (Sep. do «Correio do Sul»), Faro, 1949.

FIGANIER (Joaquim)

- * Moedas Árabes — Inventário e Descrição 711/1432, Lisboa, 1950.

FONSECA (Ángelo Queirós da)

- * Origem da Palavra e Derivação do Termo MOEDA, in «A Moeda», N.º 3, Lisboa, 1948.

FOLGOSA (José Maria)

- * Cruzetas de Cobre, in NVMMVS, N.º 7, Porto, 1954.
- * As Moedas da África Oriental Portuguesa (em publicação), desenvolvendo vários artigos publicados nas revistas «Moçambique».

FORMOSINHO (José)

- * O Ceitil de D. Manuel com Caracteres Arábicos, in «A Moeda», N.ºs 25/26, Lisboa, 1949.

FRANCO (Gonçalo Lyster)

- * Quarto de Real Branco Cunhado em Évora (Sep. do «Correio do Sul»), Faro, 1949.

FRONTEIRA (Joaquim)

- * A Meia Tanga de Filipe III, in NVMMVS, N.º 2, Porto, 1953.
- * Mais uma Tanga Inédita da Índia Portuguesa, in NVMMVS, N.º 3, Porto, 1953.
- * Fanões de Ouro (Sep. de NVMMVS, N.º 6), Porto, 1954.
- * Autenticidade ou Contrafacção? (Sep. de NVMMVS, N.º 10), Porto, 1955.
- * Um Soldo de D. João III? in NVMMVS, N.ºs 13/14, Porto, 1957.

GARCIA (A. Elias)

- * As Moedas Visigodas da Egitânea, Castelo Branco, 1938.
- * As Moedas Visigodas de Lamecum, Castelo Branco, 1939.
- * As Moedas Visigodas de Monecípio, Castelo Branco, 1940.
- * «Um Triente inédito de Sisebuto» na revista «Altitude» da Guarda, 1942.
- * Um Triente de Recaredo batido em Chaves», (separata da «Revista de Guimarães»), 1944.
- * «Um Triente Toledano de Egica» (separata do «Arquivo do Alto Minho»), Braga, 1946.
- * As Moedas Visigodas de Portocale ou Portucale (separata da «Revista de Guimarães»), 1947.
- * As Moedas Visigodas da Lusitânea (Sep. do Vol. LX da «Revista de Guimarães»), Guimarães, 1950.

GARCIA (José Penha)

- * Moedas Romanas... Algumas Notas, in «A Moeda», N.º 27, Lisboa, 1949.

- * As Moedas e a Morte de César, in «A Moeda», N.ºs 28/29 e 30/31, Lisboa, 1949.
- * A Reforma Monetária de Augusto César, in «A Moeda», N.ºs 33/34, Lisboa, 1949.

GARCIA (Luís Pinto)

- * Numismática dos Portugueses que Foram Soberanos Noutros Países, Castelo Branco, 1937.
- * Moedas Estrangeiras Contramarcadas que Correram nos Açores e nas Colónias, Castelo Branco, 1937.
- * Moedas Contramarcadas Continentais, Açoreanas e Coloniais que Correram nos Açores e nas Colónias, Castelo Branco, 1938.
- * Moedas Portuguesas que Correram no Estrangeiro, Castelo Branco, 1938.
- * Moedas Estrangeiras que Circularam em Portugal, Castelo Branco, 1938.
- * Numismática de Alguns Soberanos Portugueses que Cunharam Moeda no Estrangeiro, Castelo Branco, 1938.
- * Dicionário Numismático (subsídios para um), Castelo Branco, 1939.
- * O Escudo Português nas Armas Espanholas (Sep. do vol. especial da «Revista de Guimarães» comemorativo dos centenários), Porto, 1940.
- * Moedas de Guilherme de Schaumbourg-Lippe, Generalíssimo do Exército Português (Sep. da «Revista de Guimarães», Vol. L), Guimarães, 1940.
- * Descrição das Moedas de Angola e S. Tomé e Príncipe, Castelo Branco, 1941.
- * O Ensino da Numismática, Castelo Branco, 1943.
- * Imitações Numismáticas (Memória Apresentada ao Congresso de Córdova), Castelo Branco, 1944.
- * Contramarcas, Carimbos e Gravações (Sep. de «A Moeda»), Castelo Branco, 1950.
- * Moedas e Números, in «A Moeda», Lisboa, 1950.
- * Moedas Estrangeiras que Circularam nas Ilhas e nas Colónias (Sep. de «Mysev», vol. VI), Porto, 1950.
- * Numária Eborense (Sep. de «A Cidade de Évora», N.ºs 23/24), Évora, 1951.
- * The Coins of Portugal and Colonies—1901/1951, Nova Iorque, 1952.

- * O Numismata Dr. Mirabeau (Sep. de NVMMVS, N.º 1), Porto, 1952.
- * A Propósito dum Conjunto de Moedas de Malaca (Tradução dum trabalho do Dr. K. R. Hanitsch) (Sep. de NVMMVS, N.º 2), Porto, 1953.
- * A Propósito dum segundo Conjunto de Moedas de Malaca (Tradução dum trabalho do Dr. K. R. Hanitsch) (Sep. de NVMMVS, N.º 3), Porto, 1953.
- * Um Numismata Alentejano (Sep. de «A Cidade de Évora»), Évora, 1953.
- * A Propósito de dois Conjuntos de Moedas de Malaca (Tradução dum artigo de C. H. Dakers) (Sep. de NVMMVS), Porto, 1953.
- * Moedas da Corunha (Carta a Propósito das «Raridades Numismáticas» do Dr. Batalha Reis) (Sep. de NVMMVS), Porto, 1954.
- * Da Colecção Monetária de Mr. Shore (Sep. de NVMMVS, N.º 7), Porto, 1955.
- * Contribuições para o Estudo da Numismática Indo-Portuguesa (Tradução do trabalho do Dr. Gerson da Cunha), Lisboa, 1955.
- * Numismática Indo-Portuguesa (Tradução do trabalho de H. Grogan), Lisboa, 1955.
- * Outra Relíquia Religiosa Portuguesa Achada na Rodésia do Sul (Tradução do trabalho de Roger Summers), in NVMMVS, 13/14, Porto, 1957.

GONÇALVES (José Luís Pinto)

- * Moedas Comemorativas de Portugal, in NVMMVS, N.º 6, Porto, 1954.

GUEDES (João Lopes F.)

- * Um Tostão de D. João IV, in NVMMVS, N.º 5, Porto, 1954.
- * Achados Numismáticos, in NVMMVS, N.º 7, Porto, 1954.
- * Um dinheiro de D. Afonso Henriques, in NVMMVS, N.ºs 11/12, Porto, 1956.

LEMOS (Paulo Ferreira de)

- * Nota sobre três Moedas de D. Fernando I, in «A Moeda», N.º 32, Lisboa, 1949.
- * Barbudas do Porto de D. Fernando, in «A Moeda», N.º 34, Lisboa, 1950.

- * Contos para Contar ou Moedas para Correr? in NVMMVS, N.º 2, Porto, 1953.
- * Moedas de D. João I, in NVMMVS, N.º 4, Porto, 1953, com Separata.
- * Moedas da 2.ª Dinastia não Catalogadas, in NVMMVS, N.º 7, Porto, 1954.
- * Contos para Contar — Ensaio para o Seu Conhecimento e Sua Classificação (Sep. de NVMMVS, N.º 9), Porto, 1955.
- * Um Tostão de 16-41, in «A Permuta», Porto, 1953.
- * Um Vintém da 1.ª Emissão para Portugal de Filipe II de Espanha, in «A Permuta», Porto, 1954.
- * Nova Série de D. João IV, in «A Permuta», Porto, 1954.
- * Breve Nota sobre o Escudo Nacional, in «A Permuta», Porto, 1955.
- * Colecciono Moedas, in «A Permuta», Porto, 1956.
- * Generalidade sobre a Cruz e seu Emprego em Moedas Portuguesas, in «A Permuta», Porto, 1957.
- * Evolução da Representação da Coroa em Moedas Portuguesas, in «A Permuta», Porto, 1957.

LERENO (Álvaro)

- * Subsídios para a História da Moeda em Cabo Verde (1460-1940). Lisboa, 1942.

LIMA (Henrique de Campos Ferreira)

- * Os Malucos, in revista de «Arqueologia e História», vol. VII, Lisboa, 1929.
- * As Medalhas chamadas da «Poeira», in «A Moeda», N.º 4, Lisboa, 1948.

MACHADO (Fernando Falcão)

- * Numismas de Emínio (Artigo publicado na «Revista de Arqueologia», vol. III), Lisboa, 1938.

MALPIQUE (Cruz)

- * Meditação sobre o dinheiro, in «A Permuta», Porto, 1956.

MANTERO (Henrique)

- * As Nossas Moedas, in «A Moeda», N.ºs 23/24, 27, 30/31, Lisboa, 1949.

MATTOS (Armando de)

- * A Propósito do Meio-Tornês de D. Fernando I (Sep. da revista «Brotéria», XX), Vila Nova de Gaia, 1935.
- * À Margem da Numismática.

MORAIS (A. Viana de)

- * Numária da Ordem Hospitalária de S. João de Jerusalém (Ordem de Malta), Lisboa, 1928.

MOTTA (Alfredo)

- * Literatura Numismática, in «A Moeda», N.ºs 5/6 e 12, Lisboa, 1948.
- * Uma Medalha de Mérito (Sep. dos «Anais do Clube Militar Naval»), Lisboa, 1949.
- * As Medalhas chamadas da Poeira, in «A Moeda», N.ºs 20/21, Lisboa, 1949.
- * Moedas Estrangeiras Referentes a Portugal, in «A Moeda», N.º 47, Lisboa, 1950.
- * A Medalha Comemorativa do 1.º Centenário da Escola Naval, in «A Moeda», N.º 51, Lisboa, 1950.

NEVES (Eduardo Augusto da Silva)

- * Lisboa na Numismática e na Medalhística, Lisboa, 1942.
- * Nótula Medalhística, in «Feira da Ladra», Lisboa, 1943.

NOGUEIRA (Salvador de Sá)

- * Uma Medalha de Ouro de Napoleão III, in NVMMVS, N.º 2, Porto, 1953.

OLIVEIRA (António de)

- * A Evolução dos Padrões Monetários na Província de Angola, in «O Século».

PACHECO (J. Preto)

- * Do Poder de Compra da Moeda Portuguesa, 2 fascículos, Lisboa, 1938.
- * Valores Monetários Correntes na Península Ibérica desde os Romanos ao fim do Século XI, in «Bazar», Suplemento Literário de «A Voz», Lisboa, 6 de Setembro de 1941.

PAÇO e JALHAY (Afonso do, Eugénio)

- * Tesouro Monetário da Citânia de Sanfins (Sep. dos «Anais» II Série, Vol. 6), Lisboa, 1955.
- * Citânia de Sanfins. V Nota sobre algumas Moedas, in NVMMVS, N.º 7, Porto, 1954.

PASSOS (Alexandrino)

- * Notícia sobre uma Medalha Portuguesa Inédita, Porto, 1947.

PERES (Damião)

- * Catálogo das Moedas Portuguesas do Museu Municipal do Porto, 2 Tomos, Porto, 1929/1934.
- * Relação das Moedas Gregas, Romanas, Bizantinas, Bárbaras e Árabes, do Museu Nacional Soares dos Reis, Porto, 1942.
- * A Casa da Moeda do Porto no Sistema Monetário Português, in «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», XIII, Porto, 1950.

PORTO (J. E.)

- * Dinheiros e Mealhas Portuguesas, Lisboa, 1949.

PROBER (Kurt)

- * Moedas de Cobre para S. Tomé e Príncipe, in NVMMVS, N.º 5, Porto, 1954.
- * Casa da Moeda da Vila da Cachoeira, 1823, in NVMMVS, N.º 10, Porto, 1955.

RAMIRES (Mário)

- * Duas Moedas Portuguesas Híbridas, in NVMMVS, N.º 3, Porto, 1953.
- * Variantes Inéditas de Moedas Portuguesas da 4.ª Dinastia, in NVMMVS, Vol. I, Porto, 1953.
- * Achados Numismáticos, in NVMMVS, Vol. I, Porto, 1953.
- * Pieds-Forts, in NVMMVS, N.º 5, Porto, 1954.
- * Moedas Novas, in NVMMVS, Vol. II, Porto, 1954.
- * Tesouro Monetário Romano de Friume (Sep. de NVMMVS, Vol. II), Porto, 1954.
- * Uma Moeda dos Açores, in «A Permuta», Porto, 1954.
- * Mais Variantes Inéditas — Moedas Portuguesas da 4.ª Dinastia, in NVMMVS, N.º 8, Porto, 1955.

REIS (Pedro Batalha)

- * Numária de El-Rei D. Afonso V, 1932.
- * O Museu Numismático Português, 1932.
- * A Moeda de Angola (Sep. do Catálogo do Banco de Angola, da Exposição Colonial), Lisboa, 1934.
- * Numária de Pax Júlia, 1933.
- * História da Casa da Moeda de Lisboa, 1933.
- * Moedas de Toro (Sep. do «Relatório da Casa da Moeda»), Lisboa, 1933.
- * A Moeda da Conceição, 1934.
- * Das Moedas de Toro, 1935.
- * Moedas do Cilpes e não Cilpe, 1935.
- * De La Numismatique au Portugal (Comunicação ao Congresso Intern. de Numismática de Londres de 1936).
- * Moeda Inédita de El-Rei D. Afonso Henriques, in «Diário de Notícias», de 20 de Janeiro de 1937.
- * Moedas Coloniais, 1937.
- * O Tesouro de Fortios, 1938.
- * Les Soldes d'or au Portugal (Comunicação ao Congresso Int. de Ciências Históricas de Zurich), 1938.
- * Morabítilos de El-Rei D. Sancho II, 1938.
- * Em Prol da Numismática, 1939.
- * Processos da Amoeção em Portugal, 1939.
- * Moedas Portuguesas de 1140 a 1940, 1940.
- * Ouro Português Amoeção, 1940.
- * O Codicilo de El-Rei D. Afonso Henriques, sua interpretação Monetária.
- * Morabítilos Portugueses — Estudos de Numismática Medieval (Sep. dos «Estudos Comemorativos da Fundação da Nacionalidade»), Lisboa, 1940.
- * Maravedis Alfonsis (Sep. dos «Trabalhos da Ass. dos Arqueólogos Portugueses», VI), Lisboa, 1942.
- * O Rei Numismata — Homenagem a El-Rei D. Luís I (Sep. da revista «Feira da Ladra»), Lisboa, 1942.
- * Nova Expressão da Medalha em Portugal, Lisboa, 1943.
- * O Numismata Robert Shore (Sep. dos «Trabalhos da Ass. dos Arqueólogos Portugueses», VII), Lisboa, 1943.
- * O Prof. Doutor José Leite de Vasconcelos na Numismática (Sep. dos «Trabalhos da Ass. dos Arqueól. Portugueses», VII), Lisboa, 1943.

- * O Espírito Cristão da Numismática Portuguesa (Sep. da revista «Brotéria», vol. XXXVI), Lisboa, 1943.
- * Medalhística Olisiponense (Sep. da revista «Municipal»), 1945.
- * O Culto de Nossa Senhora da Conceição na Numismática (Sep. da revista «Brotéria», vol. XLIII), Lisboa, 1946.
- * A Numismática na Exposição de Ourivesaria Portuguesa, Lisboa, 1947.
- * Numária d'El-Rei D. António, Lisboa, 1947.
- * A Medalha de Nossa Senhora da Conceição (Sep. da revista «Occidente»), Lisboa, 1947.
- * Guia de Uma Notável Colecção de Moedas Portuguesas, Lisboa, 1948.
- * Raridades Numismáticas (Sep. do «Boletim do Grupo Alcaides de Faria», N.º 2), Barcelos, 1949.
- * Uma Moeda de Alta Raridade, in «Diário de Notícias», de 25 de Outubro de 1952.
- * Numária d'El-Rei D. Afonso Henriques, in NVMMVS, N.º 1, Porto, 1952.
- * Medalha Comemorativa do Duplo Casamento dos Filhos de D. João III com os Infantes de Espanha — 1542, in NVMMVS, N.º 5, Porto, 1954.
- * Moeda Inédita da Companhia do Niassa, in NVMMVS, N.º 10, Porto, 1955.
- * Cartilha da Numismática Portuguesa, Lisboa, 1956.

RIBEIRO (Almeida)

- * «Uma Tese» «Uma Hipótese».

RODRIGUES (Adriano Vasco)

- * Numismática Elementar, in «A Permuta», Porto, 1954, 55, 56 e 57.

SANTOS (António Lopes dos)

- * Catálogo Numismático, Valor das Moedas, Lisboa, 1941.

SANTOS (Ary dos)

- * Uma Medalha — Insignia Inédita, Círculo Católico Operário de Braga, in «A Moeda», N.º 27, Lisboa, 1949.
- * Medalha — Insignia da Ven. Irmandade do SS. Sacramento da Basílica Patriarcal de Lisboa, in «A Moeda», N.ºs 28/29, Lisboa, 1949.

- * Medalha Comemorativa da Tomada de Cayenna, in «A Moeda» N.ºs 33/34, Lisboa, 1949.
- * Duas Variantes de Uma Medalha Dedicada ao Duque de Wellington, in «A Moeda», N.º 32, Lisboa, 1949.
- * Início do Ano de 1768, Medalha Comemorativa de Vários Factos Históricos, alguns relacionados com Portugal, in «A Moeda», N.ºs 30/31, Lisboa, 1949.
- * Canonização da Rainha D. Isabel, 1625, in «A Moeda», N.ºs 35/36, Lisboa, 1949.
- * Medalha Dedicada a Costa Cabral (Inédita), in «A Moeda», N.º 37, Lisboa, 1949.
- * O Termo da Guerra dos Sete Anos (1763), in «A Moeda», N.º 38, Lisboa, 1949.
- * Uma Medalha de Porcelana Dedicada ao Príncipe Regente D. João, in «A Moeda», N.º 39, Lisboa, 1950.
- * Ainda a Respeito da Guerra dos Sete Anos, in «A Moeda», N.º 40, Lisboa, 1950.
- * Ordem da Rosa, 1829/1890, in «A Moeda», N.º 41, Lisboa, 1950.
- * Soc. Literária «Almeida Garrett», in «A Moeda» N.º 45, Lisboa, 1950.
- * Medalha Comemorativa do Estabelecimento da Inglaterra em Bombaim, 1662/1804, in «A Moeda», N.º 46, Lisboa, 1950.
- * Outra Medalha Inédita Dedicada a Costa Cabral, in «A Moeda», N.º 47, Lisboa, 1950.
- * Medalha Referente à Emissão do Selo de 25 réis de D. Carlos, 1898, in «A Moeda», N.º 48, Lisboa, 1950.
- * Sir John Moore, Corunha, 16 de Janeiro de 1809, in «A Moeda», N.º 54, Lisboa, 1950.
- * Batalha de Talavera, 28 de Julho de 1809, in «A Moeda», N.ºs 56 e 59, Lisboa, 1950.
- * Batalha de Almaraz, 19 de Maio de 1812, in «A Moeda», N.º 57, Lisboa, 1950.
- * Capitulação de Pamplona, 31 de Outubro de 1813, in «A Moeda», N.º 58, Lisboa, 1950.
- * Batalha de Albuera, 16 de Maio de 1811, in «A Moeda», N.º 60, Lisboa, 1950.
- * Passagem dos Pirenéus, 31 de Junho de 1813, in «A Moeda», N.º 61, Lisboa, 1951.
- * Batalha da Vitória (21 de Junho de 1813), in «A Moeda», N.ºs 63/64, Lisboa, 1951.

- * Algumas Medalhas Portuguesas e Outras Estrangeiras Referentes a Portugal (Sep. de «A Moeda»).
- * Medalhas Dedicadas a Frei D. António Manuel de Vilhena (Sep. da revista «Mvsev», vol. VII), Porto, 1950.
- * Uma Medalha Dedicada ao Dr. Francisco de Andrade Leitão, in NVMMVS, N.º 1, Porto, 1952.
- * Um Gravador de Medalhas — Domingos Cívens Alves do Rego, (Sep. do N.º 2 da revista «Terra Lusa»), Lisboa, 1952.
- * Portugal nas Exposições Universais de Paris e S. Luís e na Nacional do Rio de Janeiro, in NVMMVS, N.º 5, Porto, 1954.
- * Medalhas Dedicadas a D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra (Sep. de «O Instituto», vol. 116), Vila Viçosa, 1953.
- * Medalhas Comemorativas da Exposição Internacional de Antuérpia, 1930, in NVMMVS, N.º 7, Porto, 1954.

SANTOS (Carlos Fernando de Sousa)

- * Notícia sobre Um Exemplar Desconhecido de Uma Moeda de Portugal, in NVMMVS, N.º 4, Porto, 1953.

SARMENTO (Alberto Artur)

- * Moedas, Selos, Papel Selado e Medalhas na Madeira, Funchal, 1933.

SOMBRA (S.)

- * História Monetária do Brasil Colonial, Repertório Cronológico com Introdução, Notas e Carta Monetária, Rio de Janeiro, 1938.
- * Pequeno Esboço de História Monetária do Brasil Colonial, Rio de Janeiro, 1940.

SOUSA (António Pinto de)

- * Moedas dos Lóios, in «O Tripeiro», Porto, 1956.
- * Malucos Fundidos e Cunhados (Sep. de NVMMVS, N.ºs 11/12), Porto, 1957.

SOUTO (Rocha)

- * Homenagem a Sousa Martins, in NVMMVS, N.º 9, Porto, 1955.

TEIXEIRA (António F.)

- * Novas Medalhas, in NVMMVS, N.ºs 13/14, Porto, 1957.
- * Uma Medalha Italiana que interessa à Colecção Portuguesa, in NVMMVS, N.ºs 13/14, Porto, 1957.

VASCONCELOS (José Leite de)

- * Cartas Inéditas de Vários Escritores Dirigidas a Teixeira de Aragão, in «O Arqueólogo Português», XXIX, Lisboa, 1934.
- * Nomenclatura Numismática, in «O Arqueólogo Português», XXX, Lisboa, 1956.

VAZ (J. Ferraro)

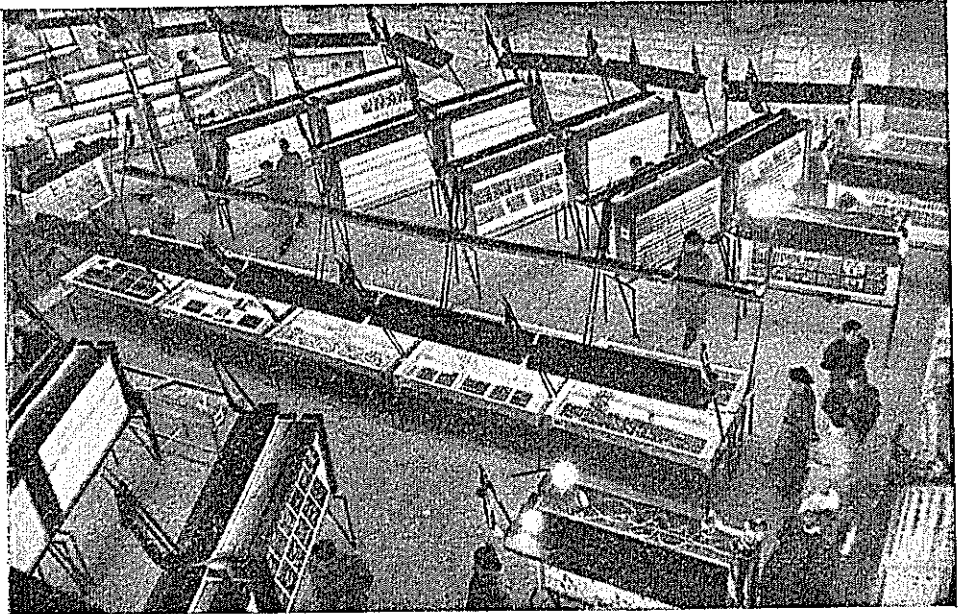
- * Catálogo das Moedas Portuguesas — Portugal Continental, 1640/1948, Lisboa, 1948.
- * Moedas de Ouro Carimbadas na Época de D. João IV (Sep. da «Revista de Guimarães», LIX), Guimarães, 1949.
- * Catálogo das Moedas Portuguesas — Correções e acrescentos, in «A Moeda», N.ºs 44 e 48, Lisboa, 1950.
- * Os Morabitanos à Luz de Uma Nova Investigação e de Um Novo Achado (Sep. de «Arqueologia e História», V), Lisboa, 1951.
- * Os Morabitanos, a Moeda de Ouro Antiga e as Falsificações, in «A Moeda», N.º 65, Lisboa, 1951.
- * Moedas de D. Fernando, Um Quarto de Barbuda da Oficina Monetária do Porto (Sep. de NVMMVS, N.º 1, Porto, 1952).
- * Numária Medieval Portuguesa — Classificações e Achados (Sep. de NVMMVS, N.º 4), Porto, 1953.
- * Numária Medieval Portuguesa — Preço de Amoedação e Valor intrínseco dos Dinheiros (Sep. de NVMMVS, N.º 8), Porto, 1955.
- * Numária Medieval Portuguesa — Moedeiros e Amoedações, in NVMMVS, N.ºs 11/12, Porto, 1956. Com separata.

VIDAGO (J.)

- * Memória Histórica sobre a Moeda na Ilha do Faial, Faial, 1931.

Foi a Sociedade Portuguesa de Numismática solicitada pela Comissão Executiva da 1.ª Exposição Ibero-americana para apresentar uma nota sobre BIBLIOGRAFIA PORTUGUESA nos últimos 30 anos.

É o trabalho que se apresenta acima, que terá indubitavelmente algumas lacunas inevitáveis, em estudo deste género, muito embora todo o cuidado posto na sua elaboração e que foi baseado em elementos fornecidos por um distinto e ilustre numismata, sócio honorário da S. P. N.



VISTA PARCIAL DA
I EXPOSIÇÃO IBERO-AMERICANA

NUMÁRIA MEDIEVAL PORTUGUESA

O NÚMERO DE ORDEM USADO POR SOBERANOS DO MESMO NOME NA NUMISMÁTICA E NA ESFRAGÍSTICA

POR J. FERRARO VAZ

O doutor JOÃO PEDRO RIBEIRO, que foi Mestre da diplomática portuguesa, ensina na sua Dissertação III:

«Póde notar-se, que principiando os Papas desde o Seculo XI, e outros Soberanos já do X. Seculo, a declarar na Legenda dos seus sellos o numero, que os distinguia dos seus Antecessores do mesmo nome, só o Senhor D. João II, entre nós principiou a declarar *secundus*» (1).

Todavia, logo a seguir, nos *Aditamentos* à mesma Dissertação (2), dá o A. notícia de um selo da chancelaria do Rei *Bolonhês*, apenso ao seu testamento de 1271, onde se lê «*S. Alfonsi III. Regis Portugalie*»; e tal legenda, confirmada noutros documentos (3), deslocará para data mais antiga a época antes estabelecida para o aparecimento do nome ordinal determinante da posição cronológica de soberanos portugueses do mesmo nome. Isto no que respeita à sigilografia.

No campo da numismática, também se prova com moedas mui conhecidas que, antes do *Príncipe Perfeito* se intitular JOHANES SECUNDUS, já o Rei *Africano* se denomina, em muitos casos, ALFONSUS QUINTUS.

Posto que geralmente fiquem por aqui as balizas que marcam o aparecimento do número de ordem, a diferença entre as épocas em que isso acontece nas duas espécies de monumentos reais, bastará para fazer suspeitar da existência de outros elementos a relacionar e, consequentemente, de haver outras soluções para o problema; outrossim, teremos sempre que contar com uma época de transição que distancia, mais ou menos, primeiras manifestações

(1) *Diss. Chron. e Críticas*, I, 119.

(2) *Ib.*, IV, P. I, 136.

(3) Adiante mencionados.

e uso corrente de qualquer inovação. Eis a razão das considerações que vamos apresentar em seguida.

Em Portugal, como entre os reinados de Afonso IV (1325-1357) e Afonso V (1438-1481) há uma série de soberanos que são todos os primeiros do nome, sem necessidade de usar número de ordem, não se poderá nesse intervalo delimitar com justeza a época própria a estabelecer tal moda. Não obstante, aparece uma moeda de D. Fernando a ostentar na legenda ser o primeiro de Portugal, possivelmente por ter sido batida durante o estado de guerra criado pela pretensão ao trono do país vizinho, por onde outros Fernandos já tinham passado (1).



Tornês de letra monetária ^M (Milmanda).
Anv.: ✠ FERNANDUS: I: REX: PORTUGALI: ALGAR

Porém, analisando o que se passa anteriormente, quando há mais do que um soberano do mesmo nome, nota-se que desde os primeiros tempos da Fundação aparece em alguns documentos o número ordenador a distingui-los, facto este que se torna frequente durante o reinado de Sancho II, como se ilustra com os seguintes extractos de fórmulas, usadas depois do primeiro Sancho:

em 1212, no foral de Alenquer.

«*Ego Regina domna Sancia filia Sancii Regis qui fuit Alfonsi primi Regis Port. fillius*» (2);

(1) Esta moeda foi publicada in *Boletim do Grupo Alcaides de Faria*, Ano 2.º, n.º 2, por PEDRO BATALHA REIS, com o seguinte comentário: «Note-se a curiosa hesitação ou engano do moedeiro que o levou a meter uma haste depois do nome do Rei, o que poderia levar alguém menos avisado a ler I depois de *Fernandus*, quando essa prática se verifica entre nós só do reinado de D. Afonso V em diante» (pág. 28, nota 2).

(2) *Port. Mon. Hist., Leges et Cons.*, 559.

em 1218, no foral de Vila Verde,

«*Ego Alfonsus IIus. dei gratia Port. Rex*» (1);

em 1225, no foral de Santa Cruz,

«*Ego Rex Sancius secundus Port.*» (2);

em 1226, no foral de Marvão,

«*Ego IIus. Rex Sancius*» e «*Ego Rex Sancius IIus.*» (3);

em 1228, no foral de Sortelha,

«*Ego Sancius secundus dei gratia portugalensis Rex*» (4);

em 1231, no foral de Ega,

«*Regnante domno Sanchio secundo portugalensium regi*» (5);

em 1241, no foral de Mós,

«*Ego domnus Sancius secundus Rex Port.*» (6);

em 1255, no foral de Aroche,

«*Ego Rex Alfonsus IIIus. Rex Port. et Comes Bolon.*» (7);

em 1264, numa carta régia,

«*ego alfonsus tercius dei gratia Rex portugalie*» (8); e

(1) *Port. Mon. Hist., Leges*, 576; no foral de Ceides (1217), *ib.*, 573; e muitos outros documentos.

(2) *ib.*, 601.

(3) *ib.*, 606.

(4) *ib.*, 608; idênticas formas nos forais de Idanha Velha (1229) e Salvaterra (1229), *ib.*, 613 e 616.

(5) *ib.*, 621; idênticas fórmulas nos forais de Vila de Porco (1238), *ib.*, 629; de Sequeiros e de Val de Rugio (1233), J. PEDRO RIBEIRO, *Diss. Chron.*, V, 344.

(6) *ib.*, 630; outro tanto no foral de Elvas (1229), *ib.*, 619.

(7) *ib.*, 651; idêntica fórmula no *Instrumentum Super Facto Monete*, *ib.*, 210.

(8) J. PEDRO RIBEIRO, *Diss. Chron.*, III, doc. XXIV.



em 1271, no selo de chumbo pendente do testamento do monarca,

✠ : S: ALFONSI: III: REGIS: PORTUGALIE (¹).

E o que acontece com os documentos de Sancho II (²), em especial, poderia repetir-se com outros monumentos, demais que a isso não se opõe o que se passa na maior parte dos países europeus, onde se nota, a par da irregularidade do uso, um aparecimento muito remoto do número de ordem dos soberanos (³), tanto em selos como em moedas.

REINOS	NÚMERO DE ORDEM APARECIMENTO E INÍCIO DO USO EM	
	SELOS	MOEDAS
PORTUGAL . . .	AFONSO III (1248-1279)	SANCHO II ? (1223-1248)
	JOÃO II (1481-1495)	AFONSO V (1438-1481)
LEÃO e CASTELA	HENRIQUE IV (1454-1474)	JOÃO II (1406-1454)
FRANÇA	CARLOS IX (1560-1574)	LUÍS XII (1498-1515)
INGLATERRA . .	HENRIQUE VIII (1509-1547)	HENRIQUE III (1216-1272)
ALEMANHA . .	HENRIQUE III (1039-1056)	CONRAD III (II em ITALIA) (1138-1152)
SANTA SÉ (⁴) .	LEÃO IX (1049-1054)	PASCOAL II (1099-1118)

(¹) Torre do Tombo, «Alcob. (D. R.), M.º II, doc. 6» — um exemplar publicado por J. DA SILVA MARQUES, in *Descobrimientos Portugueses* (Est. IV, n.º 8); selo idêntico, noutra doc. de 1262, reproduzido in *Hist. de Portugal*, dirigida por DAMIÃO PERES, II, 283.

(²) Nas citações relativas a Sancho II, feitas com a preocupação de abranger o período mais largo possível, não se esgotam os casos conhecidos.

(³) Cf., para os selos, ANT.º CAETANO DE SOUSA, *Hist. Genealógica*, IV; JUAN MENENDEZ PIDAL, *Selos Españoles de la Edad Media; Trésor de Numismatique et de Glyptique — Sceaux des Rois & Reines de France*; W. DE GRAY BIRCH, *Catalogue of Seals in the British Museum*; A. DE BOUARD, *Manuel de Diplomatie Française et Pontificale*; e CAMILLO SERAFINI, *Le Monete e le Bolle Plumbee Pontificie del Medagliere Vaticano*, I. Cf., para as moedas; ARAGÃO, *Descrição Geral e Hist. das Moedas*, I; HEISS, *Descripcion General de las Monedas*, I; JEAN LAFAURIE, *Les Monnaies des Rois de France*; HERBERT A. GRUEBER, *Handbook of the Coins of Great Britain and Ireland in the British Museum*; A. DIEUDONNÉ, *Manuel de Numismatique Française*, IV.

(⁴) Regista-se ainda para a moeda de Itália, a seguinte oportuna informação de JOAQUIM LELEWEL, quando trata da moeda ali batida sob os príncipes normandos: «Le cuivre



Selo de D. Afonso III
(ampliado 1 1/2 X)



Criado, assim, ambiente próprio a aceitar a possibilidade de os primeiros reis de Portugal terem também usado na sua numária, ainda que acidentalmente, o número de ordem identificador, passamos a analisar as legendas das moedas dos primeiros Afonsos e Sanchos dispostas em sequência plausível:

REI	DINHEIROS	MORABITINOS
AFONSO I . . .	AFONSVS REX ALFOS	
SANCHO I (*) . .	REX SANCIVS REX SANCIO	SANCIVS REX PORTVGALIS
AFONSO II . . .	REX AFOSO REX ALFOSVS	MONETA DOMINI ALFONSI
SANCHO II . . .	REX SANCIV; SANCIVS SANCIVS REX SANCI REX; SANCII; SANCIII	MONETA DOMINI SANCII

Este curioso desenvolvimento de legendas poderá, para os últimos



Dinheiro de D. Sancho II (SANCII REX)

dinheiros sugerir a ideia de haver uma tentativa de representação do número de ordem, isto é, SANCII querer determinar SANCHO II.

O facto de aparecer SANCI em alguns exemplares não será prova negativa, mas antes uma imperfeição de legenda a enfileirar com muitas outras;

de Salerne [...] offre, d'un côté, la muraille à une tour, avec les deux premières lettres de Salerne, SA; de l'autre côté, l'inscription trilinéaire *Wilhelmus RX II (secundus)*. Guillaume II (1166-1189) marquait son nombre sur la monnaie, comme le fit peu avant lui l'empereur Conrad II (1137-1152)», *Numismatique du Moyen-Age*, III, 22.

Cf. ARTHUR ENGEL, in *Recherches sur la Numismatique et la Sigillographie des Normands de Sicile et d'Italie*, que já apresenta o número de ordem em moedas de Rogério II, rei da Sicília (1130-1154); e em selos de Ricardo II, príncipe de Cápua (1090-1106).

(¹) ALFREDO PIMENTA, a propósito deste rei, escreve o seguinte: «Nos documentos que nos restam da sua Chancellaria, e que conhecemos, por transcripções ou traslados, encon-

de resto, também não falta SANCIII, como se vê na figura anterior. Verdade é que, paralelamente, outros casos há que parece quererem negar a hipótese esboçada, ainda que não tenham força bastante para a destruir, impondo-se, entre os principais, a existência de moedas atribuídas a Sancho IV de Leão e Castela (1284-1295) com idêntica legenda SANC II REX ⁽¹⁾ e a geral



«Cornado» de D. Sancho IV, de Leão e Castela

afirmação de só dois séculos depois os soberanos portugueses usarem normalmente a ordem do nome nas moedas, em harmonia com o que aconteceu noutros países próximos. Contudo, não obstante estar consagrado em Portugal o uso do ordinal nos monumentos reais desde D. João II, aparecem um século mais tarde algumas moedas de D. Sebastião omitindo-o e, logo depois, cessa o uso durante os 60 anos do governo da Dinastia Filipina (1580-1640), salvo em escassos exemplares batidos de início, nos moldes da moeda anterior, em nome de D. Filipe I de Portugal, II de Espanha ⁽²⁾.

tra-se a abreviatura *Port.* ou as palavras *Portugalensis* e *Portugalensium*, seo desdobramento. Ora *Port.* pode desdobrar-se assim, mas também pode dar *Portugalie*. De sorte que não é possível a ninguém estabelecer regra, na maneira como D. Sancho I se designava». (*Idade-Média*, 183). Ora, parece que se poderá completar o quadro com as moedas, onde geralmente se lê: nos *morabitinos*, SANCIVS REX PORTUGALIS; e nos *dinheiros*, REX SANCIVS PORTUGAL.

⁽¹⁾ Que todavia é o segundo Sancho que governa os reinos de Leão e Castela reunidos sob uma única coroa — considerando como primeiro o filho de Fernando, o *Grande*. Nos poucos docs. que consultamos de Sancho o *Bravo*, não se nos deparou qualquer número a determinar a sua posição na sucessão dos Sanchos, o que nada diz a favor de qualquer hipótese — cf. *Memorial Histórico Español*, tomo III, 1852; AGUSTIN MILARES CARLO, *Trat. de Paleografía Española*. Madrid, 1932; e M. GAIBROIS DE BALLESTEROS, *Sancho IV de Castilla*, Madrid, 1922/28.

⁽²⁾ Mandado de 26 de Janeiro de 1581, aos oficiais da Casa da Moeda de Lisboa: «q̃ laureis na casa, moeda douro e prata de peso e contia que se lauraua em tempo dellrey dom hemrique q̃ Ds tem conforme a prouisão q̃ sobre iso se pasou, a quall laurarei com as letras do crunho dellrey noso sor, que se hora fez» (ARAGÃO, *ob. cit.*, I, 424); confirmado

Se é frágil a hipótese de tais legendas SANCII REX representarem SANCHO II REX, não são menos frágeis as razões que parecem opor-se-lhe.

Ainda considerando o desenvolvimento das legendas de *dinheiros* e *morabitinos*, bem como os documentos contemporâneos, das chancelarias reais e outros, nota-se que o nominativo é o caso geral a impor o nome do rei, como acontece com o *Capelo* — *Rex Sancivs, Sancivs Rex, Ego Rex Sancivs, Ego Sancivs Rex* — aparecendo o genitivo só nas legendas ou frases especiais que o pedem — *Moneta Domini Sancii, Tempore Domini nostri Regis Sancii, in curia domini regis Sancii secundi, etc.* (e, nos selos, *Sigillum... Sancii*).

Para aceitar o genitivo nas legendas dos *dinheiros* em causa — SANCII REX; PORTUGAL — teríamos de ver nelas uma forma abreviada do que se lê nos *morabitinos* — MONETA DOMINI SANCII; REGIS PORTUGALENSUM — o que seria forçar muito a imaginação.

As considerações acerca das legendas de alguns *dinheiros* de Sancho II poderem significar uma tentativa de representação do número de ordem do soberano, harmonizam-se com a sequência que relega para as últimas cunhagens os *dinheiros* com SANCII REX, que têm no anverso 4 escudetes. Aliás, já por outros caminhos tínhamos chegado à mesma conclusão acerca da ordem cronológica das moedas de bolhão deste rei.

Ao estudarmos o importante tesouro de moedas da primeira dinastia, achado em Portalegre, no sítio do Atalaião, salientámos que os *dinheiros* de Sancho II, muito bem conservados na sua maioria, mostravam gradações notáveis de uso por tipos — mais usados os do n.º 1 de ARAGAO (Sancho II) e menos usados os do n.º 3 do mesmo autor e rei — alguns apresentando traços de branqueamento ⁽¹⁾. Notando mais que estes *dinheiros* de 4 escudetes apareceram em abundância e em número superior aos dos outros tipos e que eram de pior lei — peso e liga — inclinamo-nos a julgá-los provenientes das últimas cunhagens feitas em nome de Sancho II (possivelmente já sob a crise que prepara o advento do *Bolonhês*).

pela Provisão de 1 de Fevereiro de 1581. O número de ordem aparece nas primeiras moedas que se lavraram, mas falta nas ulteriormente batidas.

A Lei de 15 de Nov. de 1582 cria os LXXX reis especificando para esta espécie que «da outra parte sera hua coroa e huas letras que digão PHI com hu I diante por primeiro», mas estas peças são conhecidas com F coroadado sem representação de número de ordem, como as outras, talvez por ter surgido a preocupação de evitar que o mesmo soberano usasse ordinais diferentes cá e lá.

⁽¹⁾ Cf. *Nummus*, n.º 4.

MOEDAS DE D. SANCHO II

REGIS PORTVGALENSVM

MONETA DOMINI SANCII



Morabitino

(ampliados 2 ×)

SANCI REX

PORTV GAL

SANCII REX

PORTV GAL



SANCIII REX

PORTV GAL



Dinheiros

Não será razão incompatível o facto de haver a considerar, na numária do mesmo rei, outros *dinheiros* com 5 escudetes: 4 ou 5, formam uma cruz; e a redução que se verifica no módulo, originada pelo enfraquecimento do peso, obrigou, certamente, a simplificar a representação desse símbolo, que desde a Fundação compõe e informa o Brasão Nacional.

Por outro lado, no achado do Atalaião havia muitas moedas de Afonso III, formando as mais usadas e de melhor lei um grupo distinto, com vestígios de branqueamento a aproximá-las das de Sancho II com idêntica característica.

Os *dinheiros* de Afonso III, principalmente os do tipo do grupo considerado, contrastam com os do irmão deposto, que estão em causa, tanto pelo desenho e pelo módulo como por serem mais pesados e de melhor liga. Fenómeno aliás natural se atendermos à necessidade de distinguir do anterior e à conveniência política de aparentar melhoria de situação. E diz-se aparentar porque, além das quebras de moeda havidas subsequentemente, a Lei de 1261 mandou recolher os *dinheiros velhos* à razão de 4 destes por 3 dos novos — o que, deprimindo mais os *dinheiros de Sancho*, redundou em bom lucro para o erário real.

Os problemas da numismática não se podem isolar. E esta lei inevitável levou-nos a discorrer acerca de ordem cronológica e qualidades das moedas dos filhos do segundo Afonso, mas o nosso objectivo, ao focar determinados *dinheiros* e aspectos do ambiente que presidiu ao seu fabrico, foi concorrer para precisar melhor a época em que os reis de Portugal começaram a usar o número de ordem do seu nome.



D U A S T A N G A S I N É D I T A S

POR JOAQUIM FRONTEIRA

Tal como sucedeu com várias moedas do reino — nos fins da primeira dinastia, durante a segunda e parte da quarta, em moedas coloniais do Brasil, etc. — também os numismas luso-indianos apresentaram, no decurso de alguns séculos, letras monetárias indicativas das Casas da Moeda onde haviam sido batidas ou fundidas, ou das cidades ou territórios aos quais se destinavam.

Assim, no reino e suas conquistas, as Casas da Moeda de Lisboa, Porto, Évora, Milmanda, Ceuta, Rio, Baía, Minas, etc., aparecem designadas nas moedas pelas suas iniciais. Na Índia existiram Casas da Moeda em Goa, Malaca, Cochim, Colombo, Baçaim, Damão, Chaul e Diu; bateu-se moeda para Chaul (Coulão), Cochim, Tuticorim e Sofala (?); parece mesmo ter existido uma «Moeda» clandestina em Unã — certo, porém, que dela os seus modestos fabricantes não deixaram qualquer letra monetária nos produtos da sua lucrativa indústria... Em «*O supposto meio atia de 1828*», o insigne numismata Manuel Joaquim de Campos, referindo-se a uma contrafacção de 10 bazarucos de D. Pedro IV, de 1828, diz: «Trata-se de um dos produtos da fábrica clandestina de Unã, antigamente Suna, que demora cerca de 10 quilómetros de Diu, em território inglês». Igualmente a este coio de moedeiros falsos se refere Jerónimo Quadros em uma monografia que publicou em Nova Goa, em 1899, intitulada «*Diu, apontamentos para a sua história e choro-graphia*», dizendo, com referência a Unã, «ser o foco de onde irradiam moedas falsas, que a praça de Diu tolerou durante largos tempos». (V. «*O Archeologo Português*», vol. VIII, pág. 53).

Desta relativa abundância de Casas da Moeda na Índia; da diversidade de cunhos usados no decorrer dos tempos e da fértil inventiva do moedeiro hindu, de quem com tanto pitoresco nos fala Manuel de Campos, resultou uma larga teoria de marcas de oficina, a qual se patenteia na numária do dilatado e disperso império asiático português, desde o século XVI ao XIX.

Como resultado de avultado número de exemplares examinados e de Catálogos de colecções ou de vendas consultados, recolhemos o conjunto,

certamente incompleto, dessas marcas de oficina, agrupadas pelas Casas da Moeda que funcionaram no oriente português.

Ressalva-se, desde já, a sua nem sempre precisa similitude com as originais, condicionada como é óbvio, pelas possibilidades materiais da sua execução tipográfica.

CASAS E LETRAS MONETÁRIAS OU MARCAS DE OFICINAS DA NUMÁRIA LUSO-INDIANA

GOA (1510 a 1869)

G — A (Goa); D — G (de Goa); — A; G —; () — A; /) — A; J — A
GOA para DIU

Å — D (Goa para Diu); Å̄ — D; A — Ḋ

MALACA (1511 a 1636...)

M — A (Malaca); A — M (Ásia-Malaca); D — M (de Malaca)

COCHIM (...1545 a 1577)

COCHIM para CHAUL (1577)

○ — O (Cochim para Chaul); — O

COLOMBO (Columbo) *CEILÃO* (Seilão, Galle) (1604? a 1640)

C — L° (Columbo ou Ceilão); — D — S (de Seilão); Å^G (Galle)

CEILÃO para BAÇAIM

S — B (Seilão para Baçaim)

BAÇAIM (1611 a 1653)

B — A (Baçaim); B — B; — B; — B̄

DAMÃO (1611 a 1854)

D — O (Damão); D° (Damão) — D —

DAMÃO para BAÇAIM (1697)

D — B (Damão para Baçaim); D.B. (Damão Baçaim); B — B; D — C

CHAUL (Coulão) (1646 a 1740)

C — O (Coulão)

CHAUL para BAÇAIM (1653 e 1654)

C—B (Chaul para Baçaim); B—C (Baçaim para Chaul)

DIU (1684 ou 1685 a 1859)

D—O (Diu); D—D (de Diu); DIO; O—O; D—; D—O

D—():—(): ()—D; O—; ()—(); ()—; D—C; —C; A—D (Ásia Diu)

D—o; Å—D

TUTICORIM

D—T (de Tuticorim)

NOTA—O travessão corresponde ao espaço normalmente ocupado pelo escudo, no anverso das moedas da Índia Portuguesa.

Além destas marcas de oficina, cuja leitura exacta ou presumível de algumas deixamos indicada, outras existem, por ventura, de que não tivemos conhecimento; assim como outras há cuja decifração se nos afigura, pelo menos, bastante problemática. Estão neste caso as de duas pequenas tangas de prata, de D. João IV, que possuímos, procedentes da Colecção Armind W. Brand, de Chicago e que passamos a descrever, pois que as julgamos inéditas.

Ilustram esta pequena notícia ampliações dessas duas moedas, a 3 diâmetros.

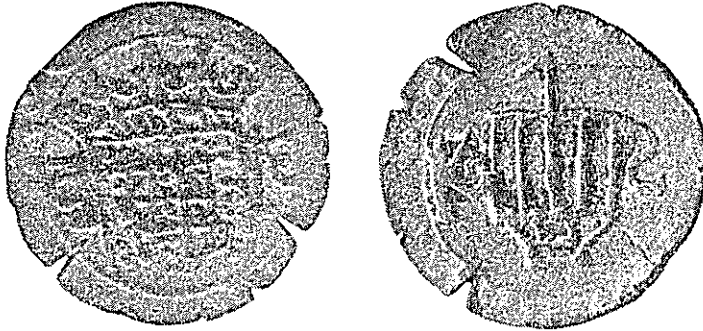


I—Escudo coroadado de Portugal acostado por A e D. Círculo interior e grenetis.

Monograma $\overset{A}{T}$ (tanga) com ponto sobre o A e acostado por D (voltado) e T, S (deitado) e d (?). Círculo interior e grenetis.

Peso 1,75 gr. Diâmetro ca. 16 mm. AR.

Trata-se de uma tanga de prata, de D. João IV, segundo cremos batida em Diu (?) para Ceilão (Seilão).



II — Escudo coroado de Portugal acostado por θ e ξ ou, talvez, por c e ξ .

Círculo interior e grenetis.

Grelha de S. Lourenço ladeada por 165 — S. Círculo interior e grenetis.

Peso 1,82 gr. Diâmetro ca. 16 mm. AR.

Trata-se de uma tanga de prata, de D. João IV, batida em Baçaim para Ceilão (?).

Na data indicada 165... falta o algarismo das unidades, de que não há vestígios que tenha existido no cunho.



O I SALÃO DE FILATELIA E NUMISMÁTICA EM SETÚBAL

POR ANTÓNIO F. TEIXEIRA

Com o patrocínio da Câmara Municipal de Setúbal, realizou-se nesta cidade, de 20 a 27 de Julho do ano findo, o I Salão de Filatelia e Numismática.

Iniciativa que merece ser acolhida com o maior aplauso e que despertou vivo interesse, não só no meio local como entre todos os interessados por estes assuntos, deve ter constituído incentivo bastante para futuras realizações.

Admitido, portanto, como certo um novo certame, importa desde já assinalar um facto, que aliás frequentemente vemos repetido nestas exposições e que, quanto a nós, conviria rectificar.

É o caso de se reunir numa mesma exposição a filatelia e a numismática, como se se tratasse de modalidades afim ou de vincada intimidade, quando a verdade é que se tratam de modalidades de coleccionismo inteiramente distintas, com aspectos e motivos próprios e, como tal, são muito relativas as relações que entre elas possam existir.

Sendo assim, afigura-se da maior vantagem não reunir, numa mesma exposição, modalidades tão diversas, o que só poderá valorizar os certames.

Estamos certos que este aspecto terá sido mesmo um dos ensinamentos fornecidos aos respectivos realizadores.

*

Segundo a orientação fixada no respectivo Regulamento, a parte da exposição relativa à numismática compreendia:

Classe VI — MOEDAS:

- a) — Antiguidade Clássica;
- b) — Portugal e Ultramar;
- c) — Estrangeiras;
- d) — Medalhas e Curiosidades.

Neste aspecto, discordamos em absoluto da orientação seguida, pois que a medalhística devia constituir uma classe especial, figurando a parte de curiosidades relacionadas com a numismática e a medalhística numa alínea comum a ambas.

Na realidade, não podemos aceitar o critério de considerar a parte referida a medalhas como uma subdivisão da classe de moedas, pois sendo a medalhística um ramo diferenciado e perfeitamente distinto, justificava figurar numa classe própria.

Este o aspecto que mais importará ter em conta numa futura exposição, que só poderá valorizar-se e conseguir uma mais ampla representação.

Há que reconhecer, no entanto, que a exposição, mesmo tendo em conta estes pequenos aspectos, fruto por certo de inexperiência, constituiu um assinalável êxito, não só no meio local, como pelo número elevado de visitantes que a ela acorreram, a denunciar um interesse por manifestações deste género a que não estamos habituados.

O Salão, de resto, nos termos do respectivo Regulamento, destinou-se apenas a filatelistas e numismatas residentes ou naturais do Distrito de Setúbal, dando assim um carácter local ao certame.

Esta limitação posta aos expositores, se a muitos pode ter parecido inconveniente na medida naturalmente em que veio a reduzir o número de exemplares reunidos, merece, quanto a nós, o mais franco aplauso e terá constituído mesmo quiçá o melhor objectivo desta exposição.

É que assim foi possível revelar todos quantos na região se ocupam e interessam por estes assuntos e isso terá constituído incentivo, assim se espera, para que outros surjam igualmente atraídos pelos inúmeros motivos que a exposição lhes terá sugerido.

O número de expositores pode considerar-se, mesmo assim, notável em realizações deste género.

Foram eles:

- 1) — Dr. Álvaro de Matos — de Setúbal, com medalhas.
- 2) — Dr. António Francisco Teixeira — do Porto, com medalhas.
- 3) — Café Moderno — de Setúbal, com moedas de Portugal e Ultramar, estrangeiras, medalhas e curiosidades.
- 4) — Eduardo Fernando Monteiro — de Setúbal, com moedas de Portugal e Ultramar e estrangeiras.
- 5) — Dr. Eduardo Perdigão — do Montijo, com moedas da Antiguidade clássica, de Portugal e Ultramar.
- 6) — Fernando Bruno Teixeira — de Setúbal, com curiosidades.

- 7) — Francisco Finura — de Setúbal, com moedas romanas.
- 8) — Francisco Henrique de Jesus — de Setúbal, com moedas de Portugal e Ultramar e estrangeiras, medalhas e curiosidades.
- 9) — Idalécio da Conceição Gomes — de Setúbal, com moedas de Portugal e Ultramar e estrangeiras.
- 10) — Jorge Gonçalves Ribeiro Borralho — de Setúbal, com moedas da Alemanha e colónias (século XX) e notas da inflação.
Ensaio desde D. Carlos à actualidade, provas do Ultramar, falsificações e curiosidades.
- 11) — Capitão José Alves de Carvalho Fernandes — de Setúbal, com moedas de Portugal e Ultramar e estrangeiras.
- 12) — Dr. José Marques da Costa — de Setúbal, com moedas de Portugal e Ultramar e curiosidades.
- 13) — Raul Dias Quintas — de Setúbal, com moedas de Portugal e Ultramar e estrangeiras, medalhas e curiosidades.
- 14) — Rui Filipe Pinto — de Setúbal, com moedas da Antiguidade Clássica, de Portugal e Ultramar e estrangeiras, medalhas e curiosidades.

Reunir catorze expositores, com uma tal diversidade de exemplares e num certame de vincado carácter local, evidencia só por si o enorme êxito alcançado por esta iniciativa e mostra que o nosso meio, afinal, se interessa por estas manifestações culturais.

A Sociedade Portuguesa de Numismática deu o melhor do seu apoio e colaboração a esta exposição, sendo representada pelo nosso consócio Sr. Eng.º Paulo Ferreira de Lemos, que fez parte do respectivo júri de classificação.

Os prémios aos expositores constaram de:

- Medalhas de Vermeille para os 1.ºs prémios de classe;
- Medalhas de Prata para os 2.ºs prémios de classe;
- Medalhas de Cobre para os 3.ºs prémios de classe;

com diplomas para todos.

A fechar a exposição realizou-se uma sessão para distribuição dos prémios e na qual proferiu uma conferência o Sr. Dr. Pedro Batalha Reis que, com a sua reconhecida autoridade em assuntos de numismática, apresentou um valioso trabalho de divulgação.

Atendendo ao sucesso obtido, é de esperar que os organizadores se sintam encorajados para levarem a cabo novas exposições, sem descurarem aqueles aspectos que, muito claramente, aqui focámos.

*

Algumas conclusões se podem extrair da realização deste certame e que importa pôr em foco.

Creemos que as mais salientes são as que a seguir enunciamos:

1.º — O nosso meio interessa-se, afinal, por manifestações culturais deste género e acompanha-as com viva curiosidade.

Deste modo, a repetição de iniciativas destas impõe-se, senão como meio de divulgação, ao menos como simples manifestação de cultura e de antemão se sabe poderem contar com o mais franco e decidido apoio por parte do público visitante.

2.º — Fora duma exposição temática ou relativa a uma época, é possível estabelecer um limite quanto aos exemplares a expor, facilitando assim a sua reunião, sem que com isso se prejudique o objectivo essencial destes certames.

Este aspecto evidenciou-se perfeitamente na exposição de Setúbal.





O B I T U Á R I O

TENENTE-CORONEL ANTÓNIO ELIAS GARCIA

Em 8 de Fevereiro passado, faleceu em Castelo Branco, com 73 anos de idade, este nosso muito dedicado sócio honorário, que na ordem cronológica de associado ocupava o número 23.

Nasceu na freguesia de S. Pedro, Torres Vedras, em 10 de Setembro de 1885. Militar distinto, de um espírito muito culto, cedo se dedicou ao estudo da pré-história, da arqueologia e numismática, deixando inúmeros trabalhos, nacional e internacionalmente

Entre as publicações da sua autoria e legados à numismática, recorda-nos «As moedas Visigodas da Egitânia» — Castelo Branco, 1938; «As moedas Visigodas de Lamecum» — Castelo Branco, 1939; «As moedas Visigodas de Monecipio» — Castelo Branco, 1940; «Um triente inédito de Sisebuto» na revista «Altitude», da Guarda, 1942; «Um triente de Recaredo batido em Chaves», separata da Revista de Guimarães, 1944; «Um triente Toledano de Egica», separata do «Arquivo do Alto Minho» — Braga, 1946; «As moedas Visigodas de Portocale ou Portucale», separata da Revista de Guimarães, 1947; e «As moedas Visigodas da Lusitânea», separata da revista de Guimarães, 1950.

Inédito, deixou um valioso trabalho que se intitularia «Corpus Numorum Visigotorum», que, estando por concluir, a sua morte não permitirá ser publicado.

Investigador incansável, a quem a Numismática fica devendo trabalhos tão primorosos como aqueles que atrás apontamos, foi com verdadeiro pesar que tomamos conhecimento de tão infausta notícia.

ALEXANDRE LOPES MARTINS COELHO

Foi a nossa Sociedade surpreendida, em 20 de Fevereiro do ano corrente, com a morte do vice-presidente da Direcção, Senhor Alexandre Lopes Martins Coelho.

Natural desta cidade, onde nasceu a 18 de Outubro de 1902, foi dono da tipografia «Moderna», casa onde foi composto o 1.º número de NVMMVS.

Sendo nosso associado com o número 56, cedo se devotou à causa da Sociedade tendo desempenhado vários cargos directivos.

Fazendo parte da Comissão de Publicações, onde o seu concurso foi muito valioso, foi com profundo sentimento que vimos partir do nosso convívio, tão querido como dedicado colaborador.

V I D A S O C I A L

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SÓCIOS EFFECTIVOS:

- N.º 236 — José Baptista — Industrial — Porto
N.º 237 — Alfredo Marques Viana — Funcionário Civil — Porto
N.º 238 — Joaquim Maria Godinho Ribeiro Teles — Agricultor — Coruche
N.º 239 — Clotário Sousa Dias Ribeiro de Carvalho — Oficial do Exército (Capitão) — Lisboa
N.º 240 — Henrique José da Silva Alves — Ajudante Técnico de Farmácia — Praia das Maçãs
N.º 241 — Augusto Baptista Alves e Silva — Gerente Comercial — Coimbra
N.º 242 — Manuel Marinho Barbosa — Empregado Bancário — Porto
N.º 243 — Francisco José Falcão Silva Ramos — Oficial do Exército — Lisboa
N.º 244 — Afonso Alexandre de Magalhães — Proprietário — Viseu
N.º 245 — Fernando Manuel da Silva Magalhães — Empregado Bancário — Lisboa
N.º 246 — Elias Moita Girão — Fiel de Armazém — Lisboa
N.º 247 — João Teles Antunes — Comerciante — Alcácer do Sal
N.º 248 — Dr. José Augusto Fraústo Basso — Notário e Advogado — Nisa
N.º 249 — Dr. José Alexandre de Vilhegas de Lucena e Valle — Juiz de Direito — Viseu
N.º 250 — José Núncio de Castro Soto Maior Pinto Bravo — Regente Agrícola — Coimbra
N.º 251 — Augusto Coimbra Pacheco — Comerciante — Porto
N.º 252 — Alberto Pereira Ramos — Empregado Bancário — Porto
N.º 253 — Artur Ernesto Vasques Ramos — Comerciante — Porto
N.º 254 — António Paulo Bracourt Pestana de Vasconcelos — Oficial do Exército (Capitão)
— Algés
N.º 255 — Luís Guilherme Cardim Bastos — Industrial — Sevilha
N.º 256 — Júlio da Silva Dias — Funcionário Público — Porto
N.º 257 — Dr. José Maria Correia — Médico — Vila do Conde
N.º 258 — Fernando Amilcar da Silveira Paula — Viajante — Porto
N.º 259 — Joaquim António Pestana — Proprietário — Vila do Conde
N.º 260 — Fernando Carlos Nunes Correia de Bacelar — Inspector do Banco de Angola —
Moçâmedes
N.º 261 — António Boletto Ferro Martins — Funcionário Público — Amadora
N.º 262 — Rodrigo Sá de Aboim e Aboim — Funcionário da Administração Geral dos C.T.T.
— Vila Real de Santo António
N.º 263 — Manuel Pacheco C. Wengorovius — Exportador de Conservas de Peixe — Setúbal
N.º 264 — Vasco Júlio Camilo Alves — Eng.º Agrónomo — Lisboa
N.º 265 — Dr. Serafim da Silva Aguiar — Médico — S. Mamede de Infesta
N.º 266 — Filipe Gomes Nortadas Pereira — Industrial — Alferrarede.

BIBLIOTECA DA S. P. N.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Ofertas particulares:

Do SR. PROF. DR. JOSÉ COELHO

Notas arqueológicas
Património Etnológico da Beira
Memórias de Viseu

Do SR. CARLOS ALMEIDA BRAGA — RIO DE JANEIRO

Catálogo da Biblioteca da Sociedade Numismática Brasileira

Do SR. FELIPE MATEU Y LLOPIS — MADRID

Bibliografia de la História Monetária de España

Do SR. EDGARD DE MOURA SOARES — RIO DE JANEIRO

Notas Numismáticas

Do SR. PROF. DR. CRUZ MALPIQUE

Psicologia da carta
Higiene Intelectual e Moral do Estudante
O Homem de letras
O Homem glória e refugio do universo
Filosofia da espada à cinta
Psicologia dramática do adolescente
D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos — Mulher de espírito e Mulher de coração.
O duelo dos novos e dos velhos
O Narcisismo autobiográfico de Garrett
A Mulher e o Amor em Camões
O Duelo das Mãos ou o primado da Direita sobre a Esquerda
Agostinho de Campos, Homem de letras
Psicopedagogia da Curiosidade
Rousseau — Poço de contradições
No centenário de Fialho de Almeida
Psicologia do gesto
No mundo do ex-libris
Viagem à volta dos livros e da leitura
Perfil do escritor Carlos de Passos

Obtidas por intercâmbio:

De ÓSCAR RINALDI — CASTELDARIO, MONTOVA, ITALIA

Itália Numismática (Revista mensal) — N.ºs de Agosto de 1958 a Abril de 1959.

- Da CAMARA MUNICIPAL DO PORTO
 Notas de Arqueologia Portuense — N.º XXVIII
 Exposição Histórico-Militar
 Boletim Cultural — Volume XXI Março — Junho 1958 — Fasc. 1-2.
- Da JUNTA DE PROVINCIA DO DOURO LITORAL
 Douro Litoral — Nona série, Volume 1
- De B. A. SEABY — LONDRES
 Seaby's Coin and Medal Bulletin (Boletim mensal) — N.º de Setembro de 1958 a Maio de 1959
- Da SCHWEIZERISCHE NUMISMATISCHE GESELLSCHAFT — SCHWEIZER MÜNZBÄTTER
 N.º de Setembro, Dezembro de 1958.
- Da SOCIEDADE MARTINS SARMENTO — GUIMARÃES
 Revista de Guimarães — Volume LXVIII N.º 1 e 2
- Do MUSEUM FÜR HAMBURGISCHE GESCHICHTE — ALEMANHA
 Numismatisches Nachrichtenblatt (Revista mensal) — N.º de Setembro de 1958 a Maio de 1959.
 Hamburger Beiträge zur Numismatik — N.º 9 e 11 1957/58
- Da SOCIEDADE NUMISMÁTICA DO RIO DE JANEIRO
 Boletim da Sociedade (2 ex) N.º 12 e (1 ex) N.º 13
- De SPINK & SON LTD. — LONDRES
 The Numismatic Circular — (Boletim mensal) — N.º Agosto de 1958 a Abril de 1959
- Da INSTITUCIÓN «PRÍNCIPE DE VIANA» — PAMPLONA — ESPANHA — PRÍNCIPE DE VIANA, Ano XIX (N.º 70/71 e 72/73).
- Da SOCIEDADE IBEROAMERICANA DE ESTUDOS NUMISMÁTICOS: MADRID — NVMISMA (Revista trimestral)
 N.º de Setembro/Outubro, Novembro/Dezembro, 28 e 29 de 1957. N.º de Janeiro/ Fevereiro, 30, de 1958.
- Da UNIVERSIDAD DE SANTIAGO DE COMPOSTELA — ESPANHA
 Boletim de la Universidad Compostela, N.º 65
 Memória del Curso — 1957/58.
- Do ISTITUTO ITALIANO DE NUMISMÁTICA — ROMA
 Annali, N.º 4
- Do INSTITUTO «RODRIGO CARO» — BARCELONA
 Ampúrias XIII — 1951 — XIX 1957 — XX 1958
- Da ASOCIACIÓN NUMISMÁTICA ESPAÑOLA — BARCELONA
 Medallas de los acontecimientos Institucionales e Personages Españoles
 Asociación Numismática Española — Abril/Maio 1959

CATÁLOGOS DE VENDAS DE MOEDAS

RECEBIDOS:

- Catálogo di monete antiche* — R. Barzan & Rag. M. Raviola — Turim — Itália — N.º 4 e 5 de 1958
- Monnaies — Gauloises — Egyptiennes — Romaines — Françaises — Etrangères de 1958* — M. J. Vinchon & Cie. — Paris
- Monnaies Antiques-Grèques et Romaines*
Cachets et Cylindres Orientaux-Monnaies antiques
- Numismática* — Giuseppe de Falco — Nápoles — Itália — N.º 42 e 44 de 1958
- Unrestricted Public Coin Sale* — Hans M. F. Schulman — New York, U. S. A.
Public Auction Sale — Fevereiro e Abril de 1959
- Munten en Penningen* — Jacques Schulman — Amesterdam
- Mark M. Salton-Schlessinger* — N.º 27 — New York U. S. A.
- Mercado Filatélico* — Idem — Porto — Número de Novembro, 113

✱

Da imprensa diária respigamos as seguintes notícias:

MOEDAS DE PRATA COMEMORATIVAS DO INFANTE D. HENRIQUE

Foi já aprovado o modelo da moeda que será posta a circular por ocasião das comemorações do centenário do Infante D. Henrique, que é da autoria do arquitecto Norte de Almeida.

A moeda será cunhada em prata nos valores de 2\$50, 5\$00 e 10\$00.

PARA COMEMORAR O V CENTENÁRIO DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE
VÃO SER CUNHADAS MOEDAS DE 20 ESCUDOS

Tendo-se verificado que o pequeno diâmetro da moeda de prata de 2\$50, comemorativa do 5.º centenário da morte do Infante D. Henrique, cuja emissão foi autorizada pelo decreto-lei n.º 42.138 de 5 de Fevereiro do corrente ano, não oferece condições para a perfeita cunhagem do modelo oficialmente aprovado, torna-se necessário substituir o quantitativo de 4 mil contos daquela moeda por igual importância de moeda de 20\$00. Para o efeito o artigo 1.º e respectivo parágrafo 2.º do decreto-lei n.º 42.138 de 5 de Fevereiro de 1959, passaram a ter a seguinte redacção:

Artigo 1.º — É autorizado o Ministro das Finanças a mandar proceder na Casa da Moeda à cunhagem de moeda de prata comemorativa do 5.º centenário da morte do Infante D. Henrique no valor total de 10 mil contos, sendo quatro mil contos em moedas de valor facial de 20\$00, 2 mil contos em moedas no valor facial de 10\$00 e 4 mil contos em moedas do valor facial de 5\$00.

§ 2.º — As mesmas moedas terão no anverso a efígie do Infante, a legenda «V Centenário da Morte do Infante D. Henrique» e a data «1960»; e no reverso as armas e a divisa do Infante circundadas por «República Portuguesa».

NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.º 19

VOL. V-3

DEZEMBRO 1959

P O R T O

N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME V - 3 — N.º 19

PUBLICAÇÃO POR TOMOS DE CERCA DE 64 PAGINAS

Condições de assinatura para 1959:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Comissão de Publicações:

Alexandre Ferreira Barros

Dr. António Francisco Teixeira

Dr. Armando Júlio Ribeiro Rodrigues

Carlos Morais Peixoto Braga

Dr. Damião António Peres

Eduard Marius van der Niepoort

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede

Rua de Santa Catarina, 461-1.º — PORTO

Composição e impressão:

TIPOGRAFIA MARCA

Rua do Bonjardim, 689 — PORTO

S U M Á R I O

Ensayo sobre la evolución comercial y monetaria en Byzancio (continuação do n.º 15-16, Vol. IV), por António Manuel de Guadan y Láscaris Comneno	123 a 130
Elissabona Felicitas Ivliá, por Pedro Batalha Reis	131 a 141
Monumentos Arqueológicos — Fortalezas do Concelho do Fundão — Siglas de Canteiro — Necessidade e Utilidade do seu Estudo e Inventário, por José Manuel Landeiro	142 a 146
«Portugueses» e «Portugaleses», por Joaquim Fronteira	147 a 156
Reflexões a respeito da classificação de duas das mais antigas moedas indo-portuguesas, por Damião Peres	157 a 158
Achados Numismáticos, por José Tomás da Graça	159 a 162
Peso das Moedas, por Agostinho Ferreira Gambetta	163 a 174
Novas Medalhas, por Alexandre Ferreira Barros	175 a 178
Vida Social	179
Obituário	180
Índice	181 a 184

As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.

A colaboração neste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão inscritos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

N.º 19

VOL. V-3

DEZEMBRO 1959

P O R T O

ENSAYO SOBRE LA EVOLUCIÓN COMERCIAL Y MONETARIA EN BYZANCIO

(Continuación del número 15-16.— Vol. IV)

Pelo DR. ANTONIO MANUEL DE GUADAN
Y LÁSCARIS COMNENO

A) — *EVOLUCION ICONOGRAFICA DE LAS ACUÑACIONES BYZANTINAS*

Este problema de la evolucion iconografica en la Numismatica del Imperio Byzantino, presenta un doble punto de vista muy claramente delimitado. Por una parte puede estudiarse la evolucion segun los periodos historicos, avanzando en el curso de los años y concretando las características peculiares de cada periodo. Por otra parte pueden considerarse solamente los grupos iconograficos y su adaptacion a los cuños monetarios, su evolucion y su transformacion consiguiente. Ambos sistemas son interesantes, mas conforme con la clasica escuela Numismatica el primero y mas moderno y por lo tanto menos conocido el segundo; dividiremos por lo tanto el estudio en las siguientes partes:

Primero — Evolucion numismatica segun los periodos monetarios.

Segundo — Evolucion iconografica y simbolica a su vez subdividido en dos grandes sub-grupos: *a)* — Efigies Imperiales y *b)* — Composiciones simbolicas.

I — *EVOLUCION NUMISMATICA SEGUN LOS PERIODOS MONETARIOS*

El agrupamiento en periodos de las amonedaciones, ha de seguir un doble fundamento, consideraciones historicas que hagan homogeneo el grupo y cambios en la matrologia, simbolismo o figuracion de las monedas, que revistan suficiente importancia para distinguir las de las anteriores y posteriores. Seguiremos el esquema clasico, ya iniciado por W. Wroth ⁽¹⁾, pero con

(1) W. Wroth. Catalogue of the British Museum. T.I. página 1XXXi v. ss.

las consiguientes rectificaciones en los últimos años del Imperio, que aconsejan los estudios modernos sobre estos periodos de tan deficiente estudio y clasificación hasta la fecha, quedando dividido el Imperio en los siguientes grupos:

- Periodo I. Desde Anastasio a Constantino IV (años 491 al 685).
- Periodo II. Desde Justiniano II a Teodosio III (años 685 al 717).
- Periodo III. Desde Leon III a Teofilo (años 717 al 842).
- Periodo IV. Desde Miguel III a Juan I (años 842 al 976).
- Periodo V. Desde Basilio II y Constantino VIII hasta Niceforo III (años 976 al 1081).
- Periodo VI. Desde Alejo I a Alejo IV (años 1081 al 1204).
- Periodo VII. Imperios de Nicea y Tesalonica (años 1204 al 1260).
- Periodo VIII. Imperio de Trebizonda (años 1204 al 1456).
- Periodo IX. Desde Miguel VIII a Juan V (años 1261 a 1391).
- Periodo X. Desde Manuel II a la caída de Constantinopla (años 1391 al 1453).

PERIODO PRIMERO

Desde Anastasio hasta Constantino IV

La característica especial de este primer periodo es la gran abundancia de emisiones de monedas de cobre, y el gran número de talleres imperiales que estaban en funcionamiento.

Los reversos como antes ya hemos detallado figuraban con marcas de valor y los de las piezas de oro son casi iguales a los del periodo pre-Byzantino con el tipo clásico de Victoria. Justino II, introduce un nuevo tipo el de Constantinopla ⁽¹⁾, sentada y con globo crucífero, mientras el Emperador lleva solo el globo nikéforo. Tiberio II coloca en cambio la cruz potentada sobre gradas, que Mauricio Tiberio cambia de nuevo por la Victoria y que Heraclio vuelve a colocar en las monedas, como símbolo de la mayor duración entre todos los iconográficos Byzantinos.

El anverso lleva siempre la imagen del Emperador, y nunca la de la Emperatriz hasta llegar al reinado de Justino II que representa a Sofía a su lado y en el trono. Los primeros cuños son del Emperador en traje militar, y aun consular bajo Tiberio II, ejemplo que se repite con alguna frecuencia

(1) Catalogo Ratto 1930, números 750 al 759.

en años posteriores. Con Mauricio Tiberio y mas intensamente con Heraclio se inicia la practica de representar dos o mas miembros de la familia Imperial en las monedas.

Sobre los retratos imperiales, la cuestion queda en duda, aunque es muy posible que en este periodo se trate de verdaderos retratos y no de imagenes puramente simbolicas. El modo de representar los ojos como simples puntos en los cuños monetarios es una de las causas de esta disparidad con las restantes representaciones de mosaicos o de manuscritos. Comparando las monedas de varios emperadores de este periodo con las miniaturas del m/s de Zonares ⁽¹⁾, se observan semejanzas en el contorno del rostro y la manera de tratar las barbas, pero la expresion es por completo dispar, sin duda debido a lo apuntado anteriormente.

Los retratos de los semissis y tremissis sin embargo, son sin duda alguna puramente convencionales, pues asi como el solido cambia de un reinado a otro sus divisores quedan con la misma imagen en varios reinados sucesivos ⁽²⁾.

Concretandonos a los retratos de los Emperadores de este primer periodo en piezas grandes, se observan las siguientes circunstancias:

El de Anastasio I es puramente convencional asi como el de Justino I en un todo analogos a los de los Emperadores pre-Byzantinos. Los de Justino II, Tiberio II y Mauricio Tiberio, estan copiados de Justiniano, y se asemejan extraordinariamente unos a otros. Focas en cambio presente un retrato diferente con barba en punta muy caracteristica, y posiblemente real.

Los retratos de Heraclio presentan casos de clara copia de Focas y de evolucion hasta llegar a un posible retrato real con barba corta y corona ⁽³⁾ y con barba luenga y muy poblada en los ultimos años de su reinado ⁽⁴⁾.

En cuanto a Justiniano, el material de que se dispone para estudio es mucho mayor que en los restantes reinados de este periodo. Pueden detallarse las variaciones de su retrato en la forma siguiente:

- 1) Solidos con busto en posicion de 3/4 de frente.
- 2) Solido y bronces completamente de frente.
- 3) Bronces de perfil.

El primer caso es completamente convencional, ya que su cabeza es

(1) Zonares. citado por Schlumberger. Op. cit. pagina 540. iii.

(2) Wroth. Op. cit. pagina IXXXViii.

(3) Wroth. Op. cit. lamina XXIII, 4-8.

(4) Wroth. Op. cit. lamina XXIII - xx. 9 — Ratto. 1930-1969-1370.

copia de la de emperadores anteriores. El segundo es posiblemente un retrato real y el tercero presenta un notable parecido con Domiciano, quien segun Procopio tenia un gran parecido con Justiniano I.

Considerado el primer periodo en su conjunto se observa muy poca originalidad en los reversos y muy escaso sentido artistico de la acuñación. Los retratos como hemos visto, son en la mayoria de los casos, puramente convencionales. En el aspecto tecnico, las emisiones son muy descuidadas, sobretodo en el oro, hasta el reinado de Heraclio, lo que que ha sido achacado ⁽¹⁾ al hecho de que en aquellos tiempos la moneda de oro, tenia como principal utilidad el pagar tributos e impuestos, y no se acuñaba con tanto cuidado ni miramiento artistico que el resto de los metales, que debian de usarse para las transacciones corrientes de la vida comercial. Amparando esta teoria esta el hecho de que las monedas de oro Byzantinas casi siempre se presentan flor de cuño o en muy buen estado de conservacion, ya que iban directamente a las tesorerias, sin sufrir una larga manipulacion. Desde Heraclio se afina mas el aspecto tecnico del solido y en cambio pierden calidad las series de bronces. Al mismo tiempo comienza la practica del reacuñado en series anteriores, que ha de extenderse mucho mas aun en periodos posteriores.

PERIODO SEGUNDO

Desde Justiniano a Teodosio III

Dos principales sucesos ocurren en este periodo monetario; la disminucion de cecas emisoras como consecuencia de la centralizacion economica que se observa en todos los aspectos y que antes hemos estudiado en el aspecto comercial, por una parte y la primera aparicion de la imagen de Cristo en las monedas Byzantinas. Justiniano II «servus Christi», ordena este tipo de acuñacion, aunque otros Emperadores posteriores lo sustituyen por la Cruz sobre gradas de tipo Constantiniano. La primitiva imagen de Cristo en monedas ⁽²⁾ tiene dos variantes: Una con barba la mas primitiva y otra de un contorno facial mas extraño y con barba muy corta y rostro joven, con la Cruz como fondo y sin nimbo, que solo aparece mas tarde. Este ultimo tipo es el precursor de los varios «Emmanuel» y en parte tambien de los mas hermosos ejemplares de arte religioso-monetario Byzantino en algunos tipos de bronces anonimos de siglos posteriores.

⁽¹⁾ Keary. *Coinages of Western Europe*. pagina 24.

⁽²⁾ Catalogo Ratto 1930, numeros 1682 y 1685 como tipicos.

Se abandona por completo todo intento de retrato en las figuras de los Emperadores. Los rostros se interpretan siempre como una especie de conos invertidos, con unicos detalles fijos de las barbas y bigotes, tratados con tecnica poco cuidada. El conjunto tiene un cierto aspecto orientalizante que luego se copia en la Europa Occidental. La tecnica mejora algo sobre el periodo anterior, sobretodo en el reinado de Justiniano II.

PERIODO TERCERO

Desde Leon III a Teofilo

Entramos ahora en el tan discutido periodo Iconoclasta, que como mas adelante estudiaremos con algun detalle, fue el origen de un verdadero avance en la simbologia y de un refinamiento del arte monetario. Se abandona el empleo de la imagen del Salvador y se sustituye por la Cruz potentada de tipo Constantiniano o mas frecuentemente por el retrato de otro miembro de la familia Imperial. La Cruz mal llamada posteriormente patriarcal fue introducida al final de este periodo por Teofilo ⁽¹⁾.

Constantino V ⁽²⁾ impone la novedad de reversos con solo inscripcion cambiando la cruz al anverso, y rodeando los reversos con leyendas, de circulos concentricos de lineas o puntos o mezcla de ambos, hasta el numero de tres en algunos casos.

El periodo por lo tanto tiene como mas acusada caracteristica, la representacion de rostros Imperiales y Cruces, pero en aquellos el parecido no resulta muy claro como en el caso de Teofilo su Esposa y tres hijos ⁽³⁾ donde resulta imposible discernir el menor parecido fisico. Irene y Miguel I aunque iconodulos continuam con las mismas normas de los Emperadores anteriores en sus acuñaciones y sus retratos continuan con la misma convencionalidad de los precedentes ⁽⁴⁾.

En el caso de Leon III hay dos tipos de retratos, uno de ellos que al parecer debe ser interpretado como efectivo retrato ⁽⁵⁾ y el segundo posterior

⁽¹⁾ Ratto 1930, numero 1817. B. M. C. lamina XLVIII—15. Piezas raras.

⁽²⁾ B. M. C. lamina XLIV numero 4, 5. Siempre se utiliza en plata y cobre unicamente. Vease Ratto 1930 numero 1753, Miliaria tambien.

⁽³⁾ B. M. C. lamina XLVIII, 14. Pieza muy rara, en el Museo de Paris.

⁽⁴⁾ El retrato de Irene no se puede distinguir del de su hijo Constantino VI. B. M. C. XLVI, 10.

⁽⁵⁾ Ratto 1930. 1728-1729. B. M. C. Lamina XLII numeros 7 y 8.

con cabeza convencional ⁽¹⁾. Muerto Leon III su hijo Constantino V. continua acuñando piezas con la efigie de su padre, como piadoso recuerdo, lo que hace sea muy difícil distinguir estas series, a no ser por el aspecto estilístico de las mismas.

PERIODO CUARTO

Desde Miguel III a Juan I

El fin de las luchas iconoclastas marca un renacimiento del arte monetario, ya iniciado en el periodo anterior, que además queda incrementado por la desaparición de las cecas provinciales, con sus acuñaciones semi-barbaras. Con Teofilo ya cesaron las Italianas y bajo Basilio I dejan de funcionar las restantes.

Aparecen nuevos tipos de reversos, así Miguel III vuelve a emplear la imagen del Salvador ⁽²⁾ y Basilio I utiliza por primera vez el simbolismo del salvador en el trono ⁽³⁾. Leon VI introduce en la numismática Bizantina la imagen de la Virgen ⁽⁴⁾ y Constantino VII hace figurar por primera vez al Emperador coronado por Jesu Cristo ⁽⁵⁾, figura simbólica cuyo contenido real estudiaremos más adelante.

Alejandro ⁽⁶⁾ hace colocar por primera vez también, la imagen de un Santo en sus monedas, como inicio de lo que siglos más tarde ha de ser la figuración más extendida en todo el Imperio y Juan I es el iniciador de los llamados broncecillos anónimos o religiosos, a los que ya nos hemos referido anteriormente ⁽⁷⁾ desapareciendo de estos broncecillos toda imagen del Emperador o leyenda con él relacionada.

Sin duda alguna la cabeza de Cristo de las monedas de Miguel III es una simple copia de las anteriores de Justiniano II, ya citadas. Las posteriores cabezas utilizadas en los reinados de Constantino VII y de Niceforo II van ganando en finura y estilo. Por el contrario la figura de Cristo en el

⁽¹⁾ Ratto 1930, 1734 y B. M. C. lamina XLII número 9 y 10.

⁽²⁾ B. M. C. lamina XLIX, números 16 y 17. Ratto 1930, número 1844. Muy rara.

⁽³⁾ B. M. C. lamina L número 11, con el Emperador solo en anv/. Museo Paris.

⁽⁴⁾ B. M. C. lamina LI, número 8. Ratto 1930 número 1869. Muy rara con la leyenda MARIA en reverso.

⁽⁵⁾ B. M. C. lamina LIII número 2. Muy rara, no aparece en el Ratto.

⁽⁶⁾ B. M. C. lamina LII número I. Muy rara por su corto reinado.

⁽⁷⁾ Páginas 149 y 150 de «NVMMVS», n.º 15/16 Vol. IV-3.

trono no tiene ningun merito artistico y unicamente perdura por su fuerte contenido simbolico.

El tipo de la Virgen en su iniciacion es el «orans» (1), y conserva en adelante su encanto y simpatia en todos los periodos monetarios. Bajo Niceforo II Focas, la Virgen pasa a estar colocada al lado del Emperador, en el sitio que antes tenian los familiares de este (2), y con Juan I pasa a coronar al mismo Emperador (3). El tipo de Virgen con el Medallon de Jesus es ya muy antiguo en el Arte Byzantino, pero no aparece en su numismatica hasta el reinado de Juan I (4).

El estilo artistico se va refinando en este periodo, aunque el parecido de los retratos no pasa de hipotetico y el modo de encuadrar los rostros de los Emperadores sigue siendo analogo a un cono o triangulo invertido, mas agudo aun que en el periodo anterior. Leon VI (5) presenta un caso de posible retrato en sus nomismas, tomado del natural en su juventud.

Constantino VII, como en todas sus restantes manifestaciones hace depurar aun mas el aspecto artistico de sus acuñaciones, aunque sigue sin ser exacto el parecido fisico, en los retratos. Las cruces de los anversos de plata, se adornan aun mas y se entremezclan con crecientes, medallones y multiples elementos de indudable efecto decorativo, a tono con el Renacimiento artistico de la epoca.

Este periodo y el siguiente pueden considerarse como la edad de oro de las acuñaciones Byzantinas en todos sus aspectos.

PERIODO QUINTO

Basilio II y Constantino VIII a Niceforo III

El hecho numismatico mas importante de este periodo es la aparicion de la moneda escifulada, que no tiene mucho arraigo hasta llegar a Alejo I

(1) L. von Sybel. *Christliche Antike*. 1906 pagina 261. Aparece en el siglo VI.

(2) B. M. C. lamina LIV, 5 y Ratto 1930, numero 1912. La Virgen aparece sujetando una Cruz, pero con la mano en posicion superior a la del Emperador, como es norma habitual de marcar jerarquia en Byzancio.

(3) B. M. C. Lamina LIV, numero 10, 11, 12. Ratto 1930, 1917, 1918. Sin embargo aparece tambien *manus dei*, en la coronacion.

(4) B. M. C. Lamina LIV, figura 14.

(5) B. M. C. Lamina LI, numero 8 ya citada. A pesar de la barba parece ser de su coronacion, modificando los rasgos.

en el periodo siguiente, coexistiendo con el antiguo sistema de nomisma, con peso reducido, extremo sobre el que ya hemos hablado en el Capitulo de Metrologia. El aumento del diametro del flan que lleva como consecuencia este escifulado implica varias dificultades tecnicas y artisticas que son resueltas poco a poco. Para obviarlo en parte se aumentan las figuras con lo que los detalles iconograficos son mayores y tambien se rodean de un circulo doble o hasta triple ⁽¹⁾ para rellenar todo el campo.

Figuraciones nuevas aparecen al mismo tiempo que continuam las del periodo anterior: el Cristo de Calces, que luego ha de figurar en varios tipos de siglos posteriores y hasta en el Imperio de Nicea ⁽²⁾; y el artistico dibujo de la Virgen con el niño ⁽³⁾, en Romano IV, precursor de las Madonnas del Renacimiento.

Por regla general no se observa en todo el periodo un caso tipico de parecido fisico probado en los retratos numismaticos.

En la ultima parte de este periodo, comienza la decadencia en tecnica y estilo y los cuños presentan las caracteristicas de mas descuidado trabajo y deficiente grabado, que se ha de intensificar en los periodos siguientes.

La acuñacion de Romano III ⁽⁴⁾ con la Virgen coronandolo tiene una comprobacion literaria, que demuestra la gran veneracion por la Virgen que sentia este Emperador ⁽⁵⁾. Las comparaciones del m/s de Zonaras con los rostros de los Emperadores de este periodo, prueba algunas analogias superficiales, pero en cambio otros detalles muy diferenciados.

(Continua)

⁽¹⁾ Vease B. M. C. lamina LVI, 8 en nomismas de Basilio II y Constantino VIII.

⁽²⁾ B. M. C. lamina LX, 4 aunque sin la leyenda XALKITIS muy posterior.

⁽³⁾ B. M. C. LXII, 2.

⁽⁴⁾ B. M. C. lamina LVII, 13 — Ratto 1972.

⁽⁵⁾ Schlumberger. L'Epo. Byzantine. iii. pagina 532.

ELISSABONA FELICITAS IVLIA

NOVA OFICINA MONETÁRIA DOS VISIGODOS

POR PEDRO BATALHA REIS

*Ao ilustre Numismólogo D. Pio Beltrán
homenagem do seu admirador e amigo*

As moedas, pelo seu carácter próprio de meio de escambo entre os povos, tem sofrido tal disseminação pelo mundo, ligada à vida errante do homem, que as múltiplas vicissitudes por que passaram, deram aso a que de todos os tempos, de há três mil anos a esta parte, se tenham subvertido na terra, ou no mar, para que, volvidos anos, muitas vezes contados por séculos, e até milénios, voltem de novo às mãos dos homens, já não como peças do meio circulante que foram, mas relíquias dum passado longínquo.

É com efeito esse achado constante de moedas antigas que confere à Numismática, para aqueles que se ocupam dela como uma Ciência, um especial interesse, pelo enriquecimento contínuo da documentação em estudo.

A confirmá-lo temos dentre os milhentos casos ocorridos, quase diariamente, o que constitui o objecto desta comunicação: o achado dum *triente* visigodo, que nos revela ter sido cunhado em Lisboa; oficina monetária essa desconhecida até hoje, pois em parte alguma existia a notícia de que o tivesse sido em tempo dos visigodos.

Vejamos portanto, a traços largos, as condições históricas que antecederam, e determinaram, a cunhagem desta moeda.

Ao findar o IV século a Península encontrava-se inteiramente dominada pelos romanos. Os bárbaros que haviam já trespassado toda a Europa nas suas correrias assoladoras, não tinham até então transposto os Pirenéus. A Península era como que um oásis de paz, em paralelo com as devastações sofridas desde os montes Urais aos pirenaicos.

Todavia, a discórdia entre os romanos, ou antes a traição de Gerônimo assassinando o filho do Imperador Constantino III, e apoderando-se da Hispânia, deu lugar a que o Imperador, por vingança, franqueasse a passagem dos Pirenéus aos bárbaros, alanos, vândalos e suevos, e os deixasse entrar livremente na Península, em 409, que então sofreu os horrores da invasão barbárica. Entretanto, as tropas de Honório constrangiam Gerônimo a suicidar-se, para não sofrer o castigo certo que lhe infligiria o Imperador.

Os bárbaros ocuparam então quase toda a Península, fixando-se os alanos na *Lusitania*, os vândalos em parte da *Gallaecia* e sobretudo na *Baetica* e os suevos dominavam o restante da *Gallaecia*.

Entretanto os suevos, que ocupavam a parte noroeste da Península, estendiam os seus domínios, apoderando-se das regiões abandonadas por aqueles, na *Lusitania* e na *Baetica*.

No que respeita ao burgo do Tejo (Lisboa) que desde o II século A. C. se encontrava sob o domínio romano, foi conquistado em 459 pelo Rei Suevo Rechimundo, passando a fazer parte da *Suévia* cerca de século e meio, até à conquista dele pelos visigodos, de que adiante falaremos.

*

O predomínio da civilização romana na Península foi tal, que até nos povos em luta com o Império existia o acatamento e respeito pelas prerrogativas do Imperador, como era a do lavramento monetário, e nomeadamente do ouro. ⁽¹⁾

Assim, quando para ocorrer à necessidade de aumentar o numerário os suevos cunham moeda de ouro, ⁽²⁾ não ousam contudo inscrever nela outro nome que não fosse o do Imperador. ⁽³⁾

Tal era na verdade o respeito por essa prerrogativa universalmente reconhecida ao Imperador Romano, que os suevos se limitaram a copiar servil-

⁽¹⁾ Vid. o nosso estudo dos *Morabitinos Portugueses*, Lisboa, 1940, pág. 31 a 35.

⁽²⁾ Convém neste passo salientar o que anda esquecido: terem sido dois portugueses — Eduardo Augusto Allen de colaboração com H. Nunes Teixeira — quem, pela primeira vez, revelou a existência das moedas suevo-lusitanas, num artigo notável, denominado *Monnaies d'or suevo-lusitaniennes*, publicado na *Revue Numismatique*, vol. V, 1865, e de que se fez uma separata de 15 páginas, hoje muito rara.

⁽³⁾ O motivo dos suevos, aliás como os visigodos, terem cunhado apenas o ouro, deve-se à escassez do nobre metal amoedado na Península em contraposição com as quantidades inumeráveis de moedas romanas de prata (os *denarios*) e de cobre, as moedas de três tamanhos que vulgarmente se designam por grandes, médios e pequenos bronzes.

mente os *soldos de ouro* e terços de soldo (*tremissis*) de Honório, até mesmo em tempo que o Imperador já não vivia.

São esses soldos, cunhados nas terras galaico-portuguesas, a que os documentos se referem como *solidos gallectanos*. (1)

*

As devastações que na Península haviam já feito em pouco tempo os alanos, vândalos e suevos, levou o Imperador Honório a tomar os visigodos como seus auxiliares, e assim faz em 415 um acordo com Valia, rei dos godos, confiando-lhe a missão de restabelecer a ordem na Península. Dessa acção se seguiu logo em 418 o extermínio dos alanos, que embora se juntassem, depois de derrotados, aos vândalos, foram com estes constrangidos a sair da Península pouco depois.

Desde essa data eram os visigodos o grande povo que dominava quase toda a *Hispania*, muito embora mantivessem como capital, Tolosa, além Pirenéus. Porém, com a expansão dos francos, deu-se em 507 a grande batalha entre aqueles e os visigodos, saindo vencedor Clodóveo rei dos francos, o que forçou os visigodos a abandonarem a sua antiga capital da *Gallia*, para a transferirem para Toledo, no coração da *Hispania*.

No que toca ao lavramento monetário, os visigodos, embora independentes, não ousaram todavia de princípio cunhar moeda que não fosse tal como os suevos, em nome do Imperador Romano. Assim o fizeram durante a existência do reino de Tolosa, e até mesmo muito além dessa data, por mais de século e meio, pois só com Leovigildo, começam as moedas a serem batidas com os próprios nomes dos visigodos. (2)

No seu conspecto geral o numerário visigodo divide-se em três agrupamentos:

- I — Moedas galo-visigodas do reino de Tolosa: 418 a 507.
- II — Moedas desde a queda de Tolosa, até meados do reinado de Leovigildo: 507 a 580.
- III — Moedas com os nomes dos reis visigodos: de Leovigildo em 580 a 711.

(1) Identificação esta que se deve ao entusiasta historiador do numerário suevo, Wilhelm Reinhart, *Os «Solidos Gallectanos» moedas portuguesas*, in *Arquivo Histórico de Portugal*, Sep. do vol. V, Lisboa, 1946.

(2) Essas moedas eram somente de ouro, no valor dos *terços de soldo* romanos, e que vulgarmente se denominam *trientes*. Não amoedaram prata nem cobre pela grande abundância de moedas romanas circulantes na Península. Cfr. supra, pág. anterior; nota 2.

Assim temos que o primeiro grupo (I) é constituído pelas moedas batidas pelos visigodos no tempo em que tiveram por capital Tolosa; o segundo grupo (II) é constituído pelas moedas cunhadas no período em que a capital já havia sido transferida para Toledo, depois da derrota que os visigodos sofreram dos francos, mas em que ainda fabricavam as suas moedas à imitação das romanas, sem símbolos de autonomia, e finalmente, o terceiro grupo (III) é formado pelas moedas que apresentam já todo o carácter de independência dos Reis visigodos, o que teve começo nos últimos anos do reinado de Leovigildo, e daí por diante até à extinção da Monarquia visigoda.

O motivo, pois, que determinou Leovigildo a abandonar, no fabrico das moedas visigodas, as cópias até então servis, ou deturpadas, dos *terços de soldo* romanos, e a ter a ousadia de cunhar moeda de ouro em seu nome, de que esta de que nos ocupamos é um dos primeiros testemunhos, foi o largo poderio que lhe adveio da submissão de todos os bárbaros da Península, a solicitação dos próprios romanos. Actuando então Leovigildo como mantenedor da ordem peninsular, reconhecida pelos próprios romanos, e conhecendo também a fraqueza do Império, que as dissensões internas fomentavam, hábilmente se aproveitou da situação, para se arrogar o direito de *jus cunni*, que desde sempre fora reconhecido pertencer ao Imperador Romano.

*

Durante muito tempo foi voz corrente que Leovigildo, apenas se arrogou o direito de bater moeda em seu nome, após a conquista definitiva da *Suévia*, em 585. Todavia, se considerarmos que Leovigildo faleceu no ano imediato àquele feito, e por outro lado que a série tipológica das moedas de Leovigildo nos apresentam uma evolução que se não compraz com o curto espaço dum ano, seremos forçados a admitir que as primeiras moedas visigodas em que o nome daquele Rei começa a aparecer timidamente nos *trientes*, devem remontar a alguns anos atrás daquela data.

As primeiras moedas cunhadas pelos visigodos da Península eram *trientes* ou *terços de soldo*, caracterizados, por terem no Anverso a efígie e o nome bastante adulterado, do Imperador, e no Reverso a figura da Vitória ocupando todo o campo, vendo-se no exergo ONO: deturpação do CONOB das moedas romanas, seus modelos.

Este tipo primitivo, directamente filiado no das moedas dos Imperadores do Oriente Anastácio I, Justiniano I e Justino II esboça já a ânsia de autonomia dos visigodos, nas deturpações intencionais dos nomes dos Imperadores

e a forma ainda hesitante como do lado da Vitória aparecia igualmente escrito o nome de Leovigildo, Rei.

A data atribuída a esse primitivo tipo sem indicação de oficina monetária, ou antes fazendo no lugar desta a menção à principal oficina do Império, Constantinopla, no ONO do exergo, oscila entre os anos de 568 a 578 segundo a mais recente crítica e investigação histórica do assunto. (1)

Seguidamente a essas moedas em que o nome de Leovigildo aparece escrito timidamente, ao manter no Anverso o do Imperador, segue-se, pelo crescente poderio daquele, o primeiro tipo inteiramente visigodo, pela substituição do nome do Imperador pelo de Leovigildo, como Rei dos visigodos, e com a indicação do local de lavramento, na Península.

Todavia, como o ouro romano, de boa lei, havia conquistado a confiança universal de moeda de justo valor no toque e no peso, o que era indicado pelas letras do exergo: CONOB, abreviação de: CONstantinopolitanum OBrysum que significava «ouro puro de Constantinopla», (2) Leovigildo achou de boa política manter aquelas letras por representarem, como hoje diríamos, uma «marca de garantia», muito embora apareçam geralmente sinco-padas em: ONO, simplesmente.

E como o seu busto veio substituir ostensivamente, no Anverso, o do Imperador, com a legenda já clara de: LIVVIGILDVS REX, aparece no Reverso, em vez da Vitória, a Cruz sobre «4 degraus», e em volta dela a designação do local do lavramento.

Neste passo, importa que salientemos também, que ao tipo do Reverso deste *triente* de Leovigildo, vulgarmente denominado «da cruz sobre 4 degraus», chamar-lhe-emos antes com mais propriedade: *da Cruz sobre um Altar de 4 degraus*, por considerarmos que a Cruz, como sagrado símbolo do Martírio de Jesus pela Redenção dos homens, só num Altar devia ser colocada.

É, pois, a este arcaico tipo monetário, de reduzida frequência nos *trientes* visigodos, que pertence o raro exemplar que ora apresentamos.

(1) Vid. George C. Miles. *The coinage of the Visigoths of Spain—Leovigild to Achila II*, New York, 1952, pág. 44.

(2) Esta é a exegese moderna do vulgaríssimo CONOB que figura no exergo das moedas romanas, que veio destronar muitas outras interpretações, de que nos limitaremos a apontar aquela que procurava explicar o ONO que vemos no exemplar em estudo, dizendo que significava: *Omnes Nobis Obediant*. Cfr. acerca deste assunto Mateu y Llopis, *Catálogo de las Monedas previsigodas y visigodás del Gabinete Numismático del Museo Arqueológico Nacional*, Madrid, 1936, pág. 201.

Eis a sua leitura:

LIVVIGILDVS *Rex*

em volta do busto do Rei olhando à direita; sobre o peito uma Cruz de braços iguais.

SAFIELIS OU ELISSAFI

consoante a leitura comece à direita do alto para baixo, ou à esquerda de baixo para cima. No campo uma Cruz cortando a legenda em cima, e assente sobre um altar de 4 degraus; por baixo: ONO. *Triente*. AV (cor natural quente). Diâmetro: 18,5 mm. Peso: 1,25 gramas. Inédito e único = RRRRR.

Ao descrever sucintamente este exemplar, importa salientar o esmero de gravação que ela apresenta no reverso, ou seja do lado em que a sagrada Cruz é exaltada. E a corroborar este reparo temos a análise morfológica da comparação, nesta mesma moeda, entre o anverso e o reverso: devia ser Crente esse moedeiro!

Este exemplar foi achado há poucos anos numa propriedade do Sul de Portugal, no Algarve, e cedido mais tarde pelo proprietário à Casa Almeida, Basto & Piombino & C.^a, de Lisboa.

Antes de entrarmos no seu estudo importa frisarmos primeiramente que, nem a sua origem, nem tão pouco um rigoroso exame feito a essa moeda nos deixaram qualquer dúvida da sua genuína autenticidade.

O perfeito estado de conservação em que este precioso exemplar se encontra, leva a crer que, após a sua cunhagem, curta deve ter sido a sua circulação, devendo por isso ter estado enterrado desde esses recuados tempos do VI século da nossa Era, aos nossos dias.

*

No que toca à mitologia o exame desta moeda confirma as características fixadas no estudo das amoedações visigodas: o metal é de ouro puro, como em geral sucede nas primeiras amoedações, muito embora posteriormente se abastarde por vezes, ao aumentar a liga de prata que uma ou outra vez aparece quase estreme.

O peso está igualmente dentro da oscilação em volta de 1,50 gramas por que se caracterizavam os trientes como terço que eram do *solidus aureus* de 4,5 gramas, registando-se neste exemplar 1,25 gramas. ⁽¹⁾

(¹) G. C. Miles, *ob. cit.*, pág. 156, dá aos exemplares de Leovigildo a média de 1,29 gramas, dentre os extremos de 1,04 a 1,51 gramas.

TRIENTE VISIGODO DE LEOVIGILDO



(Ampliado duas vezes)

cunhado em

ELISSABONA FELICITAS IVLIA



Neste triente de Leovigildo, quanto o anverso nos não revela nenhuma novidade, nem tão pouco nenhuma dificuldade de interpretação, pois o nome já aparece claro e correcto, LIVVIGILDVS, com a indicação de Rex feita apenas pela primeira letra, o que aliás não é vulgar, o reverso, por seu turno, apresenta grande novidade por revelar-nos uma oficina monetária inédita dentre as amoedações visigodas.

Com efeito, sendo o tipo desta face o da Cruz, sobre «um altar de 4 degraus», (1) tendo por baixo, a cortar a legenda, ONO, como recordação ou reminiscência do CONOB bizantino, a legenda encontra-se dividida em duas partes iguais.

Se começarmos a leitura no alto pela direita da Cruz, ler-se-á SAFI — ELIS com interrupção a meio feita pelo exergo; ao passo que se fizermos a leitura a começar à esquerda do pé da Cruz, ler-se-á ELIS — SAFI, e neste caso a legenda fica cortada de igual modo a meio pelo cimo da Cruz.

Ora, a verdade é que nos *trientes* de Leovigildo encontramos as duas leituras, donde proveio a dúvida inicial da leitura a adoptar.

Nenhum proveito sensível tiramos do exame de quantos textos antigos nos revelassem nomes de localidades, tais como a *Divisio Provinciarum Secundum Imperatorem* do X século, que nos dá Florez na sua *España Sagrada*, vol. IV, cap. 3, p. 116, ou a outra divisão peninsular *Tempore suevorum, ibidem*, ou ainda a longa *Divisio terminorum Diocesium et Parochiarum Hispaniae* do tempo de Wamba, atribuída ao Bispo de Oviedo, D. Pelayo, do século XII, onde a pormenorizada nomeação das localidades nos deu a esperança de ali encontrar alguma que nos permitisse a identificação com a da cidade de que nos ocupamos. Porém, tanto nessa como nas demais colhidas na *España Sagrada*, de que Aloïss Heiss fez eco, (2) em nenhuma delas encontramos qualquer topónimo que nos permitisse aproximá-la de *Safielis* ou *Elissafi*.

Estavamos diante dum caso que exigia uma investigação mais penetrante, do que a simples leitura a que por via de regra se resume a classificação das moedas visigodas.

(1) Este tipo, que sucedeu ao de transição, ainda com a Vitória romana, constitui o primeiro grupo dos *trientes* caracteristicamente visigodos que breve foi abandonado por Leovigildo em 584, para em seu lugar adoptar o dos dois bustos (Rei e Príncipe herdeiro), um em cada face da moeda, de 584 a 586 (Vid. Miles, ob. cit. pág. 45). Todavia, mais tarde foi restituído por RECCESWINTHO, mas com a particularidade da Cruz se encontrar sobre um altar de 3 e não 4 degraus.

(2) *Description Générale des Monnaies des Rois Visigoths d'Espagne*, Paris, 1872, pág. 159 e 172.

Começamos então a analisar atentamente este *triente* inédito quanto à oficina monetária, e variante muito interessante no tipo, pois que embora pertença já ao grupo das moedas que tem o nome de Leovigildo escrito correctamente, e no reverso o nome da localidade onde foi cunhada, mantém no entanto, como reminiscência do modelo romano, a indicação de ONO à maneira de exergo, sob um Altar de 4 degraus que sustenta a Cruz latina.

É, pois, um exemplar paralelo aos descritos por Wilhelm Reinhart em *Deutsches Jahrbuch Für Numismatik*, Munich, 1940, Est. II, N.ºs 16 e 20, do mesmo Leovigildo, batidos respectivamente em *Valenta* e *Reccopolis*.⁽¹⁾ No entanto, se a configuração geral se aproxima dessas moedas, mais do que das restantes, do numerário leovigildiano, não impede a que no delineamento técnico esteja muito próximo da que o mesmo autor publica com o número 17, cunhada em *Elvora*. Na verdade, quer o traço da letra, quer especialmente o delineamento da Cruz, tão grandes afinidades de estilo apresenta com aquela, que isso reforçou a nossa convicção de que a localização de *Elissafi* ou *Safielis*, ficaria realmente na mesma Província da Lusitânia, a que aqueles pertenciam.

Muito embora em segundo plano, depois do exemplar de *Elvora*, é realmente o de *Emerita* aquele que mais se aproxima do que ora nos ocupamos, mas apresenta o tipo mais evoluído, como se esse jeito de técnica se fosse modificando à proporção que nos afastamos do Ocidente da Lusitânia para Oriente dela.

De tentativa em tentativa, pondo em equação todas as hipóteses que nos ocorriam, já com a vista à Lusitânia, e caminhando para Ocidente, surgiu a de Lisboa.

Assim, o facto de não havermos encontrado qualquer localidade cujo nome se adaptasse ao das simples leituras feitas: *Safielis* ou *Elissafi*, levou-nos a considerar a tese de D. Pio Beltrán,⁽²⁾ de que todas as cidades, cabeças de circunscrição, como Lisboa, deviam ter cunhado moeda em tempo dos visigodos. Ora a cidade do Tejo encontrava-se precisamente nessas condições. Graças, pois, a essa esclarecida tese, começava a levantar-se a ponta do véu, para a interpretação desses dois nomes enigmáticos: *Safielis* e *Elissafi*.

Socorrendo-nos então da nomenclatura de Lisboa nesses recuados séculos, verificamos que uma certa similitude, mais fonética do que gráfica, existia entre essas arcaicas denominações e *Elissafi*.

(1) Moedas que aliás já haviam sido publicadas por Heiss, *ob cit.*, sob os N.ºs 5 e 22.

(2) De que tivemos conhecimento por ocasião da Exposição Internacional das Medalhas, realizada em Madrid em 1951, conversando com aquele ilustre Numismata.

Procuramos então nos textos da época as diversas formas por que o nome de Lisboa se apresentava: *Olisibona* (em documento do tempo de Theodomiros, 559-569), e já posteriormente à época de que nos ocupamos, encontramos: *Olixibona* (em tempo de Recesvintho, 653-672), *Olisibona* (em tempo de Wamba, 672-682), e mais tardiamente: *Olixbona*, *Olixibona* e *Ulixibona*, ao chegarmos, com este último topónimo ao século XII. (1)

Muito embora não tivéssemos encontrado nenhum documento com a grafia de Lisboa da mesma forma que ela se verifica na moeda em estudo, a verdade é que hoje não temos dúvida de que a toponímia deste *triente* leovigildiano é apenas mais uma forma arcaica de Lisboa a enfileirar ao pé das muitas que se conhecem; e assim temos que a sua leitura deveria ser tomada de: *Elissafi*, que desdobraremos do seguinte modo:

ELISSAFI

ELISSA — F — I

ELISSA**bona** *Felicitas Ivlia*

o nome romano de LISBOA, evocativo pelo seu cognome (*Felicitas Ivlia*), dos velhos tempos de Júlio César. (2)

Estava encontrada não só mais uma oficina monetária dos visigodos na Península, mas ainda — e o que mais nos importa — o fabrico da moeda visigoda em LISBOA.

*

Ao descrever as moedas visigodas no seu magistral estudo, razão tinha Aloïss Heiss quando, apesar de ao tempo haver esgotado o assunto, dizer que, «...un nombre probablement considérable d'ateliers restent encore à decouvrir». Todavia, talvez não sejam tantas as oficinas monetárias visigodas como Heiss imaginaria, pois em três quartos de século de trabalhos importantes

(1) Não nos ocuparemos aqui detidamente das moedas que até hoje apareceram, copiando algumas das designações acima apontadas, como *Olisibona* e *Olisibona*, por serem falsificações, como disse Milles, ob. cit, pág. 461; «This supposed coin is either an invention or simply misreading». Por curiosidade diremos que a primeira se refere Faria e Sousa, I, pt. III, cap. XVII, pág. 343.

(2) Dizemos *Elissabona* e não *Olissipona* de *Olissipo* que era a genuína denominação romana, por ter verificado que o abrandamento do sufixo — *pona* romano para — *bona* (donde derivou — boa = Lisboa) se deu precisamente no período visigodo, como nos certificam os textos do tempo. Veja-se o que acima escrevemos.

apenas se descobriu mais dúzia e meia das que aquele ilustre Numismata apontou, elevando-se o seu número a:

Aloïss Heiss, 1872: 64 oficinas monetárias.
 Mateu y Llopis, 1936: 73 oficinas monetárias.
 Wilhelm Reinhart, 1940: 76 oficinas monetárias.
 George C. Miles, 1952: 79 oficinas monetárias.
 Batalha Reis, 1956: ⁽¹⁾ 80 oficinas monetárias.

Pela nova contribuição trazida pelo exemplar estudado, eleva-se a 80 o número das oficinas monetárias na Península em tempo dos visigodos, caracterizadas pelo nome da localidade nelas inscritas no reverso das moedas, como indicação que eram da sua origem. ⁽²⁾

*

No que respeita à cronologia, consideremos agora a data que melhor convém ao exemplar em estudo.

Por comparação com as moedas conhecidas deste mesmo tipo, verifica-se que o exemplar de Lisboa tem aspecto ainda mais primitivo, quer nas letras quer no tipo que é cópia directa dos soldos de ouro do Imperador do Oriente Tibério II Constantino (578-582), coevo de Leovigildo.

No exame tipológico deste *triente* leovigildiano, dentre as características que lhe conferem primazia entre os do mesmo tipo genérico, sobressai o facto de ter a Cruz a cortar legenda — tal como o tinham os seus protótipos romanos — o que em nenhum outro exemplar visigodo acontece.

Na verdade, em todos os outros se vê a Cruz não só de mais reduzido tamanho, mas ainda, e sobretudo, limitada ao campo monetário, sem interferir na legenda.

De modo que, o arcaísmo, embora cheio de beleza — nomeadamente do Reverso — que o *triente* de Lisboa apresenta, coloca-o à cabeça de todos os outros conhecidos do seu tipo.

⁽¹⁾ A primeira notícia pública desta moeda foi feita na sessão de 7-XII-1956 na Academia Portuguesa de História. Cfr. o seu *Boletim*, vol. 20, 1957, pág. 93 e jornais do dia imediato.

⁽²⁾ Como se verifica do quadro acima, o Numismata que maior contribuição trouxe na revelação de novas oficinas monetárias visigodas foi o ilustre Numismatólogo Dr. D. Felipe Mateu y Llopis.

Além disso, o formato da Cruz é o mesmo daqueles soldos de ouro romanos de Tibério II, assim como a disposição da legenda, e até com a repetição, do CONOB, que se via no exergo das moedas seus protótipos aqui abreviado em ONO.

Note-se ainda a particularidade, neste exemplar que estudamos, da Cruz estar assente num altar com o mesmo número de degraus dos soldos de ouro bizantinos, de que é cópia.

Ora sendo os raros trientes de Leovigildo deste mesmo tipo (mas todavia sem a Cruz a cortar a legenda) dos anos de 581 a 584 como Miles o afirma, ⁽¹⁾ não será ousado colocar a cunhagem do *triente* de Lisboa no ano anterior àqueles, ou seja, de 580, pelas considerações resultantes do exame tipológico comparativo com as suas congéneres.

E como é sabido que antigamente a cunhagem da moeda constituía uma das primeiras prerrogativas que o conquistador duma terra se arrogava, pois era aquela que melhor demonstrava e expandia dentre o povo o conhecimento do novo feito, temos de admitir com essa velha prática que, a moeda de que nos ocupamos, deve ter sido cunhada logo após o conquista de Lisboa; e que essa conquista deve ter sido muito importante, pois temos pela primeira vez o Rei Leovigildo a arrogar-se o direito de cunhar moeda em seu nome, duma forma bem clara e explícita, sem qualquer alusão ao Imperador, ao escrever como Rei, o seu nome completo.

Daqui resulta a consideração de que Lisboa, a ELISSABONA do tempo, deve ter sido conquistada aos suevos em 580, antes, pois, da submissão total deles em 585, pelo Rei Leovigildo, o grande unificador do Reino visigodo, e aquele que lhe dera uma maior emancipação dos romanos.

Lisboa, tendo sido conquistada aos romanos pelo Rei Suevo Rechimundo, em 459, teria estado pois, sob o domínio dos suevos 121 anos, até 580, e sob o poder dos visigodos 231 anos, daquela data até 711, ao aniquilamento do reino Visigodo, pelos árabes, na famosa Batalha de Guadalete.

A importância dos factos históricos que se prendem com esta moeda, conferem-lhe um valor excepcional, como precioso documento histórico que é do maior interesse, não só para a cidade de Lisboa, onde ela foi cunhada há 1376 anos, mas ainda para a História do território onde hoje é Portugal.

⁽¹⁾ Ob. cit. *The coinage of the Visigoths of Spain—Leovigild to Achila II*, pág. 45.

MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS—FORTALEZAS DO CONCELHO DO FUNDÃO—SIGLAS DE CANTEIRO—NECESSIDADE E UTILIDADE DO SEU ESTUDO E INVENTÁRIO

POR JOSÉ MANUEL LANDEIRO

Os monumentos arqueológicos são, no dizer de Teixeira de Aragão, quase sempre o pergaminho nobilitante de uma vila, cidade, província e mesmo de um reino.

E, quanto maior for o número desses documentos, tanto mais se esclarece e, portanto mais valor tem a história da povoação, região ou país que os possui.

Foram estas fortalezas verdadeiras sentinelas, sempre vigilantes, que ajudaram a fundar, a conquistar e a restaurar a pequena (mas de grande valor!) Casa Lusitana, de cujos brados em prol de uma civilização, ainda hoje os ecos se ouvem em todas as partes do mundo.

A atestar a grandeza de Portugal, temos ainda espalhados pelo mundo fora os costumes, a língua, a religião, e mesmo restos de fortalezas lusas, à sombra das quais se premeditaram assaltos para conquistas de novas terras ou se acometeram esses mesmos assaltos para defesa de terras já conquistadas.

O concelho do Fundão, embora conte apenas duzentos anos, tem também esses pergaminhos a atestar o valor dos seus habitantes e a riqueza do seu solo que durante muitos séculos foi disputada, à porfia, por diversos povos.

Destas fortalezas que nos lembram um passado glorioso, lágrimas e sangue, e que são pedaços da alma lusa, pouco nos resta, pois os séculos com as suas intempéries e os homens com a sua inclinação de destruir, tem derrubado quase tudo, e, desses pergaminhos, restam apenas alguns pedaços.

O catálogo das fortalezas do Fundão regista as seguintes:

- I — Castelo do Alcaide, cuja torre de menagem reedificada em 1694, é hoje a torre sineira da Igreja paroquial;
- II — Castelo da Atalaia do Campo, de que se encontram apenas vestígios e uma torre medieval;
- III — Castelo de Alpedrinha, de que não existem hoje quaisquer vestígios;
- IV — Castelo Velho, junto do Casal da Serra, de que não existem igualmente vestígios;

- V — Castelo Novo, hoje restaurado devido a acção patriótica da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais;
- VI — Castelo da Covilhã Velha, na Serra das Casinhas, situado a pouco mais de dois quilómetros do Alcaide, onde ainda hoje existem ruínas de uma fortaleza medieval;
- VII — Castelo de Escarigo, conhecido também pelo nome de Castro dos Três Povos;
- VIII — Castelo de Lavacopos, situado no Cabeço do Gomes, na freguesia de Lavacopos, de que existem apenas ligeiros vestígios que mal podem definir o traçado da fortaleza.

Além destes Castelos, existiram também:

- I — O Castro de Alcaria, situado na freguesia do mesmo nome;
- II — O Castro de Argemela situado no Cabeço dos Mouros, junto da freguesia do Barco;
- III — O Castro do Castelejo, na freguesia do mesmo nome;
- IV — O Castro de Previsou, no local da quinta do Crasto, dos nossos dias;
- V — O Castro de Petrota, situado no Norte do Carvalhal Redondo, limite de Alpedrinha;
- VI — O Castro da Serra do Sobral e finalmente
- VII — O Castelo da Capinha, da freguesia do mesmo nome e do qual, hoje, nada resta.

Do que se conserva destas fortalezas é preciso saber-se defender e é urgente estudar-se, pois que do seu estudo algo virá contribuir para a história do concelho de Fundão, da província da Beira Baixa e até para a história de Portugal, principalmente no que diz respeito a monumentos militares.

Um dos estudos mais úteis que nos proporcionam as fortalezas, é o dos chamados Siglas de Canteiros.

Do motivo desta nossa afirmação, nos referiremos mais adiante. Sigla (do latim — Sigla) significa em paleografia e em epigrafia, letra inicial empregada para exprimir uma palavra ou grupo de palavras (P.^o Francisco M. Alves).

Siglas eram sinais convencionais que, de uma maneira geral, as testemunhas e até grandes senhores que não sabiam escrever usavam para assinar as escrituras, forais ou qualquer outro instrumento público. Mas as Siglas, a que nos vamos referir neste nosso modesto trabalho, são as Siglas de Canteiros, usadas por estes artistas portugueses no período medieval.

Aparecem elas esculpidas ou gravadas nas pedras dos castelos e outras

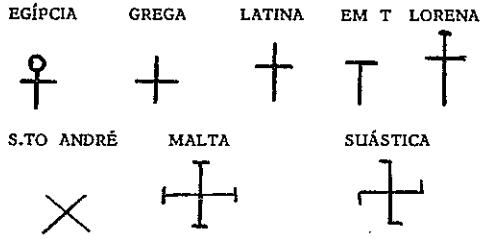
fortalezas e das igrejas, etc. As Siglas aparecem, mas em muito pouca quantidade, ainda num período a seguir à Idade Média. Era costume naquele grande período, grande por todos os títulos, os canteiros assinarem a pedra que trabalhavam, usando um sinal *seu* e só *seu*. Embora este costume se generalizasse, entre nós, só na Idade Média, a Sigla é, contudo, de origem muito antiga. Segundo nos ensinou o Senhor Padre Francisco M. Alves — o imortal Abade de Baçal — a Sigla aparece já nas civilizações micena, cretense e outras. Mas, se atendermos ao que o ilustre arqueólogo J. Deniper nos diz no seu trabalho «Les Races et Les Peuples de La Terre» (1900 — pág. 163) e ao de outros arqueólogos, o uso de demarcarem as pedras vem já dos tempos pré-históricos. Como dissemos, cada canteiro usava a *sua* e só *sua* Sigla com formato especial.

Terá importância de maior o estudo das Siglas das fortalezas ou templos? Sim. Se examinarmos uma fortaleza e conseguirmos descobrir as diferentes Siglas que aparecem nas pedras, ser-nos-á dado conhecer o número dos canteiros que trabalharam nessa fortaleza. Mas este estudo é ainda de menos importância. Há outros que são de valor capital para a história das fortalezas. Se, por exemplo, examinarmos mais de uma fortaleza e aparecem em todas elas Siglas iguais, deduziremos, sem receio de errar, que artistas que trabalharam numa, trabalharam nas restantes, e, por isso, concluiremos também que elas são, portanto, coevas.

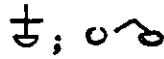
Foi assim que nós, tendo feito o estudo das Siglas das fortalezas de Penamacor e tendo-as comparado com as do Castelo de Guimarães que se encontram arquivadas em «O Castelo de Guimarães» de Luís Pina, concluímos que alguns artistas que trabalharam no castelo daquela cidade, na província do Minho, trabalharam no de Penamacor, na província da Beira Baixa, e concluímos, mais ainda, que ambas estas fortalezas são coevas ou na fundação ou nalguma restauração.

Não nos admiremos que artistas que trabalharam num castelo trabalhassem no outro, pois nesses tempos havia artistas especializados que trabalhavam somente em obras de fortificações.

Uma das Siglas adoptadas pelos canteiros, foi a cruz suástica e seus derivados. A cruz suástica ou sinal de Mahades é um círculo de quatro ou mais raios curvos saídos do centro para a circunferência e, por ser composta de gamas, também se lhe chama cruz gamada. («Swastica» é uma palavra sanskrita, cuja etimologia se desconhece — Abade de Baçal). Esta cruz teve origem na Mitologia, e portanto nos veio do Oriente com aquela e com a civilização ariana, aparece já em Tróia nos objectos de bronze, e em Micenas. Ora uma das Siglas derivadas da suástica ou com ela relacionada é os SSS

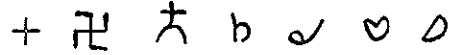


SIGLAS DA DOMUS MUNICIPALIS
PRÉ-HISTÓRIA



L o P o l d ...

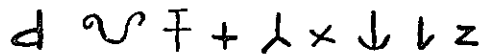
IDADE MÉDIA



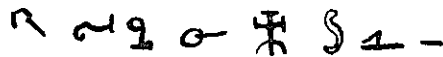
PRÉ-HISTÓRICAS — IDADE NEOLÍTICA — LUSO-ROMANA



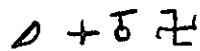
IDADE MÉDIA



NA TORRE DE VIGIA



NO SANTO CRISTO



e o aparecimento destes como Siglas de Canteiro, dá-se no reinado de D. Dinis e outros reis, entre os séculos XIII e XIV, e deve ser por este motivo que, tendo D. Dinis restaurado o Castelo de Penamacor, aparecem nas fortalezas desta vila, como Siglas, não só a cruz suástica, como até outras Siglas (como por exemplo os SSS), relacionadas com aquela. Outras Siglas que aparecem, são as cruzes de Malta e a de Cristo. Desta, explica-se o facto de Portugal ter nascido e vivido sempre sob o signo de Cristo e por isso, toda a sua organização social se fundar e basear na doutrina Cristã, e a primeira de marcar a interferência que a ordem de Malta teve na construção de castelos e obras pias. Ao examinar-se os templos penamacorenses e até casas particulares desta vila, onde os freires de Malta tiveram intervenção, lá se vê a cruz de Malta.

Muitas outras Siglas assemelham-se a sinais pré-históricos (idades neolíticas e luso-romano) o que constitui mais um grande auxiliar para o estudo histórico da Fundação e Restauração do castelo e outras fortalezas e templos, etc.

Por aqui se conclui que o estudo das Siglas de Canteiro é, além de interessante, de valor máximo para a história das fortalezas.

A Câmara Municipal do Fundão da Presidência mui digna do Senhor Doutor Celestino Tavares Monteiro muito se honraria se, *no seu Plano de Centenário* mandasse recolher ou copiar as Siglas de Canteiro que existissem nas fortalezas e templos do concelho do Fundão, as quais certamente viriam a fazer luz sobre a época da Fundação ou, pelo menos de alguma restauração por que tivessem passado essas fortalezas ou templos.

Para isso, seria nomeada uma comissão composta, por exemplo, pelo Professor, Pároco e Presidente da Junta da localidade, que são sempre as almas sacrificadas pelo progresso e pelo bem de uma povoação, e sempre prontas a todos os sacrificios. Recolhidas elas, seria feito o seu estudo por um ou mais peritos nomeados pela câmara e indicados pelo Instituto de Arqueologia, História e Etnografia, de Lisboa, e depois arquivadas em algo por freguesia e fortalezas, o resultado desses estudos. O álbum, de que se tiraria várias cópias, ficaria arquivado na Câmara Municipal do Fundão, e as cópias seriam distribuídas pela Junta de Freguesia, onde ouvesse fortalezas e templos Siglados. E se em todos os concelhos se fizessem estes estudos seria um passo acertado e útil para a história dos nossos castelos e templos e até para a história de Portugal.

Que a actual Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Fundão tenha esta patriótica iniciativa que será

A Bem da Nação!

«PORTUGUESES» E «PORTUGALESES»

POR JOAQUIM FRONTEIRA

Não foi só nas velas pandas das naus do Gama, a caminho da Índia que breve iria ser nossa — e que, embora parcelada, portuguesa ainda é, para glória do Ocidente; nem nas de Cabral, com rumo seguro a Terras de Vera Cruz; tão pouco apenas nas de tantos navegadores lusos que se lhes seguiram, que a Cruz de Cristo correu mundo desde o século XV. Não foi unicamente nas moedas portuguesas do século de quinhentos e mais além, que se viu esse símbolo cristão circular entre povos de raças diferentes e várias religiões: estrangeiros houve que o ostentaram, como próprio, em moedas suas, quase sempre batidas no metal mais precioso de então.

Hanseáticos, mexicanos e danos, pelo menos, tiveram a Cruz de Cristo em grandes moedas de ouro — os «*Portugalöser*», as «*Patacas*» e os «*Pesos*», os «*Portugalosere*» — em algumas delas se fazendo referência, mais ou menos discreta, ao nome de Portugal.

Ricas, tanto pela beleza, que o reluzente metal lhes emprestava, como pela perfeição do cunho, muitas não chegaram a circular como dinheiro corrente, antes como padrões de acontecimentos faustosos a que interessava dar particular relevo, se não perpetuar, ingressando, por ventura, melhor o seu estudo, neste caso, no âmbito da medalhística.

Dos primeiros três «*Portugaleses*» — designação genérica daquelas moedas estrangeiras de ouro — se ocuparam, já em nosso tempo, o eng.º Raul da Costa Couvreur, (*) em «*A Cruz da Ordem de Cristo em moeda estrangeira*» e o dr. Luís Pinto Garcia, em «*Imitações Numismáticas*», esclarecidos e incansáveis numismólogos a cujo saber presto aqui a minha modesta mas sincera homenagem. Já, anteriormente, Manuel Joaquim de Campos, em «*Imitações de moedas portuguesas em Batenburgo*» e Pedro A. de Azevedo, em «*Falsifi-*

(*) Falecido, pouco depois de entregue este artigo, em 25 de Junho de 1959. Aquelas simples palavras juntamos agora o preito da nossa muita saudade.

cações da moeda portuguesa nos Países Baixos, no século XVI», se haviam referido a essas actividades escusas de moedeiros estrangeiros, não citando, porém, e com razão, os «portugalêses».

Nesta resumida nótula ocupar-nos-emos, portanto, só dos «portugalosere» dinamarqueses, depois de um apontamento sobre os tipos de «portugueses» que se conhecem. Não constituirá ele matéria nova para muitos dos leitores da «NVMMS» mas terá, talvez, a vantagem de facilitar aos restantes a visão em paralelo desses dois grupos de moedas.

O «português» de ouro foi, como é sabido, a nossa maior moeda cunhada nesse metal até o reinado de D. João V. Este, como rei magnânimo e munificente que foi, mandou bater moedas de ouro que muito excederam, em peso e em formosura, todas as dos anteriores monarcas: o dobrão de cinco moedas (53,7 gr), a dobra de 16 escudos (57,3 gr) e a dobra de 24 escudos (86 gr).

Corroborando o que dissemos sobre a limitada circulação dos «portugaleses», também quanto aos nossos «portugueses» se passou factó análogo, conforme consta de um alvará de D. João IV, existente no arquivo geral da Casa da Moeda, de Lisboa, datado de 25 de Abril de 1642, no qual, referindo-se aos «portugueses» e outras moedas grandes de ouro, «*de mui subido quilate*», se permite que se não fundam porque «*se estimam e goardão mais como pessos que como dinheiro corrente*» (ou seja «*mais como objectos históricos e raros*» segundo deduz Teixeira de Aragão).

Do «português», a que poderemos chamar do 1.º tipo, até hoje apenas se conhece a cópia de chumbo apresentada por Aragão, na sua valiosa «*Descripção das moedas, etc.*», que pertenceu ao Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional. O original teria sido cunhado no reinado de D. Manuel I, por sua encomenda, na cidade de Swolle (Zwolle), então capital do senhorio de Overyselles (Over-Ijsel), uma das cidades pertencentes à Liga Hanseática, hoje holandesa. O seu módulo, a fazer fé na cópia, teria sido de 43/44 mm. e, conforme Aragão, poderemos descrevê-la da forma seguinte:

Anverso — Em dois círculos concêntricos:

No primeiro: * AD:VALOREM:EMANVEL:REG:PORTV GAL:
No segundo: · MONETA · AVREA. AT:SWOL

Ao centro as armas do reino, entre um anel e dois pontos, de cada lado, quase em linha.

Reverso — Na orla:

* IN:CHRISTO:CRVCIFIXO:NOSTRA:SAL:

Cruz da Ordem de Cristo com três pontos por cima e o carimbo coroadado IOU.

João Bell, na sua «*Taboa mostrando o valor da moeda de ouro e prata do reino de Portugal desde o reinado do Senhor D. Duarte até 1806*» (in «*Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*», t. III, pág. II) atribui a este «português» o peso de 712 grãos (35,5 grs), ou seja o equivalente a cerca de 10 ducados de ouro, de então, que pesavam $71 \frac{1}{4}$ grãos cada um.

Ainda no reinado do «Venturoso» foram cunhados «portugueses» de outro tipo, do qual há exemplos conhecidos, conquanto raros, os quais começaram a ser lavrados em 1499, segundo diz Damião Peres, na «*Chronica de D. Manuel I*». Deles nos dá Aragão uma descrição que, juntamente com a gravura respectiva, permite fazer uma ideia segura a seu respeito.

Anverso — Em dois círculos concêntricos:

No primeiro: + IEMANVEL : R : PORTVGALIE : AL : C :
VL : IN : A . D : G

No segundo: C : N . ETHIOPIE : ARABIE : PERSIE : I :

Os NN virados e os AA sem travessão. Entre as duas legendas um círculo perlado.

Ao centro as armas do reino, com a coroa aberta, entre dois aneletes.

Reverso — Na garfila

: IN ::: HOC :: SIGNO :: VINCEES ::

Os NN virados e a Cruz da Ordem de Cristo, com três pontos por cima.

Pesa 708 grãos (35,3 gr); ouro de $23 \frac{3}{4}$ quilates.

Atribui-lhe o preço estimativo actual (1874) de 80\$000 réis.

No «*Preçário das Moedas Portuguesas, de 1140 a 1540*» (1956), do dr. Pedro Batalha Reis, atribui-se às moedas do 1.º tipo — até hoje desco-

nhecidas — o grau de raridade RRRRR (única?) e o valor de 100.000\$00, quando aparecer algum exemplar. Para as moedas do 2.º tipo apresenta duas variantes na legenda do anverso e no corpo das letras da legenda do reverso, marcando-lhes o grau de raridade RRR e valores entre 15.000\$00 e 18.000\$00. Em 1949, na venda em leilão da colecção do Duque de Galliera, um «português» do 2.º tipo (estado de conservação «soberbo») atingiu o preço de 11.000\$00.

Na Real Colecção de Moedas e Medalhas, do Museu Nacional de Copenhague, existe um belo exemplar de «português» de D. Manuel I, variante do 2.º tipo, pesando 35,02 gramas.

No reinado de D. João III continuaram sendo batidos «portugueses» de dois tipos: um (*I*) igual ao 2.º tipo dos de D. Manuel I e outro (*II*) que constitui pròpriamente um 3.º tipo do «português» de ouro.

Segundo Teixeira de Aragão podemos descrever da forma seguinte esses tão belos numismas do século XVI:

I — (Do 2.º tipo dos de D. Manuel I)

Anverso — Em dois anéis concêntricos

No primeiro: + IOANES : ε : REI : PORTVGAL : ALGARVE :

□O:□E:GINE

No segundo: :ETHIOPIE:ARAIE:PERSIE:INDIA

Ao centro o escudo do reino, entre ☉ e O.

Os AA sem travessão.

Reverso — Na orla

+ □ IN □ HOC □ SIGNO ◇ VINCES

Os SS virados. Cruz da Ordem de Cristo, com três pontos por cima e um ao centro.

Supõe que devia pesar 712 grãos (35,5 gr); ouro de 23 $\frac{3}{4}$ quilates. Valorizado em 100\$000 réis (em 1874), com a indicação de pertencer à colecção Lopes Fernandes.

No «*Preçário*» esta moeda é classificada com o grau de raridade RRRR sendo valorizada em 30.000\$00.

II — (3.º tipo do «português» de ouro)

Anverso — Na orla

:+:IOANES:3R:PORTVGALIE:AL:DG:C:N.C:ETIO

No centro o escudo com a coroa ornamentada, entre :ARAB e .PSII: da direita para à esquerda, e um R à esquerda e um L à direita; cada uma destas duas letras com três pontos . . . por cima.

Reverso — Na orla

. * . IN 4 . . HOC . . . SIGNO . . . VINCEES

Cruz da Ordem de Cristo, cantonada por 4 pontos, envolvidos por 4 arcos dentro de um círculo perlado.

Pesa 702 grãos (35,0 gr); ouro de 23 $\frac{3}{4}$ quilates. Valorizado em 80\$000 réis.

Desta moeda há, pelo menos, umas cinco variantes que no «Preçário» estão valorizadas entre 14.000\$00 e 20.000\$00. No leilão da colecção do Duque de Galliera foi vendido por 10.000\$00 um soberbo exemplar da variante n.º 7 do «Preçário», neste avaliada em 14.000\$00.

O belo «português» existente no Gabinete da Real Colecção de Moedas e Medalhas, do Museu Nacional de Copenhague, que pesa 35,35 gramas, apresenta pequenas diferenças nas legendas deste 3.º tipo, pelo que poderá ser considerado como mais uma variante do n.º 2 de Aragão.

Depois destes apontamentos sobre os nossos «portugueses» vamos occupar-nos dos «portugalosere» dinamarqueses.

Logo da primeira vez que estivemos em Copenhague visitamos, entre vários dos seus mais interessantes Museus, o «NATIONALMUSEET» riquíssimo em colecções de pré-história nórdica e que possui também um Gabinete Numismático criado nos princípios do século XVIII, onde se expõem valiosos exemplares. Como dispúnhamos, então, de tempo bastante limitado — apenas uns cinco dias para a capital e arredores — não podemos dedicar a devida atenção à colecção numismática. Procuramos compensar essa falta adquirindo à saída, no átrio, alguns Catálogos da especialidade. Destes o

«Den Kongelige Mont-og Medaillesamling/MONTER OG MEDAILLER/ / Middelalder og Nyers Tid» / 2. Udgave (Real Coleção de Moedas e Medalhas / MOEDAS E MEDALHAS / Idade Média e Contemporânea / 2.ª Edição), de 1950, é deveras interessante, sendo de destacar as boas fotografuras que profusamente o ilustram. Entre elas se encontram algumas dos «portugalosere» que havíamos visto no Gabinete Numismático, o que nos despertou a ideia de um dia delas nos ocuparmos, o que ora fazemos, convictos de que em Portugal este assunto não foi ainda tratado.

Os «portugalosere» dinamarqueses foram imitações parciais — pois que elas se limitaram ao peso — dos nossos «portugueses» batidos nos reinados de D. Manuel I e de D. João III, que já descrevemos. Em alguns se destaca, também, a Cruz da Ordem de Cristo, como se verá. Desde 1560, de resto, que em Hamburgo se cunhavam moedas semelhantes — os «portugalöser» — com o peso equivalente a 10 ducados de ouro.

Os primeiros «portugalosere», dinamarqueses foram os que em 1584 o rei Frederico II mandou fazer, incluídos numa série de sete tipos diferentes de moedas de ouro, em uma nova máquina de cunhar instalada no parque do seu castelo de Frederiksborg os quais ofereceu como presente à sua esposa bem amada, a rainha Sofia. No anverso levavam o nome e título do soberano e uma coroa sobre o monograma «F & S», que pode interpretar-se como «Frederico Segundo» ou, mais românticamente, «Frederico e Sofia», ou ainda, alvitram outros, «Paz e Sabedoria». (*) No reverso tinham a legenda do rei e o nome da moeda (V. fig. 1).

Foram os seguintes os nomes das moedas de ouro então cunhadas: PORTVGLESER, ROSENNOWEL, DVPELT DVCATEN, ENGELOTTEN, VNGRICH GVLDEN, CRONE GOLLT e GOLD GVLDEN. O gravador dos cunhos foi Christopher Angerer, de Königsberg.

O «PORTVGLESER» equivalia, em ouro, a 10 $\frac{1}{8}$ ducados e pesava 35,20 gramas, ou seja um pouco menos do que a maioria dos nossos «portugueses», aos quais se assemelhava apenas quanto ao peso. Foram cunhadas só duas séries que ficaram sendo, como dissemos, propriedade da rainha Sofia. Uma delas foi incluída na importância que enviou a seu filho Cristiano IV quando, em 1628, este teve necessidade de dinheiro durante a

(*) Ao nosso ilustre confrade Ex.^{mo} sr. Eduard Marius van der Niepoort ficamos devendo, entre outras gentilezas, a decifração do enigmático «F & S» interpretado como «Paz e Sabedoria», que obteve da forma seguinte: Fridericus (em alemão: Der Friedensreiche), por abreviatura «Fried» (PAZ); «Sophia» (em grego «SABEDORIA»). Donde «Fred og Sophia» — PAZ E SABEDORIA.

Guerra do Imperador, conservando unicamente em seu poder uma peça — o ENGELOT — como recordação do marido. Contudo esta série não acabou no cadinho do fundidor, por haver sido integrada no Tesouro Público, donde passou, em 1652, para o «Gabinete das Curiosidades» do rei Frederico III.

Entre 1591 e 1593 a mesma rainha Sofia, tomando como modelo os «portugalöser» de Hamburgo, mandou cunhar moedas idênticas, mas com intuitos especulativos. Assim, interessada, como defensora do rei-eleito Carlos IV, nos ducados de Schleswig e Holstein, fundou uma Casa da Moeda na cidade de Haderslev, entregando a sua administração a um grupo de cidadãos hamburgueses e a Intendentes de baixa reputação. Estes indivíduos procederam à cunhagem de uma série de moedas de ouro com a legenda «NACH PORT VGAL SCHRO», abreviatura da existente nos «portugaleses» de Hamburgo, nos quais se lia «NACH · PORTVGALIS · SCHROT · VND · KORN». (Conforme a justa liga e o toque da moeda de Portugal). Não se limitaram, porém, a cunhar «portugalosere», mas duplos, meios e quartos daquela moeda. O «Rigsrad» (Câmara alta dinamarquesa) protestou contra tais cunhagens, não só pelos seus incorrectos dizeres e pelo braço que ostentavam, mas principalmente por terem um peso inferior ao devido. Com efeito, tendo um valor legal de 17 «thalers», na realidade ele não excedia 15 «thalers» e 9 «groschen». O que ainda causou maior indignação foi, por certo, o facto de os referidos Intendentes se locupletarem com o ouro, visto que os «portugalosere» por eles mandados cunhar não deveriam ter menos valor do que os «portugalöser» de Hamburgo, contrariamente ao que se verificava.

Posteriormente, quer na Dinamarca, quer naquela cidade hanseática, passaram a chamar-se, duma forma geral, «portugaleses» (no idioma respectivo) as moedas de ouro que, independentemente do seu cunho, pesavam 10 ducados. Assim, na Dinamarca, foram cunhados «portugalosere» no reinado de Cristiano IV, de 1603 a 1607, e no de Frederico III, de 1653 a 1668. Este «portugalöser» de Frederico III foi uma réplica em ouro do «speciedaler» do mesmo monarca, de 1649, sendo o datado de 1659 conhecido pela designação de «coroa Ebenezer», derivada talvez da palavra hebraica «ebenezer», que significa «pedra do auxílio», tendo em vista a vantagem que da sua cunhagem advinha para o real erário. Por sua vez da palavra «daler» derivou, mais tarde, o «dollar» americano.

Também para solenizar a assinatura da paz de Lübeck foram cunhados «portugalosere», em 1629, mas apenas se conhece o seu $\frac{1}{4}$ de «portugaloser», de que igualmente há exemplares de prata.

Damos, a seguir, uma rápida descrição dos «portugalosere» existentes no Gabinete Numismático do Museu Nacional de Copenhague, a cujo Director Dr. Georg Galster devemos a cativante gentileza das respectivas fotografias e ainda valiosos esclarecimentos sobre essas moedas, pelo que lhe apresentamos aqui os nossos melhores agradecimentos.

Portugaloser de 1584 (Fig. 1).

Anverso — Na orla, entre dois circuitos tracejados:

* FRIDERICVS.Z:D.G.DANI:NOR:SLA:GOTO:Q:REX

Sob uma coroa aberta as letras F e S entrelaçadas.

Reverso — Na orla, entre um circuito granulado e outro tracejado:

* MEIN * HOFFNVNG ** ZV * GOTT ** ALLEIN

Cruz floreada entre duas rosetas. Por baixo, em 3 linhas:

* PORTVG* /* LESER* /* 1 * 5 * 8 * 4 *

Por baixo, remate floreado.

Módulo 39 mm; peso 35,20 gr. Ouro.

Portugaloser de 1591 (Fig. 2).

Anverso — Em duas legendas concêntricas, a primeira das quais entre um circuito tracejado e outro granulado:

Na primeira: ⚔ CHRISTIA : IIII : D : G . DANI : NOR .
GOT : WAN REX : ELE

Na segunda: Entre os braços da Cruz da Ordem de Cristo, com um ponto no centro:

NACH PORT VGAL SCHRO

Unindo os braços da Cruz um círculo perlado e outro interior acairelado.



Fig. 1 — Portugaloser de 1584



Fig. 2 — Portugaloser de 1951



Fig. 3 — $\frac{1}{4}$ Portugaloser de 1629

Reverso — Na orla, entre um circuito tracejado e outro granulado:

DVX · SLES · HOL · STO · E · DIT · CO · OL · E · DEL

Sob a coroa ducal um grande escudo com 13 espécies diversas de figuras heráldicas.

Mótulo 41 mm; peso 35 gr. Ouro.

¼ de portugloser de 1629 (Fig. 3).

Anverso — Na orla, entre um circuito de fusos (?) e outro de grânulos:

CHRISTIANUS · IIII · D · G · DANINO · V · G · REX · 16Z9

Ao centro a Cruz da Ordem de Cristo (variante espatulada).

Reverso — Na orla, entre um circuito granulado e outro com pérolas e traços (—..—.):

SICUT IN COELO ET IN TER FIAT VOLUNTAS

(Assim seja feita a (tua) vontade na terra como no céu).

Um grande coração, ao centro, coroado sob os raios do Sol partindo da palavra JEHOVA (em caracteres hebraicos). Interrompida pela ponta do coração a legenda:

DI/RIGE MEUM (Legenda figurada que se pode traduzir: «Deus guie o meu coração coroado»).

Módulo 28 mm; peso 8,79 gr. Ouro.

Portugloser de 1659 (coroa Ebenezer de Frederico III).

Anverso — Na orla, cercada por circuito tracejado, a legenda:

DOMINUS PROUIDEBIT 1659

Sob uma coroa fechada um F e um 3 entrelaçados. Fina cercadura de espigas. Em semicírculo interrompido.

EBEN EZER

Reverso — Na orla, com interrupções

* SOLI * DEO * GLORIA *

Sob uma coroa fechada um braço armado com um gládio, emergindo das nuvens, decepa uma mão, pelo pulso. Fina cercadura de espigas interrompida pelas nuvens e pelo gládio. Por baixo da coroa a palavra ILFEE (auxílio?)

Módulo 41/42 mm. Peso?. Ouro.

Dando aqui por finda esta Nótula sobre os «*Portugalosere*» dinamarqueses, aproveitamos a oportunidade para descrever um outro «portugalês» que apenas vimos decalcado no manuscrito intitulado «*Apontamentos sobre as moedas portuguesas*», de César Famin, que foi Cônsul da França em Lisboa, e que se encontra na Biblioteca Nacional.

Trata-se do

Portugaise de Livonie (sic no manuscrito)

Anverso — Na orla

MAGRI · LIVONI · MONE · NOVA

Com os NN voltados.

Cavaleiro, com armadura ligeira, sem elmo, com farto bigode e barba comprida. Sobre o peito a Cruz da Ordem de Malta. Montante na dextra, com a ponta para cima e um escudo esquartelado, apoiado na perna esquerda e com a ponta no chão. Do lado direito da figura uma pequena cruz e do oposto um anelete.

Reverso — Na orla

POPVLV · TW · Z5 S · MARIA · 9 · SERVIK

A Virgem coroada, com o Menino ao colo e os pés sobre a Lua. O todo destacando-se de um fundo de raios dardejantes. Circuito perlado.

Módulo 38 mm. Peso?. Ouro.

REFLEXÕES A RESPEITO DA CLASSIFICAÇÃO DE DUAS DAS MAIS ANTIGAS MOEDAS INDO-PORTUGUESAS

POR DAMIÃO PERES

Quando há uns bons trinta e cinco anos, elaborei e publiquei uma lista descritiva das moedas indo-portuguesas então existentes no Museu Municipal do Porto, hoje integradas no também portuense Museu Nacional Soares dos Reis ⁽¹⁾, classifiquei como *meio-bazaruco* (Fig. 1), mas dubitativamente, apondo-lhe interrogação (?), uma moeda de cobre com o peso de 5,13 gramas. Escrevi ali então, explicando essa decisão, e após ter feito uma resenha dos cálculos referentes à possível identificação do peso do *bazaruco*, o seguinte: «Todos os cálculos, todos os elementos de apreciação, levam, pois, a concluir que o *leal* ou *bazaruco*, de cobre, do tempo de D. Manuel pesava cerca de 15 gramas; ora o exemplar de que nos ocupamos pesa apenas 5,13 gramas, o que nos leva a crer, salvo melhor opinião, que se trata de um tipo desconhecido dos cronistas, talvez o *meio-bazaruco*, visto não ser admissível, por tratar-se de uma moeda de cobre, a hipótese de cerceio, que, em tais proporções teria de ser voluntária».

Este caso voltou a ser tratado em 1943 pelo eng.º Raul Couvreur, quando se ocupou em especial de uma das espécies monetárias indo-portuguesas, o *bazaruco* ⁽²⁾. Então este insigne numismata, considerando que o peso da referida moeda correspondia a um terço do *bazaruco* ou *leal*, entendeu dever aquela classificação ser substituída pela de *dinheiro*, justificando assim essa substituição: «Como... Brás de Albuquerque, nos *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, diz que o *dinheiro* ou *cepaica* era a terça parte do *leal* aventamos a hipótese de que o exemplar seja uma moeda desta última designação».

Como se vê desta transcrição, o sr. engenheiro Raul Couvreur entendia serem nomes da mesma moeda os vocábulos *dinheiro* e *cepaica*.

Igual sinonímia, mas referentemente a outra moeda, estabelecera em 1880 o mestre da numismática portuguesa, Teixeira de Aragão, classificando como *dinheiro* ou *cepaica* (Fig. 2), a moeda n.º 3 das de Afonso de Albuquerque ⁽³⁾, moeda cujo peso é 2,85 gramas.

Eu mesmo, seguindo a mesma doutrina, na senda de tão ilustre numis-

(1) *Catálogo das moedas indo-portuguesas do Museu Municipal do Porto*; Porto, 1924.

(2) *Numismática indo-portuguesa, Bazarucos*; separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 61.ª série, 1943.

(3) *Descrição geral das moedas de Portugal*, vol. 3.º, pág. 113.

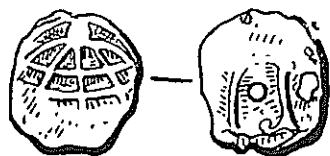


Fig. 1

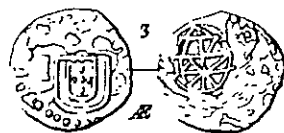


Fig. 2

mata, classifiquei, em 1924, como *cepaica* ou *dinheiro* uma moeda igual àquela, com o peso de 2,95 gramas, existente na colecção portuense ⁽¹⁾.

Revedo recentemente o problema de tais classificações, cheguei, porém, à conclusão de que essa persistente sinonímia se acha errada.

Com efeito, já de si seria altamente singular que moedas do mesmo metal, mas com pesos tão diferentes, pois o de uma é metade do da outra, pudessem ser de um mesmo valor. Mas esta perplexidade se desvanece quando devidamente se recorre às fontes quinhentistas onde são indicados os sistemas monetários indo-portugueses instituídos por Afonso de Albuquerque. Assim, em primeiro lugar, Brás de Albuquerque, contra o que escreveu o sr. eng.º Raul Couvreur, não aponta a *cepaica* como sinónimo de *dinheiro*, pois nem àquela alude, dizendo apenas, textualmente, que Afonso de Albuquerque «à moeda de cobre pôs nome *leaes*, e à outra mais pequena, que valiam três um *leal*, pôs nome *dinheiro* ⁽²⁾, sem apor a esta denominação a de *cepaicas*. Por seu lado Gaspar Correia, historiador dos feitos portugueses no Oriente, informa que Afonso de Albuquerque «de cada bazaruco fez quatro moedas a que chamavam *cepaica*» ⁽³⁾, mas não menciona a denominação de *dinheiro*.

Em nenhum dos aludidos textos aparecem portanto, como sinónimos, os termos *cepaica* e *dinheiro*; antes, pelo contrário, se dá cada uma dessas denominações a uma de duas moedas diferentes na correlação com o *leal* ou *bazaruco*: a de *cepaica* ao quarto desta unidade monetária, e a de *dinheiro* ao terço, afirmações surpreendentemente correspondentes aos pesos das citadas moedas existentes, uma da série com o peso médio de 2,90 gramas, e outras da série com o peso médio de 5,64 gramas. Tais pesos médios correspondem, de facto, a cerca da quarta parte do *bazaruco*, o primeiro, e a cerca da terça parte o segundo.

É fora de dúvida que, talvez em datas diferentes, Afonso de Albuquerque fez emitir duas espécies de moedas divisionárias do *bazaruco* ou *leal*: o quarto de *leal*, *cepaica*, e o terço de *leal*, *dinheiro*. Seria realmente absurdo que moedas tão diferentes em peso corressem simultaneamente por igual valor, sem que logo se verificasse o inconveniente, e bem conhecido sucesso, de que a menos pesada expulsasse do curso monetário a que mais o era.

⁽¹⁾ *Catálogo cit.*, pág. 11.

⁽²⁾ *Comentários, cit.*, parte 2.ª, cap. 25.

⁽³⁾ *Lendas da Índia*, parte 2.ª.

ACHADOS NUMISMÁTICOS

O «TESOURO» ENCONTRADO EM MONCARAPACHO — ALGARVE

POR JOSÉ TOMÁS DA GRAÇA

Na «Carta Arqueológica do Algarve» se encontra Moncarapacho, considerada sede duma civilização posterior — a civilização neolítica — pois nos seus arredores e pròpriamente na localidade, se têm encontrado machados e mais instrumentos de pedra, que foram usados por essas civilizações.

Em 1861 e 1875, muitas sepulturas quase quadradas foram achadas numa fazenda de José Catarino e numa propriedade de António Palermo. Também na Rua dos Parreirões, se fizeram vários achados.

É ainda Estácio da Veiga que diz: «também aquela gente se lembra de ter visto machados de cobre e que pelos estudos efectuados na época, chegou à conclusão que na freguesia de Moncarapacho, ouve civilização paleolítica, neolítica e a do período dos metais, cujos vestígios se encontram em várias cavernas do Algarve e nomeadamente nas cavernas de Moncarapacho, as quais seriam encontradas se fossem bem procuradas».

Assim Moncarapacho, tem os seus pergaminhos de verdadeira arqueologia, o que muito é de considerar.

A sua origem é bastante antiga, pois que em 1471, se separou da freguesia de S. Tiago de Tavira.

Tem uma série de ermidas que demonstra o seu grau de importância religiosa e de culto; eis os seus nomes: Santo Cristo, Pé da Cruz, Misericórdia, Terceiros de S. Francisco, S. Miguel, S. Sebastião do Bitoito, Senhora do Carmo e Capela da Assunção.

Pois foi nesta Moncarapacho tradicionalista, que fica a 9 quilómetros da sede do seu concelho (Olhão), que se achou o «tesouro» que mais adiante menciono e que em seu valor intrínseco, — três quilos e quinhentas grammas de ouro — variedade de datas nas dobras de 4 escudos, é dos maiores que se

têm descoberto em Portugal, calculando-se o seu valor monetário em cerca de 200 mil escudos.

A sua quantidade, 251 peças abrange os reinados de D. João V, D. José I, D. Maria I e D. Pedro III, D. Maria I, D. João, Príncipe Regente e D. João VI.

Passamos a relatar os factos: a Câmara Municipal de Olhão, comprou para demolição, um prédio em Moncarapacho na Rua Major João Xavier Castanheda, para edificar a sede da Junta de Freguesia e outras repartições.

A casa expropriada era de aspecto antiquado, porém, nada fazia prever o que ali se podesse encontrar.

Em tempos distantes, habitou a dita casa a Família Palermo, — coincidência bastante curiosa — cuja situação financeira era muito boa, e também o Padre Manuel Graça. Nas últimas décadas, viveu lá também uma senhora costureira que era bastante pobre e depois de deixar de ser inquilina do prédio, começou a fazer uma vida muito regular, adquirindo até umas pequenas propriedades, passando depois a viver numa situação económica satisfatória. Assim, constou que esta senhora tivera descoberto qualquer pequeno tesouro na casa e que aos poucos fosse realizando capitais suficientes para as suas necessidades e compras.

Quando o operário João António Edmundo, abatia uma das paredes mestras que condizia com a parte furada onde a tranca da porta se movimentava, notou a entrada rápida da picareta, e qual não foi o seu espanto, quando verificou a saída em catadupa do filão de ouro; gritou, e foi então quando o empreiteiro tomou conhecimento do facto, isto depois do operário ter guardado algumas moedas nas algibeiras, tendo o empreiteiro arrecadado as restantes, numa boina «vasca».

A Guarda Nacional Republicana, tomou conhecimento do facto, começando as inquirições e pesquisas, detendo as pessoas que se relacionavam com o achado, para assim poder apurar tudo quanto era de interesse.

No início sômente apareceram 105 peças, e só mais tarde pelas diligências efectuadas é que o quantitativo subiu a 251 peças...

Depois de todas as moedas darem entrada no cofre da Câmara Municipal de Olhão, avistei-me com o sr. Presidente Lourenço Baptista Lopes de Mendonça, o qual me informou que a totalidade do achado seria vendido pela Câmara, por meio de hasta pública ou em leilão por carta fechada, não tendo porém ainda tomado resoluções quanto à fórmula a seguir.

No entanto, tenho conhecimento que um grupo de indivíduos dedicados à arqueologia e numismática, vão enviar à Câmara Municipal de Olhão, um pedido no sentido de ficar em poder da Câmara todas as moedas que sejam de datas diferentes, para assim se iniciar uma secção de numismática, no

futuro Museu Municipal. Sendo assim, o sobejante é de 174 peças, estando a maioria delas à flor do cunho, especialmente as de D. Maria e D. João VI.

O recipiente onde os numismas se encontravam, era um «mealheiro» em barro vulgar, no feitio duma garrafa com fundo liso e em lugar do bocal tinha uma ranhura onde as moedas eram deitadas para dentro. A sua capacidade regulava pouco mais ou menos por 1 litro; pena é que não fosse possível conseguir reunir todos os bocados dispersos...

Classificação e datas das dobras de 4 escudos — Peças:

D. João V

1745 B	1 exemplar	1749 R	1 exemplar
1747 R	2 »	1750 R	2 »
1748 R	1 »		

D. José I

1753 B	1 »	1770	1 »
1758 R	1 »	1770 R	3 »
1759 ?	1 »	1771 R	3 »
1759 R	2 »	1771 B	1 »
1760 R	3 »	1772	1 »
1761 R	1 »	1772 R	3 »
1762 R	2 »	1773 R	2 »
1765 R	1 »	1774 R	2 »
1766	1 »	1774	1 »
1766 R	2 »	1775	2 »
1767 R	1 »	1775 R	4 »
1768	1 »	1776 B	6 »
1768 R	1 »	1777 R	1 »

D. Maria I e D. Pedro III

1778	1 »	1782 R	4 »
1778 R	3 »	1783	1 »
1779 R	5 »	1783 R	5 »
1780	1 »	1784 R	4 »
1780 R	2 »	1785	1 »
1780 B	1 »	1786 R	5 »
1781 R	2 »		

D. Maria I

1787	1 exemplar	1796	1 exemplar
1787 R	6 »	1796 R	10 »
1788 R	8 »	1797 R	6 »
1789 R	9 »	1798 R	10 »
1790 R	8 »	1799	10 »
1791 R	8 »	1799 B	1 »
1791	1 »	1799 R	1 »
1792 R	11 »	1800 R	6 »
1792	3 »	1801 R	8 »
1793 R	3 »	1802 R	4 »
1793	3 »	1803 R	4 »
1794 R	5 »	1804 R	2 »
1795 R	8 »	1805 R	2 »

D. João Regente

1805	4 »	1808 R	2 »
1806	1 »	1808	1 »
1807	1 »	1810 R	1 »

D. João VI

1822	12 »
------	------

Data do achado, 5 de Agosto de 1959.

Olhão, 23 de Agosto de 1959.



PESO DAS MOEDAS

POR AGOSTINHO FERREIRA GAMBETTA

Chamaremos peso ao valor da quantidade de massa, como se usa correntemente e também em numismática; igualmente designaremos por pesar o acto de comparar a massa duma moeda com as massas marcadas nos padrões, isto é, peso significa: peso relativo ou massa.

Sempre que pesamos uma moeda, encontramos um valor diferente daquele que a lei lhe atribuiu; mesmo que se considere a tolerância ou antes o intervalo [+ tolerância – tolerância], o valor encontrado raras vezes cai dentro dele.

A probabilidade de encontrar o peso legal é realmente muito pequena e tendo nós colhido 5.000 moedas à boca do cofre, logo nos primeiros dias de circulação, ao pesá-las uma a uma, nem uma só vez encontrámos o peso legal, a menos de um centígrama. Estabelecendo o intervalo acima referido, o número de exemplares que caiu dentro foi apenas de 121 (2 %).

Porque realmente não é possível dar a todas as moedas duma emissão, o mesmo peso, como pretendiam os antigos, têm sido estabelecidas tolerâncias legais; mesmo assim e desde sempre, as técnicas de fabrico mais aperfeiçoadas não permitem produzir dentro das tolerâncias. Tal se observou em todos os tempos e lugares; ainda se verifica hoje.

As moedas clássicas portuguesas eram calculadas à base do chamado marco português (igual ao de Colónia), com 4608 grãos, também portugueses. Não se sabe porém com precisão, qual era o peso do marco; conhecem-se no entanto as relações seguintes dos seus múltiplos e submúltiplos:

Escrópulo	$\frac{1}{3}$ de oitava	24 grãos
Oitava	$\frac{1}{8}$ de onça	72 »
Onça	$\frac{1}{8}$ de marco	576 »
Quarta	$\frac{1}{4}$ de arrâtel	2.304 »
Marco		4.608 »
Arrâtel (ou libra)	2 marcos	9.216 »
Arroba	32 arrâteis	294.912 »

O cobre para amoedar, era geralmente referido em arrobas.

A tonelada tinha $13\frac{1}{2}$ quintais e o quintal 4 arrobas. Há ainda libras de 6.912 grãos (média do marco e do arrátel) que foram mais usadas em farmácia que nas moedas.

Falam alguns livros de outras medidas relacionadas com estas, como o quilate de $\frac{2}{5}$ de grão, 4 grãos, 24 grãos, 28,8 grãos e quilate de proporção numa liga, as quais por terem valores muito incertos, dão lugar a confusões e grandes erros. Àquelas mesmas unidades que acima referimos estão sujeitas a dúvidas, pelo que é necessário estar prevenido, fazendo as necessárias verificações, para não cair em erros graves, como tem sucedido a eminentes numismatas.

Efectivamente, há onças de $\frac{1}{16}$ de arrátel ou libra e onças de $\frac{1}{12}$ de libra ou libra das boticas, umas com 28,7 gramas, outras com 29 gramas e outras com pesos consideravelmente diferentes. Há libras com 344 gramas, libras de 454 gramas, libras de 459 gramas e outras. Temos marcos desde 229,5 a 245,9 gramas e ainda outros.

Todos os padrões de pesos antigos, quando comparados com o grama-massa, conduzem a valores incertos das equivalências, dado que cada padrão dá um valor. Diz o dr. Batalha Reis na sua «Cartilha», a pág. 320 do I volume que o marco de Colónia tem 233,76 gramas; diz mais adiante que o dr. Teixeira de Aragão lhe atribuiu 233,769 gramas; temos aqui já uma incerteza de 1 centígrama. Logo a seguir, diz que pesagens cuidadosas conduziram a 229,5 gramas e que o eng.º Couvreur pugna por 230 gramas, ficando assim a incerteza elevada para $233,769 - 229,5 = 4,269$ gramas $\pm 2\%$.

O eng.º Ferraro Vaz adoptou para o marco 229,5 gramas (Catálogo, pág. 7) e José Maria Folgosa se não estou em erro, adoptou o valor de 230 gramas.

Suponhamos que temos uma boa colecção de marcos-padrões, a pesar; cada um dará o seu valor; uns terão maior desgaste que outros, uns estarão mais oxidados e mesmo quando novos, certamente teriam diferenças consideráveis.

Temos na nossa colecção uma caixa de pesos monetários do ano de 1772, do fabricante João Pedro Aeckersberg, aferida pela autoridade, contendo pistolas de 6,57 — 6,68 — 6,75 — 6,76 gramas, outras de 9,0 gramas, severinos de 10,86 e 11,00 gramas, maximilianos de ouro com 6,43 — 6,44 e 6,48 gramas e ducados com 3,45 e 3,47 gramas. Não há suspeita de desgaste e as diferenças de grau de oxidação são pequenas.

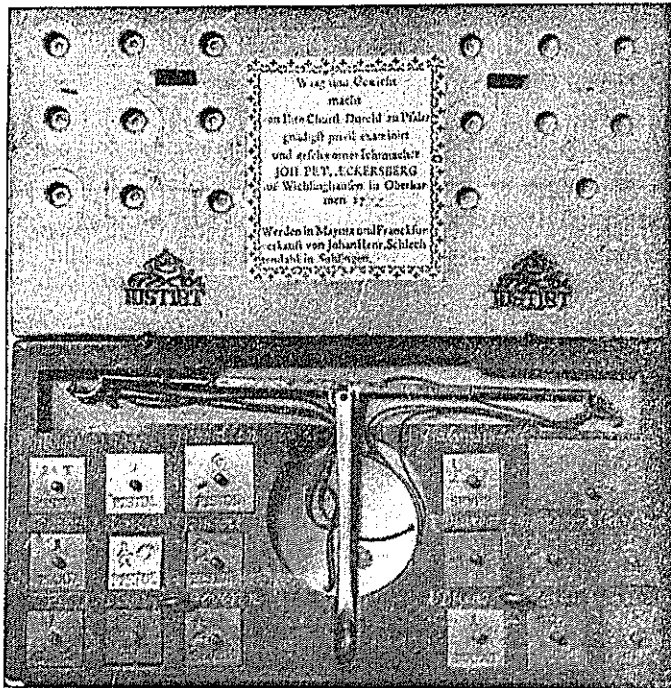
A nossa tese é pois a da impossibilidade de conhecer o valor exacto duma unidade, seja o peso dum grão ou melhor, o peso exacto de um marco de 4.608 grãos, para poder obter com rigor o peso do grão. Porém há que

adoptar um número e como e peso de 229,5 gramas para o marco, resultou duma série de pesagens e aquele número tem sido utilizado por muitos numismatas portugueses, alguns dos quais mestres, deve sem relutância adoptar-se como universal, para o marco português (ou de Colónia).

Podemos assim formar a tabela:

Grão	0,049805 gramas	
Escrúpulo	1,1953	»
Oitava	3,586	»
Onça	28,688	»
Quarta	114,75	»
Marco	229,5	»
Arrátel (ou libra)	459,0	»
Arroba	14,69 quilogramas	

Tais números podem ser usados nas conversões, sem dúvida, visto que as moedas nunca carecem de maior precisão, já porque o seu fabrico não



Caixa de pesos monetários do ano de 1772 do fabricante João Pedro Aeckersberg

permite um rigor da ordem das tolerâncias legais, já porque tratando-se de moedas antigas, foram elas mal fabricadas, muitas vezes cerceadas, etc.

Efectivamente, até nas moedas modernas, cujas tolerâncias vão de 3 a 7 ‰, sendo a sua fabricação mecânica, cuidada e aferida, se verificam grandes desvios. Temos presentes os seguintes exemplares da série de 5.000 peças que pesamos nos anos de 1954 e 1955 ⁽¹⁾:

Vinte escudos de 1953-54: um exemplar com 21,35 gramas e
 outro com 20,71 » ;
 diferença 0,64 » ou
 $30 ‰ = 6 \times \text{tolerância}$; o peso legal é de $21,5 \pm 5 ‰ = < \frac{21,105}{20,895}$, estando
 pois os dois exemplares referidos, fora do intervalo.

Dez escudos de 1954: um exemplar com 12,88 gramas e
 outro com 12,27 » ;
 diferença 0,61 » ou
 $50 ‰ = 10 \times \text{tolerância}$; o peso legal é de $12,5 \pm 5 ‰ = < \frac{12,5625}{12,4375}$, estando
 também ambos os exemplares fora da tolerância.

Dez escudos de 1955: um exemplar com 12,73 gramas e
 outro com 12,32 » ;
 diferença 0,41 » ou
 $33 ‰ = 7 \times \text{tolerância}$; o peso legal era ainda de $< \frac{12,5625}{12,4375}$, verificando-se
 assim a ilegalidade de todos os exemplares apresentados, devendo obser-
 var-se que realmente estão novos e foram colhidos à boca do cofre, nos
 primeiros dias de circulação de cada espécie. De entre os 5.000 exemplares
 pesados como acima se disse, raros foram os que estavam dentro da tolerância,
 pelo que as emissões de 10 e 20 escudos de 1954 e 1955 são quase totalmente
 ilegais. Quem se der ao trabalho de pesar outras emissões, verificará factos
 análogos.



*

Vamo-nos deter sobre a caixa de pesos antes citada. É de madeira e composta além da balança de ferro, bronze e cordel, 16 pesos de bronze com pequenas diferenças no grau de oxidação, isto é, haverá pesos de duas épocas

⁽¹⁾ Íamos diàriamente ao Banco de Portugal trocar uns contos de réis; feitas as pesagens, lançávamos as moedas na circulação; refeitas as notas, voltávamos ao Banco e assim sucessivamente, nos anos de 1954 e 1955. A moeda de 20 escudos, embora datada de 1953, só foi decretada e posta a circular em 1954.

pouco espaçadas. Todos os pesos, menos um, têm pegas e o feitio é o de tronco de pirâmide quadrangular, base menor em baixo e base maior em cima, com as marcas de valor ou nome e pega. A caixa refere: uma pistola, duas pistolas, quatro pistolas, uma pistola pequena, meia pistola pequena, meia pistola, um gúldene de ouro, um severino e meio severino, todos à esquerda; à direita: uma pistola italiana, um maximiliano de ouro, meio maximiliano de ouro, um carlino, um ducado, meio ducado e meio carlino.

Alguns pesos acertam com a referência inscrita na caixa, outros não. São eles:

4 pistolas	27,00	gramas
2 pistolas	13,52	»
1 T pistola	6,57	»
½ pistola	3,34	»
½ * pistola	4,51	»
½ * pistola (s/ pega)	4,51	»
½ severino	5,43	»
½ severino 	5,50	»
1 gúldene de ouro	3,24	»
½ imperial	6,54	»
1 maximiliano de ouro	6,44	»
1 maximiliano de ouro	6,43	»
½ maximiliano de ouro	3,24	»
1 carlino	9,68	»
2 ducados	6,93	»
1 ducado 	3,45	»

O rótulo em alemão antigo, pode traduzir-se:

«Balança e pesos fabricados pelo industrial de balanças João Pedro Aeckersberg, aferidor diplomado, autorizado e jurado de Sua Alteza Sereníssima o Eleitor Palatino, e residente em Wichlinghausen, na região de Oberbarmen, ano de 1772. Estão à venda em Mogúncia e Francforte em casa de João Henrique Schlechtendahl, de Solingene».

Dos dois lados do rótulo, abaixo, marcados a fogo, estão dois carimbos com a palavra IUSTIRT, sob um ornamento coroado. Esta palavra significa ajustado, aferido.

Segundo alguns, trata-se duma colecção de pesos correntes na Alemanha Meridional, nos fins do século XVIII. Segundo outros, é uma balança de

«cambador» (cambador ou cambista) com os respectivos pesos para conversão das moedas de diversos países e épocas. Parece-nos que se trata realmente de pesos monetários e em reforço do parecer, temos uma referência bibliográfica de uma caixa de pesos análoga:

«FINE OLD COIN SCALES, SELDOM
OFFERED COMPLETE WITH 16 WEIGHTS

935 — Made in Germany by J. P. Aeckersberg in Wichlinghausen Ober Bayern (aliás Barmen) anno 1762 complete with 16 weights. Very fine.

In: Hans M. F. Schulman — June 21st — 22nd, 1957, Public Auction, pg. 32 — Lote n.º 935».

A pistola foi moeda de ouro, comum a diversos países da Europa, como a Espanha, Itália, Suíça, Germânia e França. Ela é originária de Espanha com o valor de $\frac{1}{4}$ de dobrão. Em França, por exemplo, usou-se o termo para designar o escudo espanhol do tipo do de Joana a Doida e seu filho Carlos V. O nome foi aplicado pelos cambistas, generalizado a todas as moedas de título e peso análogo. Na Renascença porém, já era pouco empregado o termo para designar moeda real, tendo passado a designar moeda de conta, igual a 10 libras. Ainda hoje se usa no Sul da França a pistola valendo 10 libras. Na Alemanha uma pistola valia 5 taleres e na Itália uma dobra.

O ducado era uma moeda, como a pistola, variável com o tempo e o país, quer de ouro, quer de prata. O ducado de ouro valia 5 taleres de prata. Equivalia ao cruzado português do toque de $23\frac{3}{4}$ quilates e peso de $71\frac{1}{4}$ grãos ou 3,55 gramas.

O carlino foi uma moeda antiga italiana, de ouro e corria por toda a Europa.

O ducado imperial era uma moeda de ouro, do império austro-húngaro e sendo de peso próximo do da pistola, também era designado por este nome.

O gúldene de ouro (Gold Gulden ou G. G.) equivalia sensivelmente a meia pistola pequena e era também designado por florim.

Temos referências alemãs dum carlino de ouro, de 1729, com 9,9 gramas, enquanto o nosso peso tem apenas 9,68; ducados de ouro de 1507 a 1871 com pesos aproximados da média de 3,42 gramas, próxima dos nossos pesos portanto: 3,45 a 3,47; um gúldene (G. G.) de 1683 pesou 2,75 gramas que embora não mostrasse cerceio, se afasta bastante do nosso peso de 3,24; diversos portuguêsoseres de 1668 a 1801, andavam por 34,78 gramas e valendo cada um 10 ducados, teríamos o ducado com 3,48 gramas, também próximo de 3,45 a 3,47 dos pesos da caixa. Isto quanto à Alemanha.

Para a Áustria-Hungria, temos ducados de ouro, de 1521 a 1896 com a média de 3,46 gramas, muito bom peso portanto.

Igualmente para Espanha, de onde há ducados de ouro, de 1474 a 1516, com pesos aproximados da média de 3,49 gramas.

Da Itália existem dobras ou carlinos de ouro, de 1770 a 1776, com pesos de 9,13 gramas, consideravelmente inferiores ao nosso padrão de 9,68, embora sem cerceio; sequinos, (ducados) de ouro, de 1683 a 1735, com cerca de 3,46 gramas; escudos ($\frac{1}{2}$ max. de ouro) de 1598 a 1641, com a média de 3,24 gramas (padrão de 3,22 a 3,24) e um cavaloto ou ducado de ouro, com 3,40 gramas.

Nos Países Baixos apareceram ducados de ouro, de 1687, com 3,45 gramas e na Polónia também, de 1621 e 1731, com o mesmo peso de 3,45 gramas.

Quanto a Portugal, devendo o ducado andar legalmente por 3,55 gramas, aparecem cruzados de ouro (ou ducados), de 1598 a 1640 com a média de apenas 3,02 gramas, em moedas de boa conservação, embora o título tenha baixado para $22 \frac{1}{8}$ quilates e havendo aqui um desvio muito considerável. Exemplares da nossa colecção, da segunda dinastia porém, já apresentam pesos de 3,47 a 3,50 gramas que pouco diferem do peso legal.

A Suécia tem ducados de ouro, de 1631 a 1690, com 3,48 gramas de peso médio e a Suíça, ducados também de ouro, de 1570 a 1786, com 3,39 gramas apenas; apareceu porém um ducado ou meia pistola de 1776, com 4,35 gramas.

Fica a incógnita arreliadora do « $\frac{1}{2}$ severin» com 5,43 ou 5,50 gramas. Em centos de catálogos não encontramos o severino, bem como em dicionários e enciclopédias. Apenas uma povoação do condado de Agram e outra no de Belovar, ambas na Croácia — Eslavónia tem o nome de Severin.

Será o nosso severino um peso da Alemanha meridional, um peso monetário da Áustria-Hungria, ou trata-se duma adaptação do século XVIII, do vocábulo *sovereign* e portanto aplicável ao soberano inglês dessa época? O distinto professor de alemão que é o dr. Luís Silveira, opta pela confirmação desta última hipótese; faltam-nos porém aqui os necessários elementos numismáticos. Se a caixa de balança e pesos tem dois meios severinos com sinais distintos até e pesos também distintos, a moeda não deveria ser muito rara em 1772, tanto mais que a caixa refere também «1 severin» e « $\frac{1}{2}$ severin» (1).

(1) «O *severin* consta dos repositórios também como moeda e creio que a etimologia é a que apontas (*sovereign*)». — Duma carta (com vénia) do dr. Silveira.

*

É altura de voltar às nossas queridas moedas de Portugal e tratar dos seus pesos. A digressão pelas estrangeiras não teve outro objectivo que escudar a tese e generalizá-la.

Não iremos por exemplo ao caso dos ceitis que é caso especial; trazemos entre mãos um trabalho sobre aqueles, de outro género embora mas no mesmo estilo, um tanto dissolvente. Tratando dos ceitis, o tema é de desenhos de torres e escudos, estudo das legendas e pouco mais, não estudando os pesos.

Apresentamos a estatística dos pesos dos exemplares de dinheiros da nossa colecção, fora os de D. Fernando que se chamarão no final, apenas como um exemplo. As moedas fernandinas merecem sempre um capítulo especial.

D. Afonso I	B. R. 4	J. E. P.	—	0,54	— 16	
D. Sancho I	A. 3		5	0,61	— 9	
	Var.		5	0,56	— 14	
	3		5 A	0,69	— 1	
D. Sancho II	A. 1	J. E. P.	11	0,59	— 11	
	3		13	0,43	— 27	
	3		Var.	0,63	— 7	
	3		13 A	0,63	— 7	
	3		13 D	0,54	— 16	
	Var.		13 D	0,43	5.65 gramas	— 27
	3		Var.	0,41	— 29	
	3		14	0,75	+ 5	
	4		17	0,66	— 4	
	—		22	0,66	— 4	
	?		20	0,43	— 27	
D. Afonso III	1		25	0,59	— 11	
	2		26	0,70	0	
	2		26?	0,77	+ 7	
	2		26 A	0,71	+ 1	
	Var.		Var.	0,84	6.52 gramas	+ 14
	Var.		26 A	1,00	+ 30	
	3		27	0,73	+ 3	
	Var.		27	0,65	— 5	
	3		Var.	0,51	— 19	

D. Afonso III	Var.	Var. 0,74	+ 4
	Var.	Var. 0,81	+ 11
	3	27 A 0,91	+ 21
	Var.	27 A 0,73	+ 3
	3	Var. 0,47	— 23
	Var.	Var. 0,74 <u>7.29</u> gramas	+ 4
	Var.	Var. 0,87	+ 17
	4	28 0,83	+ 13
	4	Var. 0,49	— 21
	Var.	28 1,04	+ 34
	4	28 0,42	— 28
	4	Var. 0,80	+ 10
	4	28 A 0,66	— 4
	Var.	28 A 0,85	+ 15
	4	Var. 0,57	— 13
	Var.	Var. 0,53 <u>7.06</u> gramas	— 17
	4	Var. 0,82	+ 12
D. Dinis I	1	31 1,03	+ 33
	1	Var. 0,57	— 13
	Var.	31 0,77	+ 7
	Var.	Var. 0,68	— 2
	1	33 0,92	+ 22
	Var.	33 0,69	— 1
	1	Var. 0,47	— 23
	Var.	Var. 0,69	— 1
	1	33 <u>0,72 7.36</u> gramas	+ 2
	1	33 A 0,79	+ 9
	1	Var. 0,94	+ 24
	2	34 0,77	+ 7
	2	Var. 0,60	— 10
	2	35 0,74	+ 4
	Var.	35 0,82	+ 12
	2	Var. 0,64	— 6
	Var.	Var. 0,74	+ 4
	3	37 0,71	+ 1
	3	38? <u>0,71 7.46</u> gramas	+ 1
	3	38 A 0,88	+ 18

D. Dinis I	?	38 C	0,64	—	6
	3	40	0,71	+	1
	3	41	0,80	+	10
	3	43	0,58	—	12
	3	45	0,82	+	12
	?	47	0,73	+	3
	3	50	0,67	—	3
Rei ou Infante	B. R. 13	51	0,97	+	27
D. Dinis I	A. 2	52	0,77	7,57 gramas	+ 7
	Var.	52	0,71	+	1
	—	53	0,69	—	1
	—	53	0,65	—	5
	—	—	0,52	—	18
D. Afonso IV	A. —	J. E. P. —	0,67	—	3
	?	59 A	0,54	—	16
	?	Var.	0,82	+	12
D. Pedro	?	64	0,79	+	9
	?	65	0,66	—	4
	?	65 A	0,83	6,88 gramas	+ 13
	1	66	0,74	+	4
	1	Var.	0,65	—	5
	?	67	0,62	2,01 gramas	— 8
		Total		57,80	

Suponhamos que não houve alteração da lei, que não há cerceios nem falhas, que não há oxidações e que não há distinção entre mealhas e dinheiros. Nestas condições o peso médio de um dinheiro é de $\frac{57,80}{85} = 0,70$ gramas.

Os desvios de cada valor para a média vão assinalados no quadro, última coluna; a soma algébrica dos desvios iguais ou superiores a 0,20 gramas, dá $1,91 - 2,05 = -0,14$ gramas que distribuídos pelas quinze moedas respectivas dão 0,01 gramas por moeda, isto é, um quinto de grão. Não parece portanto lícito aplicar um critério de exclusão de exemplares que dão desvios grandes. A contra-prova é obter a média sem tais valores excepcionais; dá $\frac{47,44}{68} = 0,70$ gramas, o que quer dizer que realmente não se devem considerar de interesse na série: alteração da lei, cerceio ou falhas, oxidações e distinção sensível entre dinheiros e mealhas mas apenas, isso sim de fundamental interesse: deficiência da técnica de fabrico. Nem sequer é nítida a melhoria com o tempo, de D. Afonso I a D. Pedro I. Tomando

médias de 10 em 10 exemplares, obtemos para cada série o peso médio de um dinheiro: 0,57 — 0,65 — 0,73 — 0,71 — 0,74 — 0,75 — 0,76 — 0,69 — 0,67, todos com o peso 10 e o último com o peso 3, pesos estes, de precisão das observações.

De aqui se pode concluir que houve um pequeno aumento de peso com o tempo, isto é, maior desgaste nas mais antigas, um período de estabilização e uma queda no final. O peso legal do tempo de D. Dinis era de 16,46 grãos = 0,82 gramas.

Analisando a relação de J. E. Porto, chegamos à mesma conclusão. Por exemplo, o seu número 5 tem exemplares de 0,5 a 1,1 gramas, isto é, uma variação de $1,1 - 0,5 = 0,6 > 0,5$ gramas ou seja, uma variação superior ao peso vulgar de 0,5 gramas, provavelmente em exemplares da mesma cunhagem. Note-se ainda que há dinheiros sem cerceio, de peso muito inferior a 1,1 gramas, da mesma época e de épocas diferentes; há porém mealhas da mesma época com peso superior a 0,60 gramas (n.º 3 da relação). O mesmo adiante, quanto ao n.º 8: mealhas com 0,5 a 0,6 gramas e portanto o número 9 (como o n.º 8) que tendo 0,5 a 0,8 gramas, não se sabe se é dinheiro ou mealha. Passando para o fim da dinastia, apresenta o catálogo de exemplares desde 0,6 a 0,9 gramas, em todos os tipos, enquanto que a nossa colecção tem exemplares cujo máximo é de 1,16 gramas e o mínimo (não cerceado) é de 0,61 gramas, havendo assim uma variação de $1,16 - 0,61 = 0,55 \approx 0,6$, verificando-se pois a mesma regra.

Relação dos pesos de dinheiros fernandinos da nossa colecção:

0,79	gramas
0,67	»
0,76	»
0,61	»
0,99	»
0,72	»
0,63	»
1,16	»
0,86	»
0,70	»
0,87	»

A soma destes valores dá: 8,76 gramas, pelo que o peso médio de um dos nossos dinheiros do reinado é de $\frac{8,76}{11} = 0,80$ gramas.

Quando D. Afonso IV mudou o soldo de 12 dinheiros em soldo de 9 dinheiros, parece que o peso da única moeda efectiva, o «dinheiro» não variou

mas sim e apenas, o seu valor: um dinheiro novo valia $\frac{12}{9}$, dum antigo, todos com o mesmo peso legal. Já D. Afonso III fizera semelhantemente, elevando os seus dinheiros no valor de $\frac{16}{12}$ sobre os antigos.

Assim desde D. Afonso I, até aos nossos dias, isto é, desde sempre, não obstante a lei que mandava lavrar moeda com o peso sempre igual ⁽¹⁾, não obstante as fabricações modernas sobre chapa galvanoplástica, discos «matematicamente» cortados e aferição final do peso, a moeda foi sempre ilegal porque nunca foi possível respeitar a lei e quando tal facto se dá, a lei é que precisa de ser corrigida, de forma a estabelecer uma tolerância que os homens e as máquinas possam suportar.

Muito gostaríamos de conhecer rectificações, contradições e esclarecimentos relativos a este trabalho.

Vila Cabral, 1959 — Março - 11.



(1) «Descansa aqui na Verdade
Tua Real confiança
Por justo peso, & balança».

NOVAS MEDALHAS

POR ALEXANDRE FERREIRA BARROS

Regressamos novamente a este cantinho para noticiarmos a cunhagem de mais um bom punhado de medalhas portuguesas.

Há uma certa intimidade estética entre o observador e estas pequenas peças de metal. A obra de Arte sintética, no minúsculo disco, penetra-nos mais profundamente o espírito, com os seus voos conceptionais e obriga-nos a adivinhar a intensão, ou a mensagem, que a sua composição contém. No restrito campo utilisável, o gravador consegue, muitas vezes, maravilhas de composição, expressão e perspectiva, que têm de ser observadas minuciosamente com aquela característica curiosa com que se examina uma jóia; na mão, saboreando o prazer de a tocar, investigando cuidadosamente a delicadeza e o encanto da sua gravura.

Agrada-nos sobremaneira a Medalhística e somos de opinião, também, que a indiferença, bastante notável, a que são votadas, em Portugal, injustamente, as medalhas, pode e deve ser combatida chamando a atenção do público para aquelas que vão aparecendo, criando-se um clima de interesse medalhístico, colaborando com os gravadores na divulgação dos seus trabalhos, da sua arte tão íntima, tão familiar, tão de trazer no bolso, mas contudo cheia de dignidade e indispensável, até, para perpetuar os factos e acontecimentos mais notáveis através dos tempos.

Temos no Portugal de Hoje, artistas da Medalha, talentosos, probos, grandes em qualquer parte do Mundo, que é necessário aproveitar, incentivar em todos os trabalhos medalhísticos para estabelecimentos públicos, medalhas de concursos, religiosas e desportivas, etc., etc. Aparte as honrosas excepções, muitas medalhas são confiadas ao projecto de curiosos que se limitam a uns letreiros tipográficos, sem qualquer gosto artístico, numa realização plástica que confrange. Destas não curaremos nós aqui; NVMMVS, nesta secção, melhor ou pior, apenas noticiará aquelas que sejam dignas de ser colleccionadas, as que possam e devam servir à cultura do nosso Povo com a sua expressão artística, o seu simbolismo, a síntese dum pensamento. Retratos,

alegorias, naturezas mortas, paisagens, todos os géneros se tornam, nas medalhas, mais acessíveis ao grande público, mais familiares, mais ao alcance de todas as bolsas.

Vamos pois descrever as medalhas deste núcleo com alguns elementos estatísticos de quantidade, metais, diâmetros e o mais que se verá.

Começaremos ao acaso pelas do escultor Norte de Almeida, medalhista probo, de gosto requintado, conhecedor das exigências do seu trabalho e cujas realizações plásticas se conformam, sem esforço, com as exigências dos assuntos tratados. Temos a N.º 1 comemorativa do 25.º Aniversário da FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE TRIGO — 1933-1958. A cunhagem foi executada na Casa da Moeda. Bateram-se 500 exemplares de bronze com o peso de 234 gramas cada, e cinquenta de prata, com o peso de 264 gramas. Os cunhos ficaram em poder da F. N. P. T.

Medalha de bom equilíbrio, salienta um perfeito domínio de desenho, aliado a uma composição bem cuidada.

*

N.º 2 — Medalha comemorativa da colaboração do ARSENAL DO ALFEITE na Indústria de Construção Naval Sueca — 1958. Cunharam-se 300 exemplares de bronze e 10 de prata.

O reverso desta medalha merece uma menção à parte. Trata-se efectivamente de uma obra de grande valor escultórico adaptada à medalhística.

*

N.º 3 — Renovação da frota 25 anos ao serviço da Nação «PATRIA» — 1922-1947. Cunhagem executada pela Casa da Moeda. 500 exemplares de bronze com o peso de 235 gramas.

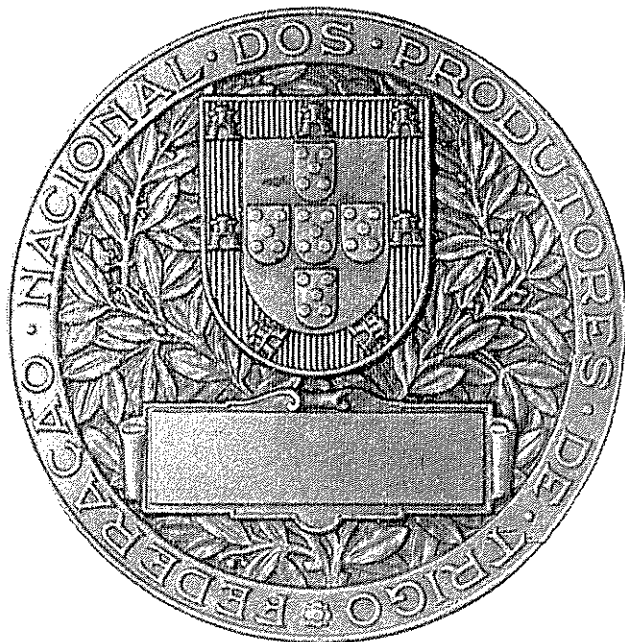
Bela medalha, de bom desenho e agradável composição.

*

N.º 4 — ARSENAL DO ALFEITE, Medalha comemorativa da construção dos navios patrulhas-costeiros «SANTO ANTÃO» e «SANTA MARIA». A cunhagem foi de 300 exemplares de bronze, com o peso de 190 gramas e 10 de prata com o peso de 190 gramas cada, respectivamente. Os cunhos encontram-se no Arsenal do Alfeite.

No reverso uma belíssima alegoria, uma figura humana num gesto bem

NOVAS MEDALHAS



NOVAS MEDALHAS



NOVAS MEDALHAS



NOVAS MEDALHAS



NOVAS MEDALHAS





NOVAS MEDALHAS



NOVAS MEDALHAS



observado, como que alarga o campo da medalha, dando-nos uma noção plena do horizonte.

*

Seguem-se duas medalhas do famoso gravador João da Silva, nome por demais conhecido dos nossos leitores, e que muita influência tem tido no panorama medalhístico português, apesar do seu classicismo característico, e um tanto ou quanto já ultrapassado. As suas alegorias impressionam pela delicadeza da forma, com um certo encanto, as suas figuras humanas nuas ou vestidas à antiga, os drapejados, os gestos já consagrados e característicos nas suas medalhas, dão-lhe foros de mestre dum movimento medalhístico disciplinado, orientado, académico.

*

N.º 5 — HOSPITAL DE S. JOÃO, medalha comemorativa — 1958. Bateram-se 500 exemplares de cobre com o peso de 295 gramas cada.

No anverso, S. João segura a maquete do Hospital. Apesar do bom desenho das figuras, João da Silva não foi muito feliz, em nossa opinião, na composição desta medalha. O anverso é muito cruciforme, mais apropriado a uma medalha religiosa. O reverso, bastante teatral, atenua um tanto aquele senão.

*

N.º 6 — Medalha comemorativa da Inauguração das carreiras regulares entre Portugal e o Brasil. Cunhagem de 300 exemplares de bronze com o peso unitário de 310 gramas — 1953.

Bela medalha, executada com segurança e testemunhando os recursos do seu autor.

*

N.º 7 — De Álvaro de Brée, cujos trabalhos demonstram uma tendência libertadora das fórmulas consagradas, apresentamos uma boa medalha referente à «CIDADE UNIVERSITÁRIA», Faculdade de Medicina Tropical. Fizeram-se 350 medalhas de bronze com o peso de 275 gramas. Os cunhos ficaram em poder da Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias. É uma medalha cheia de personalidade, uma manifestação de tendência moderna na arte da medalha. As letras das legendas proliferam, intimamente ligadas à decoração, num aspecto curioso de antiguidade modernizada.

*

N.º 8 — Euclides da Silva Vaz, pertence também à pleiade dos bons gravadores portugueses contemporâneos e tem produzido trabalhos de grande relevo medalhístico. A medalha que aqui reproduzimos do MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS «Cidade Universitária de Lisboa» Faculdade de Letras 1955-1958 pesa 223 gramas; emitiram-se 320 exemplares e os cunhos estão em poder da Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias.

É um belo exemplar de excelente desenho, bem adaptado às circunstâncias, num sentido moderno, impondo-se pelo equilíbrio da composição.

NOTA DA REDACÇÃO — Na Colecção privativa desta Sociedade, existe um exemplar de cada uma das medalhas citadas, gentilmente cedidas pelas entidades que as mandaram cunhar e foram:

- N.º 1 — Federação Nacional de Produtores de Trigo.
- N.º 2 — Arsenal do Alfeite.
- N.º 3 — Companhia Colonial de Navegação.
- N.º 4 — Arsenal do Alfeite.
- N.º 5 — Ministério das Obras Públicas.
- N.º 6 — Companhia Colonial de Navegação.
- N.º 7 — Ministério das Obras Públicas.
- N.º 8 — » » » »



VIDA SOCIAL

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SÓCIOS EFECTIVOS

- N.º 263 — Manuel Pacheco C. Wengorovius — Industrial (Setúbal)
N.º 264 — Vasco Camilo Alves — Eng.º Agrónomo (Lisboa)
N.º 265 — Serafim da Silva Aguiar — Médico (S. Mamede de Infesta)
N.º 266 — Filipe Nortadas Pereira — Industrial (Alferrarede)
N.º 267 — Mário Libânio Ludovice de Gusmão — Funcionário público
(Lisboa)
N.º 268 — Manuel Gonçalves de Oliveira — Prático Agrícola (Moçambique)
N.º 269 — Rui Américo Filipe Pinto — Negociante (Setúbal)
N.º 270 — Jorge Pereira Capitão — Empregado bancário (Lisboa)
N.º 271 — José Mário Pereira Leite — Comerciante (Porto)
N.º 272 — José Alves de Carvalho Fernandes — Capitão do Exército
(Setúbal)
N.º 273 — Gonçalo Pires da Bandeira da Gama Calheiros — Eng.º Civil
(Viseu)
N.º 274 — Valdemar Augusto Cordeiro — Eng.º Agrónomo (Porto)
N.º 275 — Manuel de Heredia e Cyrne Deslandes — Comerciante (Lisboa)
N.º 276 — Manuel Afonso Coutinho da Silveira Ramos — Funcionário público
(Luanda)



OBITUÁRIO

RAUL DA COSTA COUVREUR

Em 24 de Junho passado, faleceu em Lisboa, com 79 anos de idade, este nosso dedicado e ilustre consócio, que ocupava o número 29.

Formado em engenharia, distinguiu-se como técnico competentíssimo, tendo ocupado os mais elevados cargos oficiais e onde deixou sempre assinalada a sua invulgar personalidade.

Dedicado, ao mesmo tempo, aos estudos históricos e numismáticos, representou várias vezes Portugal em reuniões internacionais, técnicas e científicas e são inúmeros os trabalhos que deixa publicados sobre numismática portuguesa.

Muitas vezes as colunas desta Revista tiveram o privilégio de inserir valiosos trabalhos da sua autoria e recorda-se ainda, com saudade, o brilho da conferência que proferiu, num requinte de amabilidade, na nossa Sede.

Com o Eng.º Couvreur desaparece, da já escassa pleiade de numismatas estudiosos e infatigavelmente investigadores, um dos elementos de maior destaque.

Recordá-lo com saudade, representa a nossa derradeira homenagem.

FERNANDO DUARTE SILVA DE ALMEIDA RIBEIRO

Nascido em Vila Real a 15 de Dezembro de 1884, o Doutor Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro, que faleceu com 75 anos aos 27 de Fevereiro passado e foi ilustre sócio n.º 165 desta Sociedade, salientou-se como dos maiores valores mentais do nosso País.

Formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, foi depois professor catedrático da respectiva Faculdade, reitor da Universidade, director dos seus Hospitais, distinguindo-se sempre como um incansável investigador.

Os estudos numismáticos mereceram também a sua curiosidade, tendo deixado algumas publicações que traduzem uma perfeita harmonia entre o cientista e o numismata profundo e esclarecido.

Esta Sociedade, que o ilustre finado desejou distinguir com a amável oferta dos seus mais valiosos estudos numismáticos, ao mesmo tempo que lamenta o seu desaparecimento, aqui deixa expressa a sua comovida homenagem.

AUGUSTO MOLDER

Falecido a 23 de Julho passado, Augusto Molder, que foi sócio n.º 60 desta Sociedade, não era português pois nascera em Bata, pequena cidade da Hungria, mas em Portugal se fixou e viveu largos anos da sua vida.

O finado foi essencialmente um comerciante de moedas e medalhas.

Mas é inegável que à sua actividade se fica devendo o despertar do interesse pelos assuntos numismáticos verificada nos últimos anos.

Serviu assim, à sua maneira, irrequieto e sonhador como magiar que era, a causa da Numismática.

Que a terra portuguesa, que ele escolheu para sua última morada, o guarde como a um dos seus filhos.

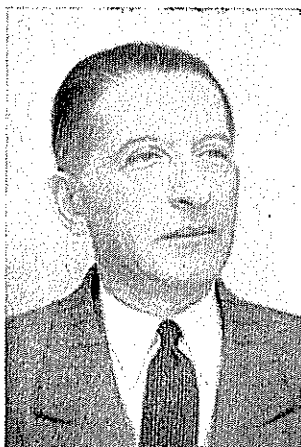
Recordando os nossos Mortos



Eng.º Raul da Costa Couvreur



Dr. Fernando de Almeida Ribeiro



Augusto Molder

ÍNDICE

DOS NÚMEROS DO 5.º VOLUME

N.º 17, Setembro 1958 — N.º 18, Julho 1959 — N.º 19, Dezembro 1959

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

A

	N.º	Págs.
APRESENTAÇÃO	18	59-60

B

BIBLIOGRAFIA NUMISMÁTICA PORTUGUESA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS	18	81-95
BIBLIOTECA DA S. P. N.	17	55-56
BIBLIOTECA DA S. P. N.	18	118-120

C

CÓPIAS SUEVAS DE LOS SOLIDOS DE HONORO (Las) — <i>Dr. Antonio M. de Guadan y Láscaris Comneno</i>	17	11-23
--	----	-------

D

DADOS ESTATÍSTICOS DA CASA DA MOEDA (Vária)	17	49-53
DUAS TANGAS INÉDITAS — <i>Joaquim Fronteira</i>	18	107-110

E

ELISSABONA FELICITAS IVLIA, Nova Oficina Monetária dos Visigodos — <i>Pedro Batalha Reis</i>	19	131-141
ENSAYO SOBRE LA EVOLUCION COMERCIAL Y MONETARIA EN BYZANCIO — <i>Dr. Antonio Manuel de Guadan y Láscaris Comneno</i>	19	123-130
EXPOSIÇÃO NUMISMÁTICA EM ANGOLA (Uma) — (Vária) — <i>A. C.</i>	17	47-48
EXPOSIÇÃO IBERO-AMERICANA DE NUMISMÁTICA E MEDALHÍSTICA DE BARCELONA (A-1.ª) — <i>Carlos de Noronha</i>	18	63-67

	N.º	Págs.
EXPOSICIÓN IBEROAMERICANA DE NUMISMÁTICA Y MEDALLÍSTICA (1.ª) — <i>Alexandre Ferreira Barros</i>	18	61-62
J		
JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS E A NUMISMÁTICA — <i>Dr. Aurélio Pereira Martins</i>	17	3-9
L		
LEYENDAS IBÉRICAS EN LAS DRACMAS DE IMITACIÓN EMPORITANA (Las), por <i>Antonio Manuel de Guadan y Láscaris Comneno</i> — L. P. G.	17	43-44
LISTA DOS EXPOSITORES PORTUGUESES NA 1.ª EXPOSIÇÃO IBERO-AMERICANA DE NUMISMÁTICA E MEDALLÍSTICA DE BARCELONA	18	68
LISTA DOS PRÉMIOS ATRIBUÍDOS A EXPOSITORES PORTUGUESES	18	70
M		
MEDALHAS PORTUENSES (por <i>Alexandre Ferreira Barros</i>) — C. B.	17	45
MISTÉRIO DA CABEÇA DE PENAMACOR — <i>Prof. José Manuel Landeiro</i>	17	33-37
MOEDA (Uma) indo-portuguesa de cobre inédita — <i>M. F. Malabarwala</i> — Tradução de L. P. G.	17	31-32
MOEDAS DE PRATA COMEMORATIVAS DO INFANTE D. HENRIQUE	18	120
MONOGRAFIA artística da Cidade da Guarda — A. C.	17	45
MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS NAS JORNADAS NUMISMÁTICAS DA 1.ª EXPOSICIÓN IBEROAMERICANA DE NUMISMÁTICA E MEDALLÍSTICA (O) — <i>Alexandre Ferreira Barros</i>	18	71-80
N		
NOVAS MEDALHAS — <i>Alexandre Ferreira Barros</i>	19	175-178
NUMARIA MEDIEVAL PORTUGUESA — <i>J. Ferraro Vaz</i>	18	97-106
O		
OBITUÁRIO	18	115
OBITUÁRIO	19	180
P		
PESO DAS MOEDAS — <i>Agostinho Ferreira Gambetta</i>	19	163-174
«PORTUGUESES» E «PORTUGALESES» — <i>Joaquim Fronteira</i>	19	147-156

R		
	N.º	Págs.
REFLEXÕES A RESPEITO DA CLASSIFICAÇÃO DE DUAS DAS MAIS ANTIGAS MOEDAS INDO-PORTUGUESAS — <i>Damião Peres</i>	19	157-158
S		
SALÃO DE FILATELIA E NUMISMÁTICA EM SETÚBAL (O-1.º) — <i>António F. Teixeira</i>	18	111-114
SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO E ARRUMAÇÃO DAS MOEDAS DOS PRIMITIVOS REINADOS — <i>Ten.-Coronel João Lopes F. Guedes</i>	17	25-29
SUBSÍDIOS PARA UMA EXPOSIÇÃO DE MEDALHAS — <i>Dr. António F. Teixeira</i>	17	39-42
T		
«TESOURO» (O) encontrado em Moncarapacho — Algarve (Acha- dos Numismáticos) — <i>José Tomás da Graça</i>	19	159-162
V		
VIDA SOCIAL	17	54
VIDA SOCIAL	17	117
VIDA SOCIAL	19	179

INDICE DOS AUTORES

A		
A. C. — Monografia Artística da Cidade da Guarda	17	45
B		
BARROS (<i>Alexandre Ferreira</i>) — 1.ª Exposición Iberoamericana de Numismática y Medallística	18	61-62
BARROS (<i>Alexandre Ferreira</i>) — O Museu Nacional de Soares dos Reis, nas jornadas Numismáticas da 1.ª Exposición Iberoameri- cana de Numismática y Medallística	18	71-80
BARROS (<i>Alexandre Ferreira</i>) — Novas Medalhas	19	175-178
C		
C. B. — Medalhas Portuenses, por <i>Alexandre Ferreira Barros</i>	17	45
COMNENO (<i>Dr. Antonio M. de Guadan y Láscaris</i>) — Las Copias suevas de los sólidos de Honoro	17	11-23
COMNENO (<i>Dr. Antonio Manuel de Guadan y Láscaris</i>) — Ensayo sobre la evolución comercial y monetaria en Byzancio	19	123-130
GUEDES (<i>Ten.-Coronel João Lopes F.</i>) — Subsídios para o estudo e arrumação das moedas dos primitivos reinados	17	25-29

	N.º	Págs.
F		
FRONTEIRA (<i>Joaquim</i>) — Duas tangas inéditas	18	107-110
FRONTEIRA (<i>Joaquim</i>) — «Portugueses» e «Portugaleses»	19	147-156
G		
GAMBETTA (<i>Agostinho Ferreira</i>) — Peso das moedas	19	163-174
GRAÇA (<i>José Tomás da</i>) — «O Tesouro» encontrado em Moncarapacho — Algarve (Achados Numismáticos)	19	159-162
L		
LANDEIRO (<i>prof. José Manuel</i>) — Mistério da Cabeça de Penamacor L. P. G. — Las leyendas ibéricas en las dracmas de imitación emporitana, por <i>Antonio M. de Guardan y Láscaris Comneno</i>	17	33-37
	17	43-44
M		
MALABARWALA (<i>M. F.</i>) — tradução de L. P. G. — Moeda indo-portuguesa de cobre, inédita	17	31-32
MARTINS (<i>Dr. Aurélio Pereira</i>) — José Leite de Vasconcellos e a Numismática	17	3-9
N		
NORONHA (<i>Carlos</i>) — A 1.ª Exposição Ibero-americana de Numismática e Medalhística de Barcelona	18	63-67
P		
PERES (<i>Damião</i>) — Reflexões a respeito da classificação de duas das mais antigas moedas indo-portuguesas	19	157-158
R		
REIS (<i>Pedro Batalha</i>) — Elissabona Felicitas Ivltia, Nova Oficina Monetária dos Visigodos.	19	131-141
T		
TEIXEIRA (<i>Dr. António F.</i>) — Subsídios para uma Exposição de Medalhas	17	39-42
TEIXEIRA (<i>Dr. António F.</i>) — O 1.º Salão de Filatelia e Numismática em Setúbal	18	111-114
V		
VAZ (<i>J. Ferraro</i>) — Numária Medieval Portuguesa	18	97-106

